



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA



Herbert Alexandre Vieira dos Santos

A DISPUTA PELA MEMÓRIA HISTÓRICA EM SALA DE AULA SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985):
OS IMPACTOS DOS REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS HISTÓRICOS NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR (ENSINO MÉDIO PÚBLICO DO RN, 2020-2022)

NATAL
2022

Herbert Alexandre Vieira dos Santos

**A DISPUTA PELA MEMÓRIA HISTÓRICA EM SALA DE AULA SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985):
OS IMPACTOS DOS REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS HISTÓRICOS NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR (ENSINO MÉDIO PÚBLICO DO RN, 2020-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

NATAL

2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto (Membro interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira (Membro externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Santos, Herbert Alexandre Vieira Dos.

A disputa pela memória histórica em sala de aula sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): Os impactos dos revisionismos e negacionismos históricos na educação escolar (ensino médio público do RN, 2020-2022) / Herbert Alexandre Vieira Dos Santos. - 2022.

145f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

1. História escolar e Ensino de História recente. 2. Revisionismos e negacionismos históricos. 3. Ditadura civil-militar brasileira. 4. Jogos históricos. I. Carvalho, Haroldo Loguercio. II. Título.

À dona **Eliane Vieira dos Santos**, minha querida mãe.

A todos(as) os(as) pesquisadores(as) perseguidos e processados pelos negacionistas da História e das pesquisas científicas em geral, assim como todos os(as) brasileiros(as) vítimas fatais de um (des)governo federal negacionista, em face da maior pandemia viral do último século (SARS-COV-2/Covid-19).

AGRADECIMENTOS

A minha família, em primeiro lugar, à **dona Eliane, minha querida mãe**, pelo carinho, atenção e abnegação de “criar” e educar praticamente sozinha, seu filho. Agradeço pelo grande incentivo, desde minha tenra idade, aos estudos, mesmo com todas as dificuldades da vida, a sociedade e as políticas públicas lhe privaram das oportunidades acadêmicas a que tive acesso, se personificando no meu maior pilar e exemplo moral de vida. Muito obrigado por tudo, mamãe!

A **Carol**, esposa e companheira, que há dez anos aceitou dividir as doçuras e amarguras da vida comigo, incentivadora intelectual contumaz, mesmo nos momentos que jugo não ser capaz. Muito obrigado pelo amor e pela paciência, querida!

A meu pai, **Carlão** (*in memoriam*), quis a vida e o destino nos privar, precocemente, da convivência paterna, guardo nas vagas lembranças de minha primeira infância e das histórias que me contam sobre sua pessoa, boas recordações; a minha irmã **Juliane**, grande entusiasta de minhas conquistas acadêmicas e profissionais; a **Júnior**, meu padrasto, pela ajuda no meu processo de alfabetização e nas “tarefas de casa” trazidas da escola nos meus primeiros anos do Ensino Fundamental.

Agradeço à geração de professoras presentes na minha família paterna: a **tia Rosa**, pela generosidade e carinho ao me proporcionar experiências educacionais e culturais, durante minha infância e adolescência, algo que não teria acesso normalmente; a **tia Rejane** (*in memoriam*), nunca esquecerei das viagens em seu antigo e aconchegante fusquinha à procura de uma escola de qualidade para eu estudar, a **Dona Dorinha** (*in memoriam*) – minha avó paterna – mulher negra e professora, alfabetizou gerações no pequeno município de Santo Antônio (RN), enquanto criava, sozinha, seus cinco filhos. Vó, segui teus passos, me tornei professor da escola pública, onde a senhora estiver, sei que estará exclamando seu famoso bordão: “Mas uma coisa dessa, uma coisa dessa!”.

Agradeço a todas professoras e professores que colaboraram na minha caminhada educacional, desde a pré-escola, passando pela Escola Municipal Professor Antônio Severiano (vulgo “Tonhão”), na figura da querida **professora Zoraide** (*in memoriam*), que ainda no curso da 3ª série do Ensino Fundamental, me falou que um dia me tornaria um historiador. Obrigado por me atizar o gosto pela disciplina de História. Agradeço também à **professora Dânia**, por incentivar, ao longo do Ensino Médio, a me inscrever no Vestibular da UFRN para o curso de História. Obrigado por me tirar o medo de que me tornando professor passaria fome (risos).

Ao meu primo **Cleiton**, símbolo de resistência, perseverança e exemplo acadêmico para a família Vieira, se tornando o primeiro “Doutor” da família e, além disso, professor efetivo da UFRN, na área de Antropologia Social, mesmo com todas as dificuldades que lhe foram reservadas pelas desigualdades presentes no sistema capitalista, sempre me incentivando na vida acadêmica. Obrigado pelas leituras de meus escritos, pelo incentivo constante e pelas dicas acadêmicas. Já imagino suas próximas palavras: “E o doutorado, boy?!”.

Aos “*meus caros amigos...*”, desde a graduação em História (2004), os “**Pândegos**” (**Maurício, Berg, Sammy, Rossi, Léo, Moisés, Eimar, Gustavo**), pelas noites em claro, seja de estudos ou de boêmia, ou as duas coisas juntas, pelo rico debate acadêmico, assim como os livros e filmes emprestados, as dicas de como sobreviver na pós-graduação, ou simplesmente não fazer uma pós-graduação, e nossos longos e acalorados debates políticos. “... *me perdoem por favor, se não lhes faço uma visita*”.

Ao meu orientador, prof. Dr. **Haroldo Loguercio Carvalho**, que desde os primeiros dias de aula no ProfHistória – ainda na disciplina “A Aprendizagem em História e formação histórica” (2020.1), se mostrou acessível e incentivou minhas primeiras ideias de objeto de estudo relacionadas à temáticas da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e o Ensino de História. Muito obrigado pela gentileza, paciência e atenção; Aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação – prof. Dr. **Sebastião Leal F. Vargas Netto** e prof. Dr. **Henrique Alonso de A. R. Pereira** – pelos aportes acadêmicos, dicas de leitura e incentivo à pesquisa.

Aos **colegas e professores(as) do ProfHistória-UFRN (turma 2020.1)**, pelas amizades feitas (mesmo de forma remota), pela troca de experiências em sala de aula (mesmo que de forma virtual), pelas angústias compartilhadas e, sobretudo, pela sobrevivência (à pandemia, ao pandemônio e ao mestrado), assim como ao **Programa Nacional em Ensino de História (ProfHistória)** e à **Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)**, em especial, o **Departamento de História**, assim como o **Departamento de Políticas Públicas** (curso que não concluí, mas que aprendi bastante sobre políticas públicas e fiz grandes amigos – sobretudo os membros do nosso querido **Centro Acadêmico Djalma Maranhão (CAGPP)** – **Carlos, Vitor, Pedro, Lucas, Julian** – obrigado pelos acalorados e infundáveis debates políticos do movimento estudantil e por sonharmos juntos com a construção de um Brasil socialmente mais justo e igualitário através de “*reformas ou revolução?*”). Agradeço à UFRN pela formação acadêmica e profissional, desde a graduação, me proporcionando ensino público, gratuito e de qualidade – coisas a que uma grande parcela da classe trabalhadora brasileira ainda não tem acesso, direito esse dificultado cotidianamente pelo (des)governo obscurantista de

plantão, que corta bolsas de pesquisa, ataca ações afirmativas, as universidades públicas, seus docentes e discentes, assim como a pesquisa científica em geral.

Agradeço aos colegas professores(as) e companheiros(as) da **Escola Estadual Prof. José Fernandes Machado, o querido “Machadão”**, com os quais divido diariamente – há dez anos – as batalhas do ensino público, local em que me tornei na “*práxis*” professor, obrigado por acreditarem no meu potencial intelectual e incentivarem meus “voos” acadêmicos; obrigado pelos debates acalorados (convergentes ou divergentes) e pelo nosso sagrado cafezinho; assim como aos alunos(as), por me ajudarem nas respostas dos questionários e na testagem do jogo de cartas (produto educacional) apresentado.

Aproveito ainda para agradecer a todos(as) aqueles(as) – mesmo os(as) desconhecidos(as) – que acreditam e lutam cotidianamente, no “chão” das salas de aula, pela educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e de qualidade. Vocês são os heróis e heroínas nacionais, são os “*imprescindíveis*” do famoso poema de Brecht.

Agradeço, ainda, à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, pela bolsa de pesquisa concedida, que ajudou na aquisição de material de tecnologia em informática e livros indispensáveis para a produção deste trabalho.

Não obstante, não merecerá meus agradecimentos a Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte (SEEC-RN) e sua 1ª Diretoria Regional de Educação e Cultura (1ª DIREC), que dificultaram ao máximo meu direito ao Afastamento Remunerado para Qualificação Profissional, de pelo menos um vínculo empregatício, tendo que me sobrecarregar na árdua tarefa de ministrar 40 aulas semanais, enquanto fazia o mestrado profissional. Deixo aqui minha singela reclamação.

Os homens (*e mulheres*) fazem a sua própria História; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Karl Marx in: “O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte” (2011, p. 25, grifo nosso)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo observar nos estudantes da Educação Básica o impacto do revisionismo e do negacionismo histórico em sala de aula sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O estudo se baseia na análise de obras escritas e de audiovisual de caráter negacionistas que têm circulado pela Internet; essas produções apresentaram nesta virada de terceira década alta audiência entre os jovens. Através de debates e aplicação de questionário com alunos(as) da 3ª série do Ensino Médio da Escola Estadual Professor José Fernandes Machado – Natal/RN, durante os anos de 2021 e 2022, apresentaremos uma reflexão abordando as perspectivas e opiniões que esses educandos têm em relação a temas sensíveis e polêmicos que envolvem esse período, como: a luta armada, a censura, a tortura, o desaparecimento e morte de opositores políticos do regime e as graves violações dos Direitos Humanos. Tentaremos constatar como esses (novos) revisionismos/negacionismos popularmente divulgados, entre os jovens e a população em geral, pelas redes sociais (YouTube, WhatsApp, Instagram, Telegram etc.), assim como o fenômeno das fake news influenciam a visão dos estudantes sobre o passado histórico recente brasileiro e acirram os debates em sala de aula, dada a politização maniqueísta da História. Ao final do trabalho, apresentamos uma sequência didático-pedagógica, como produto educacional da dissertação, intitulada *Jogo do “FAKE OU FATO: desmistificando os principais negacionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”*.

Palavras-chave: História escolar e Ensino de História recente; Revisionismos e negacionismos históricos; Ditadura civil-militar brasileira; Jogos históricos.

ABSTRACT

The present work aims to observe in students of basic education, the impact of historical revisionism and negationism in the classroom on the theme of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). The study is based on the analysis of written and audiovisual works of a denialist nature that have been circulating on the Internet; these productions presented a high audience among young people at the turn of the third decade. Through debates with 3rd grade high school students from the Escola Estadual Professor José Fernandes Machado - Natal/RN, we will present a reflection approaching the perspectives and opinions that these students have in relation to sensitive and polemic themes that involve this period, such as: the armed struggle, censorship, torture, the disappearance and death of political opponents of the regime and the serious violations of human rights. We will try to verify how these (new) revisionisms/negationisms popularly disseminated, among young people and the population in general, by social networks (YouTube, WhatsApp, Instagram, Telegram, etc.), influence students' views on Brazil's recent historical past and sharpen the debates in the classroom, given the petty/manichean politicization of history. At the end of the paper we present a didactic-pedagogical sequence, as an educational product of the dissertation, entitled: Game of "FAKE OR FACT: Demystifying the main denialisms about the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985)".

Keywords: School history and recent history teaching; Historical revisionisms and denialisms; Brazilian civil-military dictatorship; Historical games.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa dos livros <i>The Politically Incorrect Guide to American History</i> e <i>The Politically Incorrect Guide to Socialism</i>	39
Figura 2 – Print da página do Youtube da vinheta do documentário <i>Guia politicamente incorreto da História do Brasil – The History Channel Brasil</i>	42
Figura 3 – Print do documentário “1964: Entre armas e livros” – Brasil Paralelo	45
Figura 4 - Propaganda de uma série da Brasil Paralelo deferindo ataques às escolas e seus professores.....	46
Figura 5 - Fotografia de José Fernandes Machado – homenageado com o nome da escola...	64
Figura 6 - Fachada da entrada da E. E. Prof. José Fernandes Machado.....	65
Figura 7 - Tapumes separando os blocos em reforma do resto da escola	66
Figura 8 – Zona de Proteção Ambiental (ZPA) ao fundo e máquina de construção civil entre os blocos de aula.....	67
Figura 9 – Ônibus escolar trazendo alunos(as) para a escola José F. Machado.....	68
Figura 10 – Pátio da E. E. Prof. José Fernandes Machado.....	69
Figura 11 – Entrada da área administrativa da E. E. Prof. José Fernandes Machado	70
Figura 12 – Estudante respondendo o questionário impresso na sala de aula.....	76
Figura 13 – Fac-simile de resposta de um estudante ao questionário	81
Figura 14 – Verso de um questionário impresso respondido por um aluno em 2022	84
Figura 15 – Quadro branco com o nome das equipes e sua pontuação.....	88
Figura 16 – Aluna lendo afirmativa contida na carta do jogo	90
Figura 17 – Cartas distribuídas na mesa e representantes dos grupos ao lado	91
Figura 18 – Aluna com a carta do jogo na mão debatendo com a sua equipe.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Respostas da questão 1 do questionário eletrônico (2021).....	71
Gráfico 2 – Respostas da questão 2 do questionário eletrônico (2021).....	72
Gráfico 3 – Respostas da questão 4 do questionário eletrônico (2021).....	72
Gráfico 4 – Respostas da questão 6 do questionário eletrônico (2021).....	72
Gráfico 5 – Respostas da questão 8 do questionário eletrônico (2021).....	73
Gráfico 6 – Respostas da questão 1 do questionário impresso (2022)	77
Gráfico 7 – Respostas da questão 2 do questionário impresso (2022)	77
Gráfico 8 – Respostas da questão 4 do questionário impresso (2022)	78
Gráfico 9 – Respostas da questão 6 do questionário impresso (2022)	78
Gráfico 10 – Respostas da questão 8 do questionário impresso (2022)	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AGU – Advocacia Geral da União

AI – Ato Institucional

AI-5 – Ato Institucional Número 5

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANPUH – Associação Nacional de História

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BIBLIEx – Editora da Biblioteca do Exército

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNM – Brasil Nunca Mais

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CF – Constituição Federal

CFMDP – Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIDH – Corte Interamericana de Derechos Humanos

CIE – Centro de Inteligência do Exército

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONADEP – Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas – Argentina

CPC – Centro Popular de Cultura

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas

DEOPS – SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DIREC – Diretoria Regional de Educação

DOI-Codi – Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem e Política Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ESG – Escola Superior de Guerra

ESP – Escola Sem Partido

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JUC – Juventude Universitária Católica

KGB – *Komitet Gosudarstveno Bezopasnosti*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuados e outras possibilidades.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MPB – Música Popular Brasileira

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Operação Bandeirante

ONU – Organização das Nações Unidas

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB - Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTN – Partido Trabalhista Nacional

RN – Rio Grande do Norte

RPG – *Role-Playing Games*

RPM – Relatórios Periódicos Mensais

SEEC – RN – Secretaria Estadual de Educação e Cultura do estado do RN

SNI – Serviço Nacional de Informações

StB – *Státní bezpečnost* (Serviço Secreto da Tchécoslováquia)

STF – Supremo Tribunal Federal

STM – Superior Tribunal Militar

TFP – Tradição, Família e Propriedade

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TRF – Tribunal Regional Federal

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

URCA – Universidade Regional do Cariri

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

ZPA – Zona Especial de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1: REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS NA HISTORIOGRAFIA....	29
1.1 AS ORIGENS DOS “ASSASSINOS DA MEMÓRIA”: O USO DOS TERMOS REVISIONISMO E NEGACIONISMO NA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA	29
1.2 OS DEBATES REVISIONISTAS-ACADÊMICOS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	31
1.2.1 A polêmica da “Ditabranda”	34
CAPÍTULO 2: OBRAS NEGACIONISTAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA, FAKE NEWS, REDES SOCIAIS E A HISTÓRIA PÚBLICA	38
2.1 UM GUIA POLITICAMENTE “DESONESTO” DA HISTÓRIA DO BRASIL	38
2.2 O NEGACIONISMO PARALELO	43
2.2.1 Relativização da ditadura e propaganda anticomunista	44
2.2.2 Golpe ou revolução?	50
2.2.3 “Gramscismo/marxismo cultural” e ecos do “Orvil”	53
2.2.4 Anacronismos e usos políticos da História	58
2.3 “FAKE NEWS”, REDES SOCIAIS E A HISTÓRIA PÚBLICA.....	61
CAPÍTULO 3: A HISTÓRIA ESCOLAR BRASILEIRA SOB ATAQUE DO NEGACIONISMO/REVISIONISMO DA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964	63
3.1 NO “CHÃO DA ESCOLA”: A ESCOLA ESTADUAL PROF. JOSÉ FERNANDES MACHADO – NATAL-RN	63
3.1.1 Questionário aplicado com alunos(as) da 3ª série do Ensino Médio sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira e as redes sociais	71
3.2 PRODUTO EDUCACIONAL / PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	84
3.2.1 O uso de jogos no Ensino de História	84
3.2.2 Aplicando o jogo em sala de aula	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92

FONTES	101
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	112
APÊNDICE A: PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA: JOGO DO “FAKE OU FATO: desmistificando os principais negacionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”	112
APÊNDICE B: Modelo de formulário aplicado aos alunos	144
APÊNDICE C: Cartas do JOGO DO “FAKE OU FATO: desmistificando os principais negacionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”	146

INTRODUÇÃO

Karl Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*¹, fazendo referência às obras de Hegel², afirma que os fatos e personagens da História são encenados duas vezes: “a primeira vez como *tragédia*, a segunda como *farsa*” (MARX, 2011, p. 25). Parafraseando o filósofo germânico, podemos afirmar que a História da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), primeiro aconteceu como *tragédia* (cassação de mandatos eletivos, demissões, exílio, prisões, torturas, desaparecimento e morte de seus opositores políticos; chacina de indígenas e da população pobre das favelas e do campo; corrupção, retirada de direitos trabalhistas, achatamento dos salários da classe trabalhadora, aumento da concentração de renda, aumento dos acidentes de trabalho etc.). Atualmente, a mesma ditadura é recontada como *farsa* pelos negacionistas de plantão, pseudointelectuais e saudosistas da época, que contaminam a Internet e suas redes sociais com mentiras, meias-verdades, deturpações, desonestidade intelectual e até certa exaltação desse período inglório da História brasileira. Agora, ousadamente, invadiram as salas de aula de História e reduziram drasticamente o alcance da disciplina enquanto ciência social e humana às injunções do presente.

É assim que, nos últimos anos, impulsionadas pela crescente presença da Internet e das chamadas redes sociais (WhatsApp, Telegram, Facebook, Instagram, Youtube etc.), fez (re)surgir os temas do revisionismo e do negacionismo histórico na sociedade. No caso brasileiro, esse tipo de negacionismo é latente em temas considerados sensíveis da História, como: a questão do genocídio das populações originárias (indígenas) pelos portugueses durante o processo de colonização brasileira; a questão da escravidão negra (tráfico transatlântico) e do chamado “holocausto africano” nas Américas; e no século XX, os temas relacionados aos regimes de exceção dos países do Cone Sul da América Latina e suas Doutrinas de Segurança Nacional, também intituladas de Ditaduras de Segurança Nacional (BAUER, 2017), com destaque para a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e o golpe de abril 1964, que deu origem ao regime de exceção brasileiro, temas como: tortura, censura e ações armadas das esquerdas são alvos recorrentes de negacionismos, principalmente por parte da extrema-direita, catapultada sobretudo após a posse na presidência da república do capitão da reserva do

¹ Cf. MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

² Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi um filósofo germânico, um dos principais nomes do Idealismo alemão, desenvolveu, entre outras coisas, a abordagem dialética (antítese, tese e síntese), e influenciou bastante as obras de Karl Marx.

Exército brasileiro, Jair Messias Bolsonaro³ (um paladino na defesa da ditadura brasileira durante sua longa trajetória de político profissional, desde 1989, quando se elegeu vereador pelo município do Rio de Janeiro a deputado federal – 1991-2018), no ano de 2019, mas que desde os idos de julho de 2013 vinha ganhando forma no cenário político brasileiro. Esses negacionismos muitas vezes são perpetrados por atores sociais fora do ambiente acadêmico das universidades, como, por exemplo, o jornalista Leandro Narloch e a empresa privada, produtora de conteúdos audiovisuais, Brasil Paralelo. Por estarem entre os maiores distribuidores de falsa História no Brasil recente, os analisaremos mais detidamente.

O tema do negacionismo tem se destacado no Ocidente desde antes da pandemia da Covid-19. Da crise do capitalismo global de 2008 até a derrota dos serviços públicos contemporânea, é a mesma estratégia para a financeirização completa da vida civil. Daí que toda evidência que a ciência utiliza para dar sentido, é negada em nome da manutenção dos espaços do privilégio individual que assombram o comportamento social contemporâneo. O preço social dessa instrumentalização da História a serviço do poder elitista atua, via massificação, como êxtase a ser buscado. Nas salas de aula de História, o professor é a autoridade intelectual e prática que deve apresentar o problema para fora da escola, para a sociedade.

Esses negacionismos históricos têm, de certa forma, impactado a sociedade brasileira, transbordando para as salas de aula do Ensino Básico (Ensino Fundamental e Médio), gerando discussões acaloradas e desconfiança durante as aulas de História. É sobre esse fenômeno e seus impactos no Ensino de História que pretendemos nos debruçar com este trabalho, através da perspectiva do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA).

Ao adentrar na carreira profissional como professor de História, na rede pública de ensino do estado do Rio Grande do Norte, através de concurso público de provas e títulos, no ano de 2012, na qual permaneço até a presente data, notei uma mudança no ambiente escolar ao trabalhar o tema da ditadura civil-militar brasileira (sobretudo nas turmas do 9º no do Ensino fundamental e 3º série do Ensino Médio – período em que se trabalha o assunto); no início da carreira docente, percebia um certo interesse e comoção/empatia por parte dos educandos ao se

³ CF.: CARVALHO, Luiz Maklouf. *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Todavia, 2019. Nesse livro, o jornalista investigativo conta a história dos bastidores da quase expulsão do então capitão do Exército brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, ao tramar um plano para explodir instalações militares no final da década de 1980, como forma de protesto por aumento do soldo dos oficiais dessa arma.

trabalhar as questões da tortura e da censura do período militar, fato que foi mudando a partir dos idos de 2016 – coincidentemente com a escalada da extrema-direita no Brasil e o consequente aumento na propagação de fake news e os negacionismos sobre tal período. Comecei a encontrar paulatinamente, porém, ainda em pouca frequência, questionamentos e desconfianças por parte dos alunos(as) em relação ao tema. Assim, as aulas sobre o assunto passaram a ser alvo de “certos cuidados” e até “autocensura” para não ser enquadrado como uma espécie de professor “doutrinador” ou “militante” – alcunhas defendidas, sobretudo pelo movimento *Escola Sem Partido*⁴ (ESP), que ganhou corpo principalmente nesse período. O antipetismo foi o combustível desse ataque.⁵

A oportunidade de ingressar no Mestrado Profissional de Ensino de História (UFRN), em março de 2020, surgiu como centelha para estudar o assunto supracitado, em razão de sua “onipresença” nos dias que correm, ainda mais após assistir uma palestra on-line que fez parte do evento virtual “*Ensino de História em tempos de pandemia*” (2020), organizada pelo Departamento do ProfHistória/UFRN – intitulada “*Usos do passado: a história recente diante dos revisionismos e negacionismos*”⁶ e proferida pelos professores Haroldo Loguercio Carvalho (UFRN) e Diorge Alceno Konrad (UFSM), ainda nos primeiros meses do curso de mestrado, após a retomada das aulas de forma remota devido ao estado de emergência sanitária oriundo da pandemia de Covid-19.

Uma vez que o tema já fazia parte de nossas reflexões históricas desde antes da graduação em Licenciatura Plena em História, UFRN (2004-2008), e nossas referências bibliográficas e fontes documentais eram de conhecimento público, trabalhadas por historiadores e demais cientistas sociais, a ditadura não nos era estranha nem nova. Nesse sentido, havia uma certa bagagem de leitura sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), visto que o tema me causa curiosidade desde o tempo de juventude, ainda quando era estudante do Ensino Médio, e tive contato com o assunto pautado no imaginário da chamada “luta armada” (sobretudo após a leitura do clássico livro *Combate nas trevas*, do historiador autodidata e militante histórico da esquerda comunista, Jacob Gorender⁷), assim como a

⁴ Movimento criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, ganhou força no debate nacional a partir de 2014 quando foi apresentado na Câmara dos Deputados como projeto de lei (PL 7180/14), reformulado e novamente apresentado na Câmara Federal em 2019 (PL nº 246/19), sendo arquivado pela pressão das entidades estudantis e de professores em ambos os momentos. Um dos lemas desse movimento é que “professor não é educador”, quem educa é a família, ou seja, segundo esse movimento, os(as) professores(as) não podem ministrar conteúdos que vão de encontro aos preceitos familiares dos(as) alunos(as).

⁵ A decadência da direita liberal brasileira é verificável na história da Lava Jato e seu super-herói. O bolsonarismo ter vencido nas urnas é herança deles. O sepultamento do PSDB é o “tiro que saiu pela culatra.

⁶ Cf. https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=9395¬icia=141334935.

⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. Gorender foi militante do PCB, lutou contra o Fascismo

temática relacionada às torturas a partir da leitura do clássico livro produzido pela Arquidiocese de São Paulo *Brasil: Nunca Mais*⁸ (BNM) – adquirido num sebo do centro da cidade, após a citação da obra por uma professora do Ensino Médio, durante as aulas de História. Ao ler os relatos do BNM, duas coisas me chamaram a atenção: 1) os relatos das torturas nos cárceres da repressão (coisa que me fez embrulhar o estômago e perder o apetite na próxima refeição); e 2) a descrição das organizações da Resistência Armada e de suas sucessivas rupturas (que chegavam a quase 50 agrupamentos! E formavam um verdadeiro “emaranhado de siglas” ou “sopa de letrinhas”), aguçando minha curiosidade para saber mais sobre as especificidades dessas organizações e o porquê de tantas rupturas e programas políticos diferentes entre as Esquerdas. Ainda sobre a temática da resistência armada na ditadura civil-militar brasileira, me serviram como influências uma série de livros autobiográficos famosos, alguns dos quais se tornaram filmes e minisséries: *O que é isso, Companheiro* (1979), de autoria de Fernando Gabeira, *Os Carbonários* (1980), escrito por Alfredo Sirkis, *Batismo de Sangue* (1982), de Frei Betto, e *Memórias do Esquecimento* (1999), de Flávio Tavares.

Outo fator que me fez pesquisar sobre o período da ditadura civil-militar está relacionado à cultura e à música brasileira, a partir das descobertas e “paixão à primeira vista” das músicas de Chico Buarque de Hollanda, Caetano Veloso e os demais “tropicalistas”⁹, gerando uma aguçada curiosidade sobre essa “página infeliz de nossa História”, parafraseando Chico Buarque. Junto a isso, há o tema dos negacionismos históricos (ROUSSO, 1987), infelizmente, tão em voga no momento presente, tema urgente de debate e de combate histórico, uma vez que a História e a profissão de historiador estão em combate (ANPUH, 2019; MOTTA, 2020). Não obstante, urge contar essa “passagem desbotada na memória, das nossas novas gerações”¹⁰.

durante a 2ª Guerra Mundial, vestindo a farda da Força Expedicionária Brasileira (FEB), no final da década de 1960, rompe com o PCB e funda, junto com Mário Alves e Apolônio de Carvalho, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), é preso e torturado pela Ditadura. Escreveu, além de *Combate nas trevas*, os livros *Escravidão reabilitada* e *Escravidismo colonial*. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Faleceu em 2013.

⁸ O Projeto “Brasil Nunca Mais” começou a ser desenvolvido, de forma sigilosa, no ano de 1979, através de cópias e microfilmagem de centenas de processos de presos políticos, oriundo do Supremo Tribunal Militar (STM), requerida por advogados desses presos. Esse projeto contou com o apoio financeiro do Conselho Mundial de Igrejas e foi tocado pela Arquidiocese de São Paulo, presidida pelo Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, e contou com a ajuda do reverendo da Igreja Presbiteriana do Brasil Central, Jaime Wright. Em 1985, poucos meses depois do fim da Ditadura e da posse do presidente civil, José Sarney (MDB), o livro é lançado pela Editora Vozes, permanecendo na lista dos dez mais vendidos por 91 semanas consecutivas, tornando-se – à época – o livro de não ficção brasileiro mais vendido de todos os tempos. Atualmente, seu acervo se encontra de forma on-line, com o título *BNM Digit@l*, na plataforma: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.

⁹ Para um apanhado sobre a MPB e o processo de abertura política no Brasil, Cf. NAPOLITANO, Marcos. *MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982)*. *Estudos Avançados*, 24 (69), São Paulo, USP, 2010.

¹⁰ Clara referência à música “Vai Passar” (1984), de autoria de Chico Buarque de Hollanda, que faz alusão ao contexto da abertura política e o fim da ditadura civil-militar brasileira que se aproximava.

Todavia, os anos de 2020 e 2021 foram caracterizados pela maior catástrofe sanitária humana dos últimos cem anos, com o surgimento da pandemia do coronavírus – SARS-COV-2, mudando drasticamente nossa forma de viver em sociedade, e sobretudo nossa forma de ministrar aulas (enquanto sujeito professor), assim como nossa forma de assistir aula (enquanto sujeito estudante de mestrado). Sobretudo no Brasil, que além do vírus biológico, ainda sofre as consequências de ser governado por um presidente genuinamente negacionista, tanto do ponto de vista histórico (negador da ditadura militar, da escravidão negra etc.), quanto negador da pandemia, um verdadeiro sabotador das medidas sanitárias necessárias para a contenção da doença. Dessa forma, faz-se necessário assumir, o quanto era difícil estudar enquanto o mundo desabava ao nosso redor, enquanto vivíamos no cenário de “pandemônio”.

Entre as fontes teóricas que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, sobretudo a questão do debate historiográfico e epistemológico para os fenômenos dos negacionismos e revisionismos ao longo da História, destaco uma série de trabalhos publicados por historiadores marxistas (que não ousam esconder seus referenciais teóricos), entre eles as obras organizadas pelo historiador da Universidade Federal Fluminense (UFF), Demian Bezerra de Melo, intituladas: 1) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* (2014), da qual foi bastante relevante o artigo “O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”, de autoria do próprio Demian; assim como o livro 2) *Contribuição à crítica da historiografia revisionista* (2017), também organizado por Melo, dessa vez em coautoria com os historiadores Carlos Zacarias Senna Junior (UFBA) e Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE-PR). Nessas duas obras teórico-historiográficas, tive acesso ao mais refinado debate teórico-filosófico sobre as questões do revisionismo, indo além da temática da ditadura civil-militar brasileira. Ainda nessas obras, tive acesso ao texto de autoria do historiador italiano Enzo Traverso, intitulado “Revisão e revisionismo” (2017), composta de sofisticado referencial teórico-metodológico para tratar do debate acerca do tema e dos chamados “usos públicos do passado” ou “usos políticos da História” (HABERMAS, 1987; HARTOG; REVEL, 2001).

Em referência ao debate teórico sobre o revisionismo/negacionismo histórico, a obra do historiador francês Pierre Vidal-Naquet, *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel* (1987), que reúne uma série de artigos escritos pelo historiador para refutar as mentiras propagadas pelo professor de literatura da universidade de Lyon – França e intelectual Robert Faurisson sobre a inexistência das câmaras de gás e do holocausto nazista durante a Segunda

Guerra Mundial. A obra de Vidal-Naquet é um marco nesse combate aos chamados negacionistas – que Naquet intitula apenas de “revisionistas” – até os tempos atuais.

Para os debates acerca da configuração do regime, bem como as polêmicas em torno de sua cronologia – início e fim da ditadura – contamos com um quarteto bastante conhecido e renomado no cenário acadêmico brasileiro, com trajetórias de trabalhos bem elaborados e refinados, servindo de base para quase todos(as) pesquisadores(as) interessados no tema da ditadura brasileira; falo dos professores-pesquisadores universitários Daniel Aarão Reis Filho (UFF), Carlos Fico (UFRJ), Marcos Napolitano (USP) e Rodrigo Patto Sá Mota (UFMG).

Começando pela ordem cronológica das publicações que ajudaram na nossa pesquisa, trabalhamos com muitas obras (livros e artigos) do historiador Daniel Aarão Reis Filho (UFF), um dos primeiros pesquisadores – historiador de formação – a abordar o tema da Ditadura, ainda na década de 1980, com a publicação de sua tese de doutoramento sobre as esquerdas armadas no Brasil, falamos do renomado trabalho *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil* (1990) e *Imagens da Revolução* (1985), onde reúne os principais documentos das organizações das esquerdas armadas no Brasil. Além dessas obras, destacamos outras mais recentes como: *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* (2000) e *Ditadura no Brasil entre Memória e História* (2015).

Também de importância relevante para o tema da Ditadura, com destaque para a pesquisa de como atuava a repressão no Brasil, assim como o auxílio estadunidense ao Golpe de 1964 – na chamada *Operação Brother Sam* – estão os trabalhos do professor Carlos Fico (UFRJ), entre eles destacamos seu artigo que versa sobre o debate teórico-historiográfico recente sobre a questão dos revisionismos e negacionismos da Ditadura, assim como não deixa de ser também uma resposta às críticas feitas pelo grupo de historiadores marxistas citados anteriormente, intitulado *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas* (2017).

Já do professor Marcos Napolitano (USP), foi de fundamental importância para nossa pesquisa o livro *1964: História do Regime militar brasileiro* (2014), assim como os artigos “O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica” (2011) e “Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI” (2021).

Sobre os trabalhos do professor Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG), destacamos o livro organizado por ele, intitulado *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai* (2015), assim como o artigo “A história no olho do furacão” (2020) e seu livro mais recente, *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* (2021).

Outras obras que foram consultadas na elaboração deste trabalho, já como fontes primárias, no intuito de crítica ao negacionismo histórico, são duas obras de cunho jornalístico: *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* (2011), do jornalista Leandro Narloch, e o texto “Ditadura Militar no Brasil ou Regime Militar? Entenda definitivamente como foi o Golpe de 64” e o audiovisual “1964: Brasil entre armas e livros” da empresa Brasil Paralelo. Ainda no bojo do revisionismo, beirando o negacionismo histórico e a polêmica envolvendo o episódio protagonizado pelo editorial do jornal *Folha de S. Paulo* conhecido como “*Ditabranda*”, consultamos a obra do historiador e comentarista político-midiático Marco Antonio Villa, intitulada *Ditadura à brasileira: a democracia golpeada a esquerda e a direita* (2014).

No tocante à confecção do produto educacional apresentado no final deste trabalho, utilizamos como base dois documentos oficiais do estado brasileiro sobre as violações dos Direitos Humanos no período de exceção estudado, são eles: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014) e o livro *Direito à verdade e à memória* (2007), produzido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República brasileira.

Quanto à estrutura, o presente trabalho está dividido em três partes, na seguinte ordem: no primeiro capítulo, intitulado *Revisionismo(s) e negacionismo(s) na historiografia*, iremos discutir as origens do termo “revisionismo” e “negacionismo” no decorrer dos debates historiográficos, sobretudo nos pós-Segunda Guerra Mundial, o contexto da Guerra Fria e os debates acalorados no que ficaram conhecidos como “*Historikerstreit*” ou “Querela dos historiadores” na Alemanha, polêmica pública travada entre os negadores do Holocausto, debate esse encabeçado pelo filósofo – herdeiro da Escola de Frankfurt – Jürgen Habermas contra o historiador italiano do fascismo Ernst Nolte. Nesse bojo, veremos também os debates entre a historiografia francesa, encabeçada pelo historiador Pierre Vidal-Naquet, contra o negacionismo do intelectual da Universidade de Lyon (França) – Robert Faurisson e sua negação das câmaras de gás e do holocausto hitlerista. Dentro desse capítulo, temos seções que abordarão o debate acadêmico envolvendo as polêmicas sobre a periodização da Ditadura brasileira e a natureza do Golpe de 1964 e do Regime em si.

No segundo capítulo, analisaremos as obras negacionistas escritas e divulgadas entre jornalistas e empresas privadas, que fazem sucesso, principalmente entre o público que frequenta as redes sociais da Internet, são elas: o Brasil Paralelo e suas obras acerca da Ditadura (obras escritas e audiovisuais) e o livro de autoria do jornalista Leandro Narloch, *Guia*

politicamente incorreto da História do Brasil (2011), que, no seu último capítulo, intitulado de “Os comunistas”, aborda o período da ditadura militar brasileira. Ambas as obras estão repletas de negacionismos ou, como o historiador Marcos Napolitano chama, de “Revisionismos Ideológicos” (2021). Veremos como o impacto das redes sociais tem impulsionado essas obras.

No terceiro e último capítulo, discutiremos como os negacionismos sobre a temática da Ditadura brasileira afetam a sala de aula, a partir de nossa experiência, enquanto professor da disciplina de História, na rede pública estadual do Rio Grande do Norte, sobretudo na Escola Estadual Professor José Fernandes Machado – Natal/RN, ministrando aulas para os alunos do 9º ano do ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio – períodos escolares em que é trabalhada a questão da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Analisaremos as respostas dos questionários aplicados a alunos da 3ª série do Ensino Médio nos anos de 2021 e 2022 sobre a temática da Ditadura civil-militar brasileira e as redes sociais.

No final da dissertação (em apêndice), apresentaremos a proposta didático-metodológica ou “produto educacional” a ser trabalhado em sala de aula, por qualquer professor(a) do país, referente ao tema da ditadura brasileira e o combate aos negacionismos. Esse produto está representado por um jogo de cartas didático intitulado “Jogo do ‘Fake’ ou Fato: desmistificando os principais negacionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”, fazendo alusão à “epidemia” de *fake news* (notícias falsas) que tem inundado as redes sociais brasileiras, e que se utilizam de um passado glorificado sobre a ditadura, ou seja, uma espécie de “utopia do passado” ou “retrotopia” (BAUMAN, 2017).

CAPÍTULO 1: REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS NA HISTORIOGRAFIA

Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história do nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem somente a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem a intenção de o fazer.

(HOBSBAWN, 1996, p. 14. In: *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

Neste capítulo, faremos uma breve análise do surgimento dos termos “negacionismo” e “revisionismo” na historiografia mundial, desde sua gênese, dentro do movimento operário no final do século XIX, passando pelos seus acalorados debates após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a interpretação de uma linha de historiadores negadores do Holocausto, sendo intitulados com a alcunha de “Assassinos da memória” pelo historiador Pierre Vidal-Naquet (1989). Ao mesmo tempo, mostraremos as diferenças entre esses dois termos. Adentraremos nos debates revisionistas, travados dentro das academias, sobre o estudo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), o caráter do Golpe e do Regime, assim como a duração da ditadura e sua cronologia, entrando na polêmica da chamada “ditabranda” e mostrando por que recusamos esse epíteto para o período de exceção civil-militar brasileiro.

1.1 AS ORIGENS DOS “ASSASSINOS DA MEMÓRIA”: O USO DOS TERMOS REVISIONISMO E NEGACIONISMO NA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA

O termo “revisionismo” tem origem nos debates dos movimentos operários de esquerda, sobretudo na social-democracia alemã, no final do século XIX e início do XX, tendo como seu principal porta-voz o político Eduard Bernstein¹¹, que pretendia rever algumas concepções ortodoxas de Marx. Sendo esse epíteto utilizado, por seus opositores, de forma pejorativa para acusar os possíveis traidores das ideias marxistas. Os historiadores começaram a utilizar esse

¹¹ Era membro e parlamentar pelo Partido Social-Democrata Alemão durante o final do século XIX e início do XX, rompeu com as ideias de Marx e Engels, reformulando a ideia de Socialismo e de tomada de poder pela classe trabalhadora de forma pacífica e através do parlamento, recebeu a alcunha de “Reformista” e “Revisionista” das ideias originais do marxismo.

termo em vários contextos após a Segunda Guerra Mundial, tendo grande impacto nas obras de historiadores como François Furet¹², Ernst Nolte¹³ e Renzo de Felice¹⁴, o primeiro para revisar o caráter da Revolução Francesa e os dois últimos o Nazismo e o Fascismo, respectivamente, sempre numa ótica antimarxista e com tendências liberais-conservadoras (MELO, 2013).

Durante os debates que envolviam historiadores que negavam a existência do Holocausto e das câmaras de gás nazistas (entre eles o britânico David Irving¹⁵ e o francês Robert Faurisson¹⁶) e se autodenominavam “revisionistas” – usando o termo como caráter de inovação de suas obras e não de forma pejorativa, como estratégia de adentrar no debate acadêmico –, o historiador Pierre Vidal-Naquet, chegou a intitular esses negacionistas como “assassinos da memória”, termo esse que virou título de seu livro.¹⁷ Já para o historiador italiano Enzo Traverso, o termo “Revisionismo” é uma palavra camaleão que assumiu ao longo do século XX significados diferentes e contraditórios, prestando-se a usos múltiplos e suscitando muitas vezes mal-entendidos” (TRAVERSO, 2012, p. 27). Muitas vezes, essas revisões criam, ainda segundo Traverso, “Tendências apologéticas na historiografia” e “Usos públicos da História” – ambos conceitos formulados por Jürgen Habermas (1987) para criticar essas obras negacionistas¹⁸ –, como no caso da tentativa de reabilitação do Fascismo e do Nazismo, que devem ser combatidas (TRAVERSO, Ibid).

Não obstante, é importante diferenciar a prática do revisionismo da prática do negacionismo, muitas vezes, erroneamente, tratados como homônimos. O tema do revisionismo também pode ser caracterizado como “revisão historiográfica” e é comum e aceitável na profissão de historiador, uma vez que ao se encontrar novas evidências e documentos sobre

¹² Em seu livro *Pensando a revolução francesa*, publicado em 1989, durante as comemorações dos 200 anos da Revolução da Marselhesa, o historiador – um marxista arrependido –, afirmou que o movimento iniciado com a Tomada da Bastilha teria sido um desastre para a sociedade francesa, se resumindo a um grande banho de sangue que não contribuiu para o avanço da França. Tal publicação foi alvo de críticas pelo historiador inglês Eric Hobsbawm em seu livro *Ecos da Marselhesa* (1989).

¹³ Em artigo intitulado “O passado que não quer passar” no jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, em junho de 1986, onde apresentou sua tese de que o Nazismo e o Holocausto foram “cópias do bolchevismo”.

¹⁴ Produziu revisões historiográficas sobre a Itália Fascista, colocando Mussolini como um patriota, que teria impedido a Itália do destino trágico da Polônia em mãos soviéticas.

¹⁵ Ficou famoso, mundialmente, após perder uma ação judicial promovida contra a historiadora Deborah Lipstadt e a editora *Penguin Books*, que o acusaram de “negador do Holocausto”. O tribunal inglês considerou que Irving deliberadamente deturpou as evidências históricas para promover a negação da *Shoah*. O caso deu origem a um livro e um filme, ambos chamados de “Negação”.

¹⁶ Publicou um artigo no jornal francês *Le Monde*, intitulado “O Problema das câmaras de gás, ou o rumor de Auschwitz” (1979), no qual negava a existência das câmaras de gás nazistas nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Foi processado anos depois pela justiça francesa por “incitação ao ódio racial”.

¹⁷ Cf. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: “Um Eichmann de papel”* e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.

¹⁸ Esse episódio ficou conhecido como a “Querela dos historiadores” ou “Historikerstreit”, na língua alemã. Sendo os dois artigos que iniciaram essa controvérsia, de Ernst Nolte e Jürgen Habermas, publicados no Brasil em *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, 1989.

determinado assunto do passado, se revisa a História. Todavia, o sufixo “ismo”, na palavra “revisãoismo” ganhou um caráter de reprovação, muitas vezes sendo esta usada como forma de xingamento (VIDAL-NAQUET, 1987; TRAVERSO, 2009; MELO, 2014). Alguns historiadores fazem uma diferenciação entre “revisãoismo historiográfico” e “revisãoismo ideológico”, o primeiro revisãoismo tem esse caráter de “revisão historiográfica”, como abordamos acima, já o segundo, tem o intuito de se utilizar do passado com fins políticos e ideológicos no presente (NAPOLITANO, 2019).

Já o termo negacionismo é usado quando se nega um fato historicamente verificado e verificável entre os estudiosos (NAPOLITANO, 2021), indo além da seara historiográfica, sendo recorrente também nas chamadas ciências duras (biologia, infectologia, física, meio ambiente etc.), podemos citar como exemplos os negadores das mudanças climáticas, ou da eficácia das vacinas, da negação do aquecimento global, ou ainda exemplos mais caricatos, como os defensores da teoria do planeta Terra em formato plano (vulgos “terraplanistas”). A palavra “negacionismo” foi utilizada pela primeira vez com caráter histórico por Henry Rousso (1987) para classificar os negadores do Holocausto e das câmaras de gás nazista.¹⁹ Sobre o negacionismo, seu anticientificismo, suas relações com as “teorias da conspiração” e seus usos políticos pela extrema direita, o professor Marcos Napolitano afirma que:

O negacionismo poderia ser definido como a negação *a priori* de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, [...] em outras palavras, o negacionismo rejeita o conhecimento histórico estabelecido em bases científicas e metodológicas reconhecidas, em nome de uma suposta verdade ocultadas pelas instituições acadêmicas, científicas e escolares. [...] os negacionistas alimentam e são alimentados pelas diversas “teorias da conspiração” [...] têm sido canalizadas por interesses políticos, sobretudo de partidos e líderes de extrema direita (NAPOLITANO, 2021, p. 98).

1.2 OS DEBATES REVISIONISTAS ACADÊMICOS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

No cenário da historiografia brasileira sobre o período da ditadura civil-militar (1964-1985), também encontramos um grande número de publicações revisionistas, sobretudo, após o ano de 2004, quando se “descomemorava” os 40 anos do golpe. Alguns historiadores

¹⁹ Cf. ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*. Paris: Seuil, 1987.

renomados, como Daniel Aarão Reis Filho²⁰ (UFF) – que também foi um militante revolucionário no período militar, passaram a advogar teses que redefinem os marcos cronológicos da ditadura brasileira. Para Reis Filho (2004), o período de exceção do regime militar teria ocorrido somente até o ano de 1979 – quando são revogados o Ato Institucional nº 5 (1º de janeiro de 1979) e concedida a Lei de Anistia (agosto de 1979), passando o Regime por um processo de “Transição”. Segundo o pesquisador, após essas revogações, restou “apenas” o que ele chama de “entulho autoritário”²¹ entre o período de 1979 a 1988, quando a partir de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição brasileira (vigente até os dias de hoje). O historiador chega a chamar esse período de “transição democrática”, afirmando que

[...] é mais que evidente que a ditadura acabou antes de 1985, pois os atos de exceção foram revogados a partir de 1979. Desde então, restabeleceu-se um Estado de Direito no país. Claro, marcado pelo que se denominou – e com razão – de “entulho autoritário” (REIS FILHO, 2015, p. 241).

Em um artigo para o jornal *Folha de S. Paulo* no 50º aniversário do Golpe de 1964 (2014), Reis Filho afirma que:

Depois de 1979, deixou de haver um estado de exceção no Brasil. Substituiu um Estado de Direito Autoritário, sem dúvida, marcado pelo chamado “entulho autoritário”, que só seria revogado pela Constituição de 1988. Entre 1979 e 1988, o país conheceu um período de transição – ainda não havia um Estado de Direito democrático, mas já não existia ditadura (CALIL apud REIS FILHO, 2017, p. 88).

Reis Filho defende uma “revisão crítica permanente”²² dos estudos sobre a ditadura civil-militar e as tradições autoritárias no Brasil, de acordo com os resultados apresentados, ao longo de novas pesquisas sobre o período estudado. Ainda sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira, temos um grande debate em relação a sua nomenclatura. Atualmente é quase consenso chamar o golpe ocorrido em 31 de março de 1964 de “golpe civil-militar” (REIS FILHO, 2004; FICO, 2012; NAPOLITANO, 2014), haja vista a participação de atores civis na confecção do golpe, como, por exemplo, o papel central dos governadores da Guanabara

²⁰ Foi dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tendo participado do famoso episódio do sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, que resultou na troca de 15 presos políticos e a leitura de um manifesto revolucionário nos principais meios de comunicação do Brasil em troca da vida do embaixador.

²¹ Seriam leis impostas por atos ditatoriais como, por exemplo: a Reforma constitucional de 1969; o Pacote de Abril de 1967 e a Reforma política de 1978.

²² “Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente” foi o título dado à palestra ministrada pelo professor na aula inaugural do Programa de pós-graduação em História Social da USP, em 1º de setembro de 2020.

(Carlos Lacerda), de São Paulo (Adhemar de Barros), de Minas Gerais (Magalhães Pinto) e do presidente do Senado Auro de Moura Andrade (PDS) – que decretou a vacância da presidência da república na madrugada de 2 de abril de 1964, mesmo com o presidente João Goulart em território nacional. Sem falar da participação da sociedade civil em apoio ao golpe como as famosas “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”, realizadas em várias capitais brasileiras e cidades médias ao longo do ano de 1964 (antes e pós-golpe).

Todavia, esse consenso já não se apresenta ao tratar do caráter do governo instalado a partir de 1964. Alguns historiadores defendem o termo “civil-militar” para caracterizar o regime (REIS FILHO, 2004), outros apenas regime “militar” (FICO, 2012; NAPOLITANO, 2014), uma vez que para esse segundo grupo de historiadores, ao longo do processo do regime, os atores civis foram colocados de lado, ou excluídos da administração do executivo federal e de suas autarquias, centrado em atores militares.

Outros historiadores preferem usar a terminologia “Ditadura Empresarial-militar”, colocando assim, em primeiro plano, a questão da disputa de classes sociais – numa leitura marxista –, do golpe militar brasileiro, usando para essa defesa, sobretudo, os argumentos presentes no clássico livro do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe* (1981)²³. Nesta obra, que é resultado de um trabalho minucioso de investigação de fontes documentais, a partir dos arquivos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), encontramos as correspondências entre o apoio empresarial brasileiro junto ao capital estrangeiro ao Golpe e ao Regime civil-militar que se estabeleceu a partir da década de 1960, assim como o papel decisivo do IPES, com apoio do Departamento de Estado dos EUA, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) com apoio da CIA e associado à Escola Superior de Guerra (ESG) na “conquista do estado brasileiro”.²⁴

Nessa perspectiva “dreifussiana”, outros historiadores defendem que o período de exceção foi maior que os já consagrados 21 anos, como é o caso de Pedro Campos (2014)²⁵ e Gilberto Calil (2017), defensores da tese de duração de 24 anos de ditadura, abrangendo, assim,

²³ Cf. DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁴ Para o aprofundamento sobre tal obra, cf.: MELO, Demian Bezerra de; HOEVELER, Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 13-43, 2014; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. Sillogés*, v.3. n. 1, p.15-42, jan./jun. 2020.

²⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.

até o ano de 1988, com a promulgação de uma nova Constituição, que por sua vez encerrou as legislações herdadas do golpe de abril de 1964.²⁶

1.2.1 A polêmica da “Ditabranda”

Ainda no Brasil, no ano de 2009, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou um editorial em que chamava o período da ditadura civil-militar brasileira de “Ditabranda”²⁷, uma vez que, segundo o jornal, a ditadura brasileira matou bem menos, comparativamente, do que a argentina e a chilena²⁸, criando assim um macabro ranking de mortes das ditaduras do Cone Sul da América. O editorial gerou diversos protestos, tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade civil, que lançaram vários manifestos contra o jornal. Nesse mesmo período, o historiador Marco Antônio Villa (UFSCar) saiu em defesa do jornal e publicou um artigo intitulado “Ditadura à brasileira”, que anos mais tarde, em 2014 (50 anos do golpe), iria resultar no livro *Ditadura à brasileira: a democracia golpeada à esquerda e a direita*, tendo grande tiragem de vendas e divulgação nas mídias, alavancando a imagem do autor como famoso comentarista político de rádios e jornais da grande imprensa (*Globo News, Rádio Jovem Pan, revista Veja, TV Cultura* etc.).

No livro de Villa, é apresentada uma nova cronologia do período ditatorial brasileiro, que diminuiria os popularmente estabelecidos 21 anos de duração (1964-1985), para um período de apenas 10 anos (1968-1978). O historiador afirma que o período de 31 de março de 1964 (dia do golpe) a 13 de dezembro de 1968 (publicação do AI-5) não se configura como “ditadura”, uma vez que o Congresso Nacional continuava funcionando e existiam liberdades artísticas e culturais no país. Segundo essa tese, a ditadura propriamente dita começaria a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5 (no dia 13 de dezembro de 1968), quando o Congresso Nacional é fechado, é imposta a censura prévia aos meios de comunicação, *habeas corpus* são suspensos e se extinguem as imunidades parlamentares.

Todavia, ao analisarmos os dados dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (2014), percebemos que ainda nos primeiros dias do golpe de abril de 1964, a quantidade de

²⁶ Cf. CALIL, Gilberto. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JUNIOR, C. Z.; MELO, D. B.; CALIL, Gilberto (org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

²⁷ No editorial de 17 de fevereiro de 2009, intitulado “Limites a Chavez”, é usado o neologismo “ditabranda” para caracterizar o período militar brasileiro (1964-1985).

²⁸ Baseados em dados das Comissões da Verdade em ambos os países, estima-se que durante o período de exceção no Brasil foram vitimados pouco mais de 450 opositores políticos, enquanto na ditadura chilena foram 3.000 e na Argentina, cerca de 30.000.

cidadãos presos e cassados é enorme: tanto civis como militares – entre esses últimos, a quantidade de detidos (entre praças e oficiais) é tamanha que é preciso usar navios como prisões:

No Rio de Janeiro, em razão do número de militares presos, vários navios de transporte tornaram-se locais de detenção. Entre estes destacam-se o Raul Soares, o Princesa Leopoldina e o Ary Parreira, ancorados na Baía da Guanabara. Nesses navios, militares permaneceram encarcerados por meses, sob condições de detenção indignas. [...] Preliminarmente, 1.509 marinheiros e fuzileiros navais foram detidos e expulsos da corporação por seus comandantes, assim como centenas de sargentos, muitos deles torturados (BRASIL, 2014, p. 26-27).

No dia 10 de abril de 1964, com a publicação, pela autointitulada Junta Militar Revolucionária, do Ato Institucional (posteriormente nomeado como AI-1), foram divulgados os nomes dos primeiros cidadãos cassados pelo novo governo, sendo expulsos, sumariamente, 122 oficiais das Forças Armadas. No dia 14 de abril, o comando revolucionário divulgou nova lista de cassações, incluindo 67 civis e 24 oficiais das forças armadas.

Outro episódio que demonstra a violência do estado antes do AI-5, aconteceu no dia subsequente ao golpe (1º de abril de 1964), a CNV relata o assassinato de dois estudantes na cidade do Recife –PE, são eles: Jonas José de Albuquerque Barros (secundarista) e Ivan Rocha Aguiar (estudante de engenharia), ambos participavam de uma passeata contra a prisão do então governador de Pernambuco – Miguel Arraes –, quando foram alvejados por arma de fogo da polícia militar desse estado²⁹. Ainda no mesmo dia, na cidade do Recife, podemos relatar o macabro episódio em que o líder comunista e organizador das Ligas Camponesas, Gregório Bezerra (então com 64 anos de idade) foi preso, amarrado pelo pescoço a um jipe do Exército e arrastado pelas ruas da cidade, antes de ser detido na carceragem.

Uma semana após o golpe militar – precisamente no dia 9 de abril de 1964 – o autodeclarado Comando Supremo da Revolução, chefiado pelo general do Exército e futuro presidente da república – Artur da Costa e Silva –, decreta a publicação do Ato Institucional (mais tarde nomeado como AI-1), nesse dispositivo era apresentada a primeira lista de cassações do novo regime, entre os nomes que compunham a lista estavam: os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, os governadores Miguel Arraes (Pernambuco) e Seixas Dória (Sergipe), o deputado federal Leonel Brizola, o líder das Ligas Camponesas e deputado federal, Francisco Julião, o líder comunista Luís Carlos Prestes, os ex-ministros de Goulart – Celso

²⁹ Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/jonas-jose-albuquerque-barros-2/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

Furtado e Darcy Ribeiro –, mais 40 deputados federais, assim como o prefeito da cidade do Natal – RN, Djalma Maranhão, além de sindicalistas, intelectuais e oficiais das Forças Armadas, totalizando 100 cidadãos que teriam seus direitos políticos cassados por um prazo de dez anos.

Na compreensão de Villa, quando o AI-5 é extinto (em 1º de janeiro de 1979), no último ano do governo do general-presidente Ernesto Geisel, se encerraria o período ditatorial brasileiro. O autor compreende que nos anos posteriores (1979 a 1985), não teríamos mais uma ditadura, estaríamos vivenciando uma transição democrática, ainda que tivéssemos um presidente-general de “quatro estrelas” no poder, João Baptista Figueiredo, até 15 de março de 1985.

Em contrapartida a essa tese de Villa, podemos argumentar que após o ano de 1979 ainda estava em vigor o chamado “entulho autoritário” como: a Lei de Imprensa³⁰, a Lei de Segurança Nacional³¹ e a própria Constituição autoritária de 1967, assim como o fato de terem ocorrido diversos atentados à bomba, sequestros e espancamentos de personalidades opositoras ao regime autoritário, praticados por grupos da extrema-direita militar e civil – entre esses grupos podemos citar: o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Grupo Anti-Comunista (GAC), Movimento Anti-Comunista (MAC), Tradição Família e Propriedade (TFP), Movimento de Reorganização Nazista (MRN), Falange Pátria Nova, entre outros.

Durante os anos de 1979 a 1981, houve uma série de atentados, entre os mais famosos destacamos: explosões em várias bancas de jornais, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)³², na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e no estacionamento do centro de convenções do RioCentro³³. No livro organizado por pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), intitulado *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura* (1995)³⁴, é compilada uma cronologia de vários atentados cometidos por essa extrema-direita civil-militar, após o ano de 1979, ou seja, após a revogação do AI-5 (1º de janeiro de 1979). Apesar da longa citação, vale a pena mencionarmos, para nos contrapormos à tese de Villa. Por ordem cronológica, são eles:

³⁰ Lei nº 5.250, de 14 de março de 1967.

³¹ Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.

³² O atentado aconteceu no dia 27 de agosto de 1980, culminando na morte da secretária Lyda Monteiro da Silva.

³³ No dia 30 de abril de 1981 (véspera de feriado do dia do trabalhador/a), onde dois membros do exército brasileiro explodiram em si mesmos, por acidente, uma bomba dentro de um carro no estacionamento do local (matando um e ferindo outro), no momento acontecia uma grande festa, organizada por movimentos sociais e partidos de esquerda, em comemoração ao dia do trabalhado/a (1º de maio).

³⁴ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995. 328 p.

- 4 de outubro de 1979: Explosão de uma bomba incendeia o carro do jornalista Helio Fernandes, no Rio de Janeiro. (p. 310);
- 18 de janeiro de 1980: Desativada bomba no Hotel Everest, no Rio, onde estava hospedado Leonel Brizola. (p. 311);
- 27 de janeiro de 1980: Bomba explode na quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no Rio, pouco antes de ser iniciado ato de apoio ao PMDB. (p. 311);
- 2 de fevereiro de 1980: É encontrada, antes de explodir, bomba colocada no aeroporto de Brasília. (p. 311);
- 13 de março de 1980: Desativada bomba no escritório do advogado Sobral Pinto, no Rio. (p.312);
- 30 de março de 1980: Duas bombas explodem no jornal Hora do Povo, no Rio de Janeiro. (p.312);
- 26 de abril de 1980: Bomba explode em uma loja do Rio que vendia ingressos para o Show do 1º de maio. (p. 312);
- Abril de 1980: Em diversas cidades do país, bancas de jornal que vendiam jornais de esquerda começam a ser atacadas, numa ação que durou até setembro. (p.313);
- 2 de julho de 1980: O jurista Dalmo Dallari é sequestrado na porta de sua casa, em São Paulo, e espancado. (p. 313);
- 10 de julho de 1980: Tiros são disparados contra a sede do PT. (p. 313);
- 11 de julho de 1980: O escritório do deputado Aírton Soares (PT-SP) é atacado a tiros. (p. 313);
- 17 de julho de 1980: Explode uma bomba no auditório do Instituto de Educação de Belo Horizonte, enquanto fala o ex-governador Leonel Brizola. (p.313);
- 27 de agosto de 1980: Explode bomba-carta enviada ao jornal carioca Tribuna Operária. Outra bomba-carta é enviada a sede da OAB, no Rio, e na explosão morre a secretária Lygia Monteiro. Explode a terceira bomba-carta, dessa vez no prédio da Câmara municipal do Rio. (p. 314);
- 30 de abril de 1981: Durante show de música popular para 20 mil pessoas, uma bomba explode dentro de um automóvel que manobrava no estacionamento do Rio Centro, na Barra da Tijuca, no Rio. Morre no seu interior o sargento Guilherme Pereira do Rosário e, gravemente ferido, abandona o veículo o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército (p. 314) (D'ARAUJO *et al*, 1995, p. 310-314).

Além dessa nova periodização, Antônio Villa defende a tese de que a democracia brasileira estava ameaçada, tanto por setores da Direita, quanto pela Esquerda política – essa última já organizava grupos armados, para a tomada do poder constituído, desde 1962³⁵. Nesse quesito, Villa se utiliza da chamada “teoria dos dois demônios”³⁶, colocando os grupos de Esquerda brasileiros no “banco dos réus da História”.

³⁵ Ano em que foram descobertos no Brasil, oito campos de treinamento militar financiados por Cuba, pertencentes ao Movimento Revolucionário Tiradentes, ligado às Ligas Camponesas (VILLA, *op.cit*, p. 43).

³⁶ A tese surgiu na Argentina, quando se instalou a Comissão da Verdade para identificar e denunciar os autores de crimes contra a humanidade durante a última ditadura militar daquele país (1976-1983). Os torturadores passaram a alegar que tudo aquilo era injusto e deveria ser esquecido, uma vez que o outro lado, também havia cometido delitos. Haveria, portanto, dois demônios (Direita e Esquerda). Mais recentemente, essa tese tem sido desmontada por trabalhos que apresentam a violência política na Argentina a partir do conceito de Terrorismo de

CAPÍTULO 2: OBRAS NEGACIONISTAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA, FAKE NEWS, REDES SOCIAIS E A HISTÓRIA PÚBLICA

Diante de um Eichmann de papel temos de responder com papel. Alguns de nós já o fizeram, e continuaremos a fazê-lo. Com isso, não nos colocamos no terreno de nosso inimigo. Não “o discutimos”, desmontamos os mecanismos de suas mentiras e de suas falsidades, o que pode ser metodologicamente útil às gerações mais jovens.

(VIDAL-NAQUET,1988).

Neste capítulo, debateremos a questão do negacionismo histórico presente fora dos “muros das universidades”, contidas em duas produções jornalísticas, de bastante audiência nesses últimos anos, que abordam o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), são elas: o último capítulo, intitulado “Comunistas”, do livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (2009), de autoria do jornalista Leandro Narloch, e o texto “*Ditadura Militar no Brasil ou Regime Militar? Entenda definitivamente como foi o Golpe de 64*” (2021) e o audiovisual “*1964: o Brasil entre armas e livros*” (2019), ambos da produtora Brasil Paralelo.

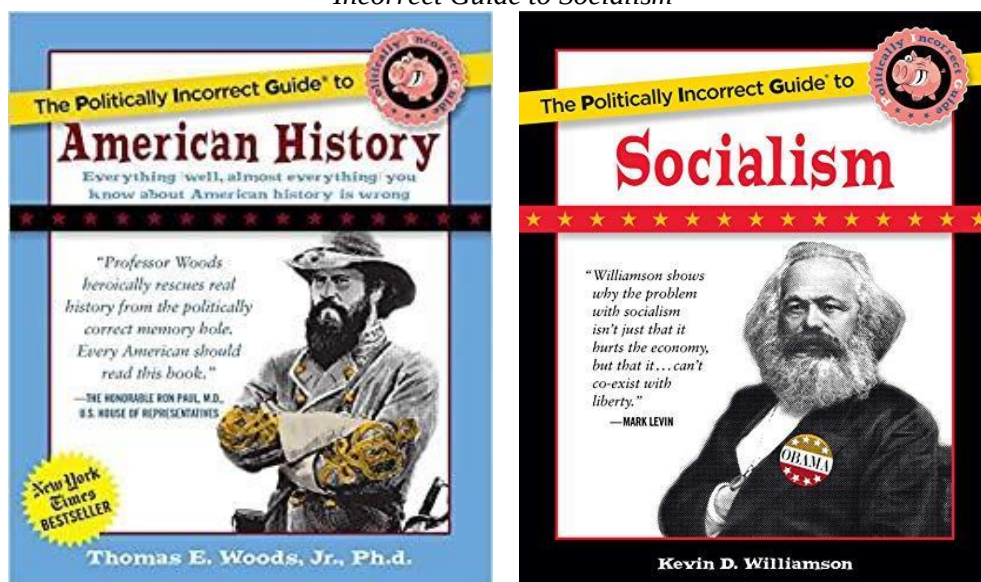
2.1 UM GUIA POLITICAMENTE “DESONESTO” DA HISTÓRIA DO BRASIL

Leandro Narloch é um jornalista que começou sua carreira nas revistas *Veja*, *Superinteressante* e *Aventuras na História*, publicadas pela Editora Abril. Em 2009, lançou o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, pela Editora Leya. Na sequência, vieram outras publicações com a mesma temática “politicamente incorreta”, como: *Guia politicamente incorreto da América Latina* (2011), *Guia politicamente incorreto da história do mundo* (2013), ente outros títulos sensacionalistas. Os livros da coleção trazem uma linguagem de fácil acesso, tendo sua formatação semelhante à de uma revista popular, com muitas ilustrações e quadros informativos – técnicas para tornar a leitura mais atrativa, sem falar das temáticas polêmicas, que por si só já atraem os leitores ávidos por descobrir as mentiras e as fofocas de grandes personalidades da História.

Estado, quer dizer, a prática da violação dos direitos humanos como arma política. Ver: FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

A ideia dos “guias” politicamente incorretos não é uma invenção brasileira, nem muito menos do próprio Narloch, na verdade, é uma versão nacional de uma série editorial que surgiu nos Estados Unidos no ano de 2004, com o historiador Thomas E. Woods Jr³⁷. Essa é uma coleção que aborda temas polêmicos e sensíveis à sociedade estadunidense, como a Guerra de Secessão e a questão da escravidão, a Crise de 1929, a Guerra do Vietnã, o perigo do comunismo e do socialismo para a sociedade norte-americana (esse último, de autoria de Kevin D. Williamson, apresenta em sua capa uma foto de Karl Marx com um *botton* do ex-presidente Barack Obama (Partido Democrata) no peito).

Figura 1 – Capa dos livros *The Politically Incorrect Guide to American History* e *The Politically Incorrect Guide to Socialism*



Fonte: Amazon.com.³⁸

O primeiro livro brasileiro alvo da nossa análise gerou muita polêmica entre a comunidade acadêmica e nos movimentos sociais, uma vez que, além de distorcer os fatos históricos e agredir os historiadores, também tem um forte viés ideológico (coisa que o autor diz combater) liberal-conservador, sempre questionando e menosprezando os grupos historicamente oprimidos, como, por exemplo, os indígenas e os escravos, além de tecer elogios às “maravilhas” do sistema capitalista.

³⁷ Intitulado *The Politically Incorrect Guide to American History*, chegou na lista de best-sellers do *New York Times* e teve grande audiência entre os grupos conservadoras dos EUA. Thomas Woods também é membro sênior do *Mises Institute* e colaborador da revista *American Historical Review*, como o próprio nome sugere entusiasta dos negacionismos históricos, travestida de “revisionista”.

³⁸ Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Politically-Incorrect-GuideSocialism/dp/1596986492>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Um dos intuitos do jornalista Leandro Narloch com sua obra é ser provocativo, ao apresentar seu livro, ele escreve:

É hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta. Este guia reúne histórias que vão diretamente contra ela [...] esse livro não quer ser um falso estudo acadêmico, como o daqueles estudiosos, e sim uma provocação. Uma pequena coletânea de pesquisas históricas sérias, irritantes e desagradáveis, escolhidas com o objetivo de enfurecer um bom número de cidadãos (NARLOCH, 2009, p. 4).

Narloch, além de provocativo e instigador de discurso de ódio, demonstra, com a citação acima, seu desprezo à academia e seus pesquisadores, alvos de ataques constantes pelo autor no decorrer do livro. O jornalista também está a serviço de uma visão conservadora e apaziguadora da História, tentando mostrar que o passado não foi bem assim como os professores de história “militantes de esquerda” – como o jornalista gosta de se referir a esses profissionais – ensinaram aos alunos. Além de nos acusar de mentirosos e de manipuladores do passado, o escritor passa um verniz nos acontecimentos traumáticos da nossa história, como a escravidão, a dizimação dos nativos americanos e a ditadura civil-militar brasileira. Conforme citação abaixo, Narloch está mais preocupado em afirmar que, graças ao golpe de 1964, o Brasil se livrou do perigo comunista, que seria bem pior e teria matado bem mais do que foi a ditadura civil-militar brasileira, escondendo para debaixo do tapete as desigualdades, a concentração de renda e a corrupção que assolaram esse período obscuro da nossa história:

Se o governo e a sociedade brasileira mantiveram o país longe dos comunistas, existe aí um motivo para nos sentirmos aliviados: o país pôde avançar livre dos perigosos profetas da salvação terrena. Também há motivos para festejarmos: nos últimos cinquenta anos, enquanto a população quase triplicou, os índices de qualidade de vida mais que dobraram. Existe aí até mesmo um motivo para trair a proposta deste livro e expressar um êxtase de patriotismo. Viva o Brasil capitalista (NARLOCH, 2009, p. 223).

Em certo momento Leandro Narloch chega a minimizar e até, de certa forma, defender a tortura cometida pelos órgãos de repressão aos presos políticos, usando o subtítulo “Por que eles torturavam?”. O autor afirma:

Os militares e a polícia recorreram tanto a tortura para destruir os grupos de luta armada porque eram pouco experientes na arte de investigar e perseguir suspeitos [...] a ditadura brasileira foi uma das menos atroz de todo o século 20 e que é difícil pensar num regime não democrático que tenha matado menos que o brasileiro (NARLOCH, 2009, p. 214).

Durante a leitura do livro, notamos, que o autor se utiliza, muitas vezes, do que os historiadores chamam de História contrafactual, ou seja, criar especulações para contrapor os fatos ocorridos na História. Narloch se utiliza dessa “técnica” para corroborar seus argumentos e defender as atrocidades do regime militar, um exemplo disso é quando o autor conjectura a possibilidade imaginária de como seria o Brasil, caso os grupos armados de esquerda tivessem triunfado na década de 1960:

Fazendo algumas contas, é possível supor que a tragédia poderia ter sido ainda pior que a dos vizinhos sul-americanos. Se o Brasil vivesse um regime como o de Cuba ou o chinês, como sonhavam os guerrilheiros de esquerda, pelo menos mais de 88 mil pessoas seriam mortas. Se a ditadura socialista brasileira matasse 90% menos que a cubana, haveria vinte vezes mais mortos que as vítimas dos militares. Por fim, se déssemos o azar de sermos governados por socialistas mais agressivos, como o ditador Pol Pot, do Camboja, assistiríamos ao maior genocídio do século 20 (NARLOCH, 2009, p. 212).

Sobre o uso de hipóteses contrafactuais na narrativa histórica, ou de “uma história que poderia ter sido...”, o saudoso historiador britânico Eric Hobsbawm já alertava que “a história deve partir do que aconteceu, o resto é especulação”³⁹ (HOBSBAWM, 1996, p. 264). Recentemente, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, em entrevista, responde à questão a partir de dados da pesquisa histórica.⁴⁰

No ano de 2017, o canal de televisão History Channel Brasil, produz e exhibe uma série homônima ao livro de Narloch, sendo facilmente encontrada na plataforma de internet YouTube⁴¹. Nessa série há relatos tanto do próprio Leandro Narloch, como de alguns historiadores e acadêmicos, como é o caso do já citado Marco Antonio Villa e do professor de filosofia Luis Felipe Pondé⁴². Todavia, ainda apresentam personalidades não acadêmicas e ligadas às polêmicas da Nova Direita brasileira, como é o caso do cantor Lobão, que se utiliza de uma linguagem chula e com poucos fundamentos para criticar os professores de história, acusados de “doutrinadores e mentirosos” e algumas personalidades do mundo artístico e político brasileiro.

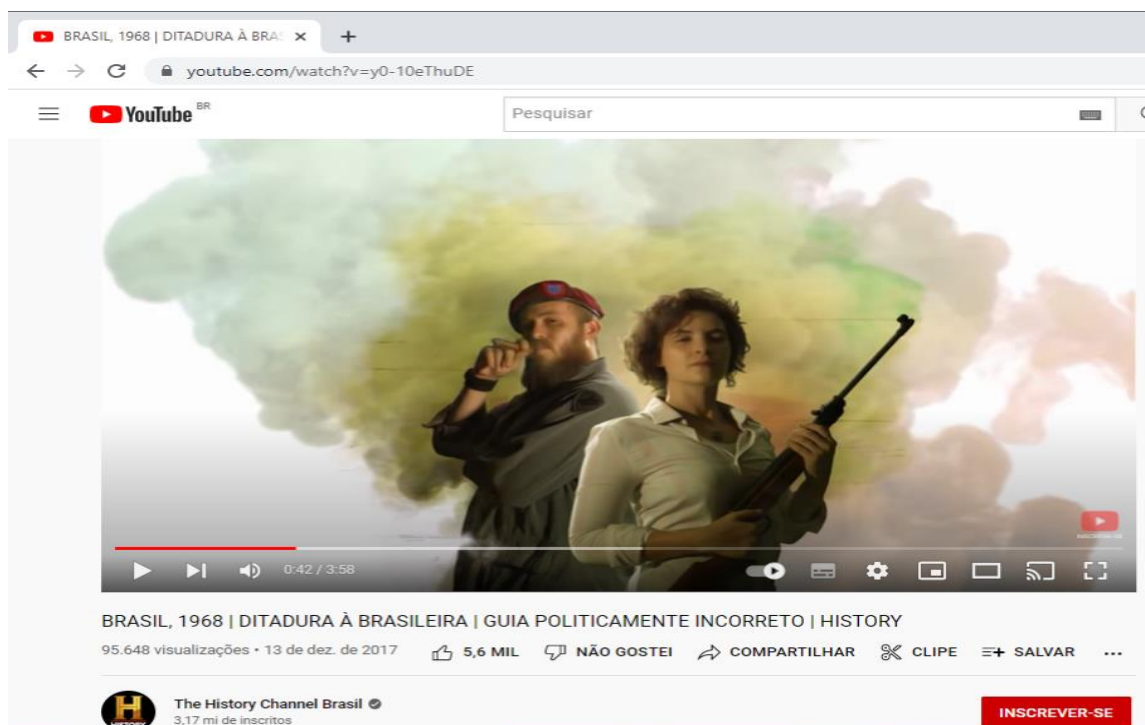
³⁹ Cf. HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*: dois séculos revêem a Revolução Francesa. p.264.

⁴⁰ Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>. Acesso em: 02 out. 2020.

⁴¹ A série televisiva foi ao ar em oito episódios durante o segundo semestre do ano de 2017, apresentada por Felipe Castanhari, um youtuber com grande influência na juventude, que se aventura em contar conteúdos de História em seu canal – o “Nostalgia” – na plataforma de internet Youtube, com milhares de visualizações e seguidores. Durante o período de exibição, o programa foi alvo de críticas de estudiosos renomados, como a historiadora Lilian Schwartzman e o jornalista e biógrafo Lira Neto, esses não liberaram suas entrevistas para a série de TV por não concordarem com o tipo de abordagem sensacionalista aplicada.

⁴² São de autoria de Luis Felipe Pondé dois livros da coleção Politicamente Incorreta – que acabou virando uma “franquia”, com os títulos *Guia Politicamente incorreto da Filosofia* e *Guia Politicamente incorreto do sexo*.

Figura 2 – Print da página do Youtube da vinheta do documentário *Guia politicamente incorreto da História do Brasil – The History Channel Brasil*.



Fonte: *The History Channel Brasil – Youtube.*⁴³

Sobre a obra de Narloch, a professora Sônia Meneses (URCA), escreveu um artigo⁴⁴ no qual tece duras críticas às formas e às estratégias de linguagem utilizadas pelo jornalista, e respectivamente, ao programa televisivo baseado no livro, focados em apresentar as polêmicas da História brasileira sem, contudo, serem honestos e omitirem parte das fontes pesquisadas para a produção da obra, apresentadas aos leitores e telespectadores, como “pesquisas históricas sérias” e inovadoras, resumindo-se, em boa parte, em reproduzir velhos preconceitos historiográficos.

Num cenário tão diverso, algumas obras assumiram vieses claramente conservadores ou negacionistas, dissimuladas em linguagens atualizadas e formas de interação nas quais as maneiras de dizer importam mais do que o que é dito. O aparente frescor das imagens vibrantes, a participação de youtubers famosos na apresentação de conteúdos que seriam fruto de “pesquisas históricas sérias” ou a “descoberta” de novidades sobre o passado em grande medida se configuram numa releitura de antigos paradigmas que sustentam a manutenção de processos excludentes, preconceitos e conclusões

⁴³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE&t=42s>. Acesso em: 28 out. 2022.

⁴⁴ Cf. MENESES, Sonia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, n.15, p. 66-88, 2019.

que utilizam de forma desonesta as informações extraídas de teses e dissertações, ou mesmo fontes históricas, selecionadas e recortadas para referendar argumentos cujo fim é a desqualificação política de vários sujeitos e enunciados científicos (MENESES, 2019, p. 72).

Meneses (2019, p. 78) classifica esse tipo de escrita de “História abusiva”, uma vez que “utiliza registros e fontes originais, teses e dissertações, mutilando resultados e conclusões de maneira a referendar seus argumentos”. O *guia politicamente incorreto da História do Brasil* se diz combater a “doutrinação” presente na sala de aula, todavia, faz exatamente o contrário do que se pretende ser.

Para Motta⁴⁵ (2020), “[...] a história ocupa lugar central nas batalhas políticas presentes sendo objeto de tantas disputas e manipulações de parte de quem pretende justificar seus projetos de poder. [...] A história e os historiadores estão, portanto, no olho do furacão”. Portanto, nós professores/historiadores, devemos nos posicionar nesse debate público, começando pela sala de aula. A tarefa é dura e muitas vezes desgastante, todavia não devemos abaixar a guarda, sempre atentos aos rigores da metodologia científica e da pesquisa histórica, elaboraremos nossa argumentação contra os negacionismos presentes no debate público atual que desembocam na sala de aula.

2.2 O NEGACIONISMO PARALELO

[...] e sendo sempre as batalhas pela interpretação do passado parte de lutas mais amplas pela hegemonia no presente, a condenação do revisionismo contemporâneo não deve se dar meramente pela sua “politização”. Mas sim pela pobreza de suas bases teóricas, que simplificam por demais a realidade, e por suas conclusões historiográficas, repletas de distorções, omissões ou mesmo falsificações.

(MONTEIRO, 2017, p. 239)⁴⁶

Neste subcapítulo, analisaremos o texto “Ditadura Militar no Brasil ou Regime Militar? Entenda definitivamente como foi o Golpe de 64” (2021) e o audiovisual *1964: o Brasil entre armas e livros* (2019), ambos de autoria da empresa Brasil Paralelo, e como essas produções se

⁴⁵ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios para uma história do tempo presente no Brasil. In: Questões para a história do tempo presente em tempos pandemônicos, realizada no dia 4 de junho, pelo Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG. Belo Horizonte, 2020.

⁴⁶ MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade” entre bolchevismo e stalinismo. In: SENA JÚNIOR, C. Z.; MELO, D. B.; CALIL, Gilberto (org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. v. 1. 372p.

utilizam do negacionismo histórico para abordar o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Para isso, analisaremos em seções alguns fatores presentes nessas duas produções como: Relativização da ditadura e propaganda anticomunista, Anacronismos e usos políticos da História, assim como sua narrativa semelhante à produzida pelo *Orvil* – livro elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e suas relações com as teorias conspiratórias do “guru” da extrema-direita brasileira, Olavo de Carvalho.

2.2.1 Relativização da ditadura e propaganda anticomunista

O historiador francês Paul Ricoeur (2000) “afirma existirem três motivos que compelem à falsificação na história: impedir a memória, manipular a memória e impor determinada memória” (RICOEUR apud BAUER; NICOLAZZI, 2016).

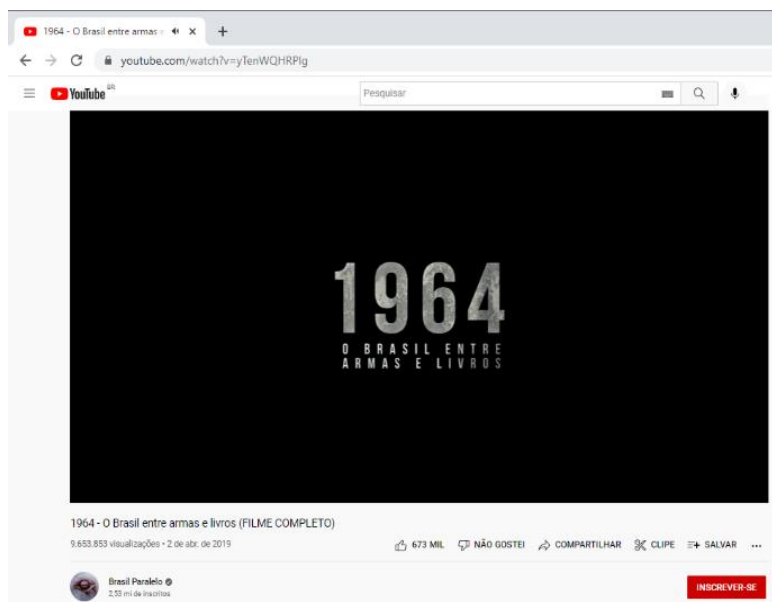
Analisando o texto “Ditadura Militar no Brasil ou Regime Militar? Entenda definitivamente como foi o Golpe de 64” (2021), hospedado no site da empresa Brasil Paralelo, de autoria não definida, apenas assinado por “Redação do Brasil Paralelo”⁴⁷, notamos alguns pontos problemáticos no tocante à historiografia acadêmica relativamente consagrada sobre o golpe de 1964 e sucessiva ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Ao longo deste capítulo, tentaremos demonstrar esses relativismos dos acontecimentos passados ou mesmo deturpações do passado histórico, recorrendo ao que chamamos de “negacionismos históricos” (ROUSSO, 1987) praticados pela empresa audiovisual nesse conteúdo.

Na introdução do texto da “Brasil Paralelo”, é ressaltado que a produção é resultado do filme-documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (2019) – ver Figura 3 –, filme este que, segundo seus idealizadores, foi vítima de censura em vários colégios e universidades brasileiras, mesmo tendo sido fruto da pesquisa de dezenas de especialistas. Além do vitimíssimo relatado nessa pretensa perseguição intelectual à obra, também nos indagamos quem seriam esses “especialistas” citados no texto. A estrutura do texto analisado é dividida em pequenos capítulos – com o intuito de facilitar a leitura –, sem usar de linguagem rebuscada ou “jargões acadêmicos”, mais adaptada ao estilo jornalístico presente nas redes sociais e seus textos curtos. Num primeiro momento, percebemos que: 1) o texto se reveza entre os usos das palavras “ditadura militar” e “regime militar” ao longo de seu desenvolvimento; 2) afirma que o período militar é “um dos períodos mais deturpados da História do Brasil”; 3) faz apologia ao sistema de governo dos Estados Unidos da América, reverenciando-o como grande salvador da

⁴⁷ Texto disponível em: <https://conteudo.brasilparalelo.com.br/historia/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

“democracia ocidental” e dos “valores cristãos”, principalmente no pós-Segunda Guerra e sucessiva Guerra Fria.

Figura 3 – Print do documentário “1964: Entre armas e livros” – Brasil Paralelo



Fonte: Brasil Paralelo – Youtube.⁴⁸

Ao começarmos pela análise do título do texto, deveras pretensioso, notamos em seu subtítulo o uso da expressão “Entenda definitivamente como foi o Golpe de 64”, dando a impressão ao leitor que nesse pequeno texto está presente a verdade absoluta sobre o golpe, que ninguém ainda não lhe contou – principalmente seu professor de História (uma das principais vítimas das calúnias da empresa – ver Figura 4). Esse recurso retórico nos lembra bastante uma sintonia com o movimento intitulado “Escola sem partido”⁴⁹, que tem como principal missão o combate à chamada “educação crítica” e pretende cercear a liberdade de cátedra dos professores(as).

⁴⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: 28 mar. 2022.

⁴⁹ Movimento criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, ganhou força no debate nacional a partir de 2014, quando foi apresentado na Câmara dos Deputados como projeto de lei (PL 7180/14), reformulado e novamente apresentado na Câmara federal em 2019 (PL nº 246/19), sendo arquivado pela pressão das entidades estudantis e de professores em ambos os momentos. Um dos lemas desse movimento é que “professor não é educador”, quem educa é a família, ou seja, segundo esse movimento, os(as) professores(as) não podem ministrar conteúdos que vão de encontro aos preceitos familiares dos(as) alunos(as).

Figura 4 - Propaganda de uma série da Brasil Paralelo deferindo ataques às escolas e seus professores



Fonte: Site Esquerda Online⁵⁰.

Na caracterização dos acontecimentos pré-1964 que o documentário apresenta, voltando bastante no tempo – até a Revolução Bolchevique de 1917, passando pelos governos de Stalin e a denúncia latente dos crimes cometidos pelo comunismo internacional, como “o horror do comunismo” pelo mundo, dando destaque para os acontecimentos do “*Holodomor*” na Ucrânia e dos “*Gulags*” soviéticos, abre-se o capítulo seguinte com o título: “Os Estados Unidos da América e a luta pela liberdade”, deixando claro uma apologia ao estilo de vida e política estadunidense e consequente aversão aos governos do antigo bloco soviético.

Notamos esse caráter anticomunista da obra, a partir das apresentações dos títulos e frases de efeito, tais como: “O Perigo cubano”, “O terrorismo das guerrilhas e as vítimas do comunismo no Brasil”; ou passagens como essa: “Mesmo antes de 1964, guerrilhas rurais e movimentos armados já existiam e estavam determinados a fazer a revolução. Após 31 de março, *estes grupos passaram a adotar métodos hediondos e submeteram o Brasil a anos difíceis*” (BRASIL PARALELO, 2020, grifo do autor). Percebemos nesse trecho uma espécie de justificativa para o golpe de 1964; que seria salvar o Brasil das perversidades do movimento comunista internacional. Aqui se percebe uma certa recorrência com essa tese ficcional de que o país estava à beira do comunismo. Vários historiadores já demonstraram a funcionalidade do anticomunismo como elemento catalizador e aglutinador dos grupos conservadores que, ao

⁵⁰ PEREIRA, Eduardo; BALESTRO Mayara. Por que a Brasil Paralelo está perseguindo alunos e professores?. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/08/24/por-que-a-brasil-paralelo-esta-perseguindo-alunos-e-professores/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

perceberem o avanço das lutas sociais dos trabalhadores na busca de direitos, falsearam a História a fim de atingir objetivos golpistas. A obra do historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964* (BANDEIRA, 2001)⁵¹, demonstra com abundância de fontes que a realidade era diversa do que afirmaram e alardearam os golpistas de 1964.

Os documentos também relativizam as práticas de tortura recorrentemente cometidas pelo regime militar brasileiro, afirmando que tais práticas também eram comuns durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945); além de afirmar que “e a guerra travada pelos terroristas expandiu as justificativas para a repressão por parte do exército” (Ibidem).

Uma das passagens com mais desonestidade histórica é referente à questão dos desaparecidos políticos, o texto afirma que “Alguns dos desaparecidos, na verdade, se autoexilaram ou eram delatores que ganharam uma nova identidade do governo para que não fossem mortos por seus próprios ex-companheiros de guerrilha” (Ibidem). Essa passagem dá a entender, ao leitor mais desavisado, que era uma prática comum das esquerdas armadas matar seus próprios companheiros de organização que desistissem da luta. Não obstante, temos alguns relatos do que ficou conhecido como “Justiçamentos”, praticados por alguns grupos da esquerda armada já na fase de recuo das guerrilhas (pós-1973), inclusive, Jacob Gorender, em seu clássico livro *Combate nas trevas* (1987)⁵², relata quatro casos dessa prática: “apurei quatro justiçamentos por traição. Dois em 1971 e dois em 1973. Três da responsabilidade da ALN e um, do PCBR” (GORENDER, 2014, p. 280). Ao contrário do que afirma a “Brasil Paralelo, percebemos pelo relato de Gorender que foram casos isolados e não uma prática comum das organizações armadas.

Em relação às organizações estudantis, também notamos um forte ataque presente no texto, o qual fica perceptível em tal afirmação: “*Entretanto, o movimento estudantil usava os mortos em combate para construir a ideia de que a tortura era uma política de Estado, fazendo desta bandeira seu instrumento político e sua publicidade. O exagero fazia parte desta instrumentalização*” (Ibidem, grifo do autor). Ao contrário do que afirma o texto, a tortura era sim uma política de Estado, fato esse bastante documentando na consagrada obra organizada pela Arquidiocese de São Paulo *Brasil: Nunca mais* (1985)⁵³, que retirou suas fontes de documentação do próprio arquivo da Justiça Militar brasileira. Ainda sobre as práticas de tortura

⁵¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 7. ed. revista e ampliada, 2001.

⁵² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira, das ilusões perdidas a luta armada*. [5. ed.] rev. e ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

⁵³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, Vozes, 1987.

nos “porões” do regime, podemos citar que o próprio ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) admitiu, em entrevista, a existência de tortura como um “mal menor” do regime (D’ARAUJO; CASTRO, 1997)⁵⁴. Além disso, tal questão está presente na famosa obra do jornalista Elio Gaspari (*A ditadura Derrotada*), quando é revelada uma transcrição de áudio, durante uma reunião, em que o presidente Geisel admite as torturas em seu governo, com a frase: “esse negócio de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser” (GASPARI, 2003, p. 324).

Sobre a política de extermínio de opositores políticos durante a ditadura, vale destacar que no ano de 2018 o professor da FGV – Matias Spektor – teve acesso a um memorando, datado de 11 de abril de 1974, oriundo da CIA (Central de Inteligência estadunidense) relatando uma reunião que aconteceu entre o então presidente Ernesto Geisel e demais generais (entre eles o então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e futuro presidente da república João Baptista Figueiredo), em que o general-presidente dava aval para continuar as execuções “empregadas contra subversivos perigosos”, sendo Figueiredo consultado para a aprovação ou não da execução do preso político. Ainda sobre o assunto, o general Milton Tavares (ex-chefe do CIE) relatou que cerca de 104 pessoas, nessa categoria, haviam sido executadas sumariamente durante o último ano⁵⁵.

A obra se utiliza de um livro intitulado *1964: O elo perdido*, de autoria de Mauro Abranches Kraenski⁵⁶ e Vladimír Petrálák⁵⁷ para legitimar a tese de que existia um iminente perigo de uma revolução comunista no Brasil antes de 1964, devido à existência dessa suposta prova de que havia agentes da polícia secreta Tcheca (STB – Serviço de Inteligência) e da KGB (soviética) no Brasil pré-golpe de 1964. Curiosamente, o texto e o documentário não citam os documentos da CIA (*Central Intelligence Agency*) sobre a já consagrada *Operação Brother Sam* (FICO, 2008)⁵⁸, em que é comprovada, através de documentações desclassificadas pelo governo dos EUA à época, a hipótese da ajuda militar do governo dos Estados Unidos para o golpe no Brasil, chegando aquele a enviar uma frota marítima, repleta de armamentos e

⁵⁴ Cf.: D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁵⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html. Acesso em: 30 abr. 2022.

⁵⁶ No site de propaganda da obra, o autor é identificado como: “tradutor, blogueiro, pesquisador independente. Trabalhou como pesquisador de temas para a televisão polonesa. Coautor dos livros: 1) 1964. O Elo Perdido. O Brasil nos Arquivos do Serviço Secreto Comunista, Campinas (Brasil): Vide, 2017. 2) La StB: el brazo de la KGB en Uruguay, Montevideo (Uruguay): Planeta, 2018” Disponível em: <https://stbnobrasil.com/pt/sobre-nos>. Acesso em: 08 abr. 2022. Todavia, tal autor não é referenciado nos meios acadêmicos.

⁵⁷ No site de propaganda da obra, o autor é identificado como: “Colunista independente, tradutor e autor de vários textos para a imprensa. É membro da Associação Polonesa de Jornalistas, a SDP – Stowarzyszenie Dziennikarzy Polskich”. Disponível em: <https://stbnobrasil.com/pt/sobre-nos>. Acesso em: 08 abr. 2022.

⁵⁸ Cf.: FICO, Carlos. *O grande irmão, da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

combustíveis, para uma possibilidade de ajuda aos golpistas, caso houvesse resistência do governo de João Goulart e seus partidários, para o litoral brasileiro.⁵⁹ Sobre essa operação, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) Brasil informa que:

Por intermédio do general de brigada José Pinheiro de Ulhôa Cintra, em contato com o adido militar estadunidense coronel Vernon Walters, com destino aos portos de Recife e Santos, no dia 31 de março de 1964, foram enviados para o Brasil os seguintes equipamentos: navios-tanque da Marinha dos EUA levando gasolina e óleo, um porta-aviões, quatro destróieres, duas escoltas de destróieres e navios-tanque de força-tarefa, 110 toneladas de munição, armas leves e outros equipamentos, incluindo gás lacrimogêneo para a contenção e o controle de multidões, dez aviões cargueiros, seis aviões-tanque e seis caças (BRASIL, 2014, p. 315).

Nesse interim, o texto afirma que a construção da cidade de Brasília, inaugurada no ano 1960 como a nova capital federal brasileira, fazia parte de um plano comunista do famoso arquiteto Oscar Niemeyer, este teria o intuito de colocar os políticos em uma “redoma”, longe do povo. Para afirmar essa tese, é usada como prova um livro intitulado *A cidade comunista ideal*, que segundo os autores do documentário foi escrito por dois arquitetos soviéticos – contudo, não cita seus nomes, nem referências bibliográficas da pretensa obra. Ainda nessa parte do texto os autores fazem uma crítica ao plano de governo implementado pelo presidente Juscelino Kubitschek intitulado de “50 anos em 5”, pois as premissas desenvolvimentistas presentes nele teriam levado ao aumento da inflação no Brasil e ao calote ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Notamos, mais uma vez, o apego às políticas liberais e de seus agentes – no caso o FMI – presentes no texto.

Na citação que aborda o descobrimento desses documentos do Serviço Secreto Tcheco (StB) – do tempo dos governos alinhados à URSS, o texto faz referência à Laudelino Lima, administrador do site “Verdade Sufocada” – clara alusão ao livro do ex-coronel e então comandante do Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de São Paulo, durante os anos de 1970 a 1974, Carlos Alberto Brilhante Ustra, sendo este o único militar condenado e reconhecido, no ano de 2008, como torturador pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em ação perpetrada pela família Teles – vítima de suas sevícias. Ustra escreveu um livro com o mesmo título, *A verdade sufocada* (2006), além de outro, anos antes, *Rompendo o silêncio* (1987)⁶⁰.

⁵⁹ Cf.: Documentário “O dia que durou 21 anos”. Direção: Camilo Tavares. Duração: 1h 17 min, 2012.

⁶⁰ Livro publicado por Ustra, como forma de resposta, após a atriz e então deputada federal Bete Mendes (PT) ter reconhecido durante uma viagem ao Uruguai, o “Major Tibiriçá” (nome de guerra de Ustra) na função de adido

Em certa passagem do texto, seus autores dão a entender que o presidente Jânio Quadros (1961) tinha relações estreitas com as esquerdas brasileiras, contudo foi eleito numa chapa composta pelo seu pequeno partido – Partido Trabalhista Nacional (PTN) – e pela União Democrática Nacional (UDN). Esta sigla tinha, desde sua fundação – na segunda metade da década de 1940, bandeiras claramente alinhadas ao espectro político da direita tradicional, apresentando acima de tudo um anticomunismo latente, sem falar de um alinhamento aos interesses estadunidenses, que lhe rendeu a alcunha de “entreguista” pelos seus opositores nacionalistas.

Para piorar o cenário, o texto defende que a causa da renúncia de Jânio Quadros teria sido uma conversa que ele teve com o governador do então estado da Guanabara⁶¹, o jornalista Carlos Lacerda (UDN), quando Quadros teria sugerido uma proposta para que o governador o ajudasse a fechar o congresso nacional, sendo posteriormente ameaçado por Lacerda a denunciá-lo na imprensa, sobrando a Jânio apenas a opção da renúncia. Essa suposta causa para os acontecimentos que acarretaram a renúncia de Jânio Quadros não é consenso na historiografia.

Contudo, é interessante notar que o texto, em nenhum momento, trata da problemática que foi para a efetivação da posse de João Goulart (então vice-presidente) na presidência da república, após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. Goulart – que estava em visita à China Continental durante a renúncia de Quadros – teve de negociar com o alto escalão militar e o Congresso Nacional, numa proposta de parlamentarismo que limitava seus poderes presidenciais, só retomados plenamente após o Plesbicito de 1963⁶², que decidiu pelo presidencialismo no Brasil.

2.2.2 Golpe ou revolução?

militar da embaixada brasileira daquele país. Esse acontecimento teve bastante repercussão na imprensa à época. Mais recentemente, durante a sessão que votava o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), no ano de 2016, o então deputado federal, hoje presidente da república, ofereceu seu voto a favor do Impedimento da presidenta “pela memória do coronel Ustra, pavor de Dilma Rousseff”. Cf.: ESTADÃO. *Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016*. YouTube, 8 de ago. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 16 fev. 2021.

⁶¹ O estado da Guanabara existiu durante os anos de 1960 a 1975, no território do atual município do Rio de Janeiro, antiga capital federal do Brasil, que após a fundação de Brasília em 1960, perdeu o título de Distrito Federal. Nesse período, o estado foi governado por José Sette Câmara Filho (1960), Carlos Lacerda (1961 a 1965), Negrão de Lima (1965 a 1970) e Antônio de Pádua Chagas Freitas (1970 a 1975).

⁶² No dia 6 de janeiro de 1963, foi realizado um plebiscito popular sobre a manutenção do parlamentarismo ou volta do presidencialismo no Brasil, com larga maioria (82% dos votos), a população optou pela volta do presidencialismo, devolvendo amplos poderes ao presidente João Goulart.

Na sequência da leitura do texto e do prosseguimento dos acontecimentos históricos, o autor, para justificar o golpe militar de 1964, se utiliza da tese defendida pelo astrólogo Olavo de Carvalho⁶³, de que já existiam guerrilhas no Brasil, sendo por esses motivos um necessário “contra-golpe” impetrado pelos militares para salvar o Brasil do comunismo internacional.

Ao relatar brevemente os períodos dos cinco presidentes-militares, o documento começa afirmando que: “Para continuar *a revolução* que começaram, os líderes das forças armadas formaram uma junta militar” (BRASIL PARALELO, 2020, grifo nosso), o texto usa a expressão “Revolução”, a mesma usada pelos militares e agentes civis que deram o golpe à época, além de variações do termo, como: “revolução redentora”, “revolução democrática de 31 de março”, “contra-revolução” etc. Uma vez que a palavra “Revolução” tinha outro caráter simbólico durante as décadas de 1960 e 1970, tanto usada pelas esquerdas como pelas direitas, muito disso em função da simbologia que existia em relação às lutas por independência e autodeterminação no sul global (RIDENTI, 1993; BAUER, 2020).

Noutra passagem, percebemos que são omitidos outros fatos históricos, como ocorre, por exemplo, nesta afirmação: “Com 98% dos votos, os deputados federais elegeram Humberto de Alencar Castelo Branco, com amplo apoio da população, da classe política e da imprensa. Ele foi escolhido democrática e legitimamente pelo Congresso Nacional” (Ibidem). Foi omitida, nessa passagem, a cassação de 41 deputados federais pelo Comando Supremo da Revolução, no dia 9 de abril – com a promulgação do Ato Institucional (que anos depois, devido ao surgimento de outros atos institucionais, foi nomeado como AI-1) antes dessas “eleições parlamentares” que teriam dado tamanha margem de vitória ao marechal Castelo Branco.

Durante a explicação sobre o período do governo de Figueiredo (1979-1985), a obra usa a expressão: “[...] com a Lei da Anistia, que perdoava os crimes cometidos *na guerra civil entre militares e comunistas*” (Ibidem, grifo nosso). É sabido pela historiografia que os grupos de esquerda armada no Brasil não tinham essa força e estrutura para tomar o poder nacionalmente. Sobre esse fato, o renomado historiador da Universidade Federal Fluminense, Daniel Aarão Reis Filho, prefere nomear as ações praticadas pelas Esquerdas armadas no período como “ações armadas”, em contraponto à expressão “luta armada”, pois, para este pesquisador, o que ocorreu foram algumas poucas ações espalhadas pelo Brasil. Sobre essas organizações armadas, afirma: “[...] são essas organizações que se lançaram as **ações** armadas. Eram pequenas ações,

⁶³ O escritor Olavo de Carvalho (1947-2022) é considerado uma espécie de “guru” intelectual da extrema-direita brasileira. Entre seus principais livros estão: *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* (1994); *O imbecil coletivo: verdades inculturais brasileiras* (1996); *O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o materialismo e a religião civil* (2000) e *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2013). Faleceu em 24 de janeiro de 2022.

e minúsculas as organizações envolvidas, mas pelo ineditismo, e pelo simbolismo do desafio, provocaram uma imensa repercussão midiática e na sociedade” (REIS FILHO, 2000, p. 33, grifo nosso)⁶⁴. Ainda sobre os grupos da esquerda armada, o sociólogo Marcelo Ridenti em seu famoso livro *O fantasma da revolução brasileira* (1993), afirma que esse período é caracterizado “[...] numa ciranda de violência, ainda que desigual, dado o enorme poder da ditadura diante de uma esquerda armada aguerrida, *mas pequena*, dividida e *socialmente pouco expressiva* (RIDENTI, 1993, p. 65, grifo nosso).

Em certo momento o texto se apresenta confuso, pois outrora havia afirmado que a ditadura no Brasil só teria começado de fato a partir da promulgação do AI-5 (em 13 de dezembro de 1968), todavia, assegura já quase no final: “*Tivemos vinte anos de ditadura militar repressiva, anticomunista, etc., mas quando o regime caiu, havia apenas uma força política organizada: o PT*” (Ibidem, grifos nosso). Notamos nessa afirmação o chamado “Uso político do passado e da História” (HARTOG; REVEL, 2001; BAUER; NICOLAZZI, 2016) para criticar o Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve na chefia do poder executivo nacional entre os anos de 2003 a 2016. Ou seja, os autores do texto se utilizam do passado histórico para criticar o presente político nacional.

Ao abordar a formação da Constituinte de 1988, os autores dão a entender que os ex-guerrilheiros – que agora estavam inseridos no Partido dos Trabalhadores (PT), nas universidades e nas redações de jornais –, teriam comandado esse processo constitucional, explicitado na passagem: “Com o desgaste total das lideranças conservadoras e liberais, apenas um lado protagonizou o debate e a redação que dava forma ao novo Estado do Brasil” (Ibidem); o que podemos constatar que não é verdade, haja vista que o PT contava com apenas 16 deputados federais e nenhum senador à época da Constituinte, além de ter orientado que seus parlamentares votassem contra a Constituição de 1988⁶⁵. Outro equívoco é afirmar que os políticos “liberais” estavam desgastados com o fim da ditadura militar, outra inverdade, uma vez que esses liberais, junto com as antigas oligarquias conservadoras, é que tomaram (ou se mantiveram) conta do cenário político brasileiro; basta ver a grande vitória eleitoral do PMDB nas eleições estaduais de 1986. Segundo o historiador David Maciel, “dos 23 governadores eleitos em 1986, 22 eram do PMDB (o outro era do PFL); 38 dos 69 senadores eram peemedebistas (55%) e sete eram pefelistas (10%), ao passo que de 487 deputados federais, 261

⁶⁴ Cf.: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁶⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituinte-1987-1988>. Acesso em: 21 de fev. 2021.

eram do PMDB (53%) e 116, do PFL (23%)” (MACIEL, 2014, p. 140)⁶⁶. Ou seja, o poder continuava nas mãos dos partidos da ordem vigente, com muitos parlamentares oriundos da antiga ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido de sustentação da ditadura.⁶⁷

No desenlace desse acontecimento, vale recordar que do Congresso Constituinte de 1988 também participaram os senadores eleitos em 1982 (que conviveram com os chamados senadores “biônicos”⁶⁸ indicados pelo regime militar), com o fim dos mandatos previsto até o ano de 1990, uma vez que a Assembleia Constituinte não foi exclusiva, foi elaborada pelo Congresso Nacional eleito no ano de 1986.

2.2.3 “Gramscismo/ marxismo cultural” e ecos do “Orvil”

Os produtores do conteúdo defendem a tese conspiracionista do chamado “Gramscismo cultural”, ou doravante também intitulado de “Marxismo cultural” ou “Revolução Cultural”. Essa tese, grosso modo, afirma que, baseada nas ideias do teórico italiano marxista Antonio Gramsci⁶⁹ (1891-1937), a esquerda brasileira derrotada nas armas (derrota das guerrilhas urbanas e rurais no início dos anos 1970 e anteriormente derrotada na chamada “Intentona” Comunista, em 1935), teria mudado suas estratégias de tomada de poder, abandonando as “armas” e se utilizando dos “livros” – a partir de sua infiltração nas universidades, redações de jornais e na cena cultural brasileira (teatro, cinema, música, literatura).

Notamos que esse termo “gramscismo cultural”/“marxismo cultural” não aparece em nenhum texto da vasta gama de teóricos marxistas, ou seja, não se configura como uma vertente do marxismo (como, por exemplo: “*marxismo-leninismo*”, “*trotskismo*”, “*luxemburgismo*” etc.), sendo, simplesmente, uma invenção da extrema-direita estadunidense durante a década de 1960, que também recebia a alcunha de “Guerra cultural”. Essa ideia volta a ganhar força

⁶⁶ MACIEL, David. A aliança democrática e a transição política no Brasil. In: *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁶⁷ Vale lembrar que o Partido da Frente Liberal (PFL) é oriundo do Partido Democrático Social (PDS), que por sua vez foi o sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido de sustentação da ditadura.

⁶⁸ A partir da implementação do chamado “Pacote de Abril” em 1977, o governo Geisel, passou a indicar 1/3 dos senadores, impedindo que a oposição tivesse maioria absoluta no Congresso. Tal medida era fruto da reação do governo às sucessivas vitórias do MDB nas eleições legislativas de 1974 e 1976. Esses senadores indicados ganharam o apelido de “biônicos” pela oposição e parte da imprensa.

⁶⁹ Foi um político e intelectual marxista, um dos principais quadros e fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI). Em 1926 foi preso pelo governo fascista de Benito Mussolini, sua detenção durou dez anos, morrendo poucos dias após sua libertação – devido problemas de saúde agravados durante sua longa detenção –, numa clínica de Roma, em 1937. Entre suas principais obras, se encontram as coletâneas escritas na prisão, intituladas *Cadernos do Cárcere*, no Brasil foi publicada em seis volumes.

com a posse do presidente Ronald Regan (Partido Republicano) nos EUA, a partir de 1981, e fortalecimento, no debate público, de um grupo denominado de “*paleoconservatives*” ou neoconservadores, e é importada para o debate brasileiro, sobretudo nas últimas décadas pelo ex-astrólogo, escritor e polemista Olavo de Carvalho – guru intelectual do governo Bolsonaro e da chamada “alt-right”⁷⁰ que apresenta essas ideias pela primeira vez em seu livro *A nova era e a revolução cultural*, lançado em 1993, além de publicar suas ideias em colunas de jornais e revistas de grande circulação nacional, durante as décadas de 1990 e início do 2000, como: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Revista Bravo*, *Revista Época*, entre outras, se espalhando pela Internet, principalmente através das redes sociais e de seu canal de cursos pela plataforma YouTube⁷¹.

Em um vídeo postado no YouTube, intitulado “*Olavo de Carvalho: marxismo cultural no Brasil*”⁷², Carvalho – aparentemente em um trecho de uma palestra on-line para um público de alunos (através da plataforma *Hangout*), afirma que após a derrota do comunismo internacional na tomada de poder pelas armas na Europa pós-primeira Guerra Mundial (1914-1918), autores como Antonio Gramsci, Gyorgy Lukács⁷³ e demais oriundos da *Escola de Frankfurt* influenciaram as esquerdas internacionais para combater em outro campo, chamado de “Revolução Cultural”, para isso era necessário destruir os pilares da civilização judaico-cristã antes de destruir o Capitalismo, como os valores da família tradicional e a sua moral, elaborando mais tarde o conceito de “politicamente correto”. Sendo assim, esse novo movimento marxista passou a pautar toda a produção acadêmico-científica e cultural de forma sorrateira no Ocidente. Mais adiante, Carvalho afirma que o “marxismo cultural” chegou ao Brasil na década de 1960, através do jornalista e editor Ênio Silveira, fundador da editora e da revista *Civilização Brasileira*, e que mesmo durante os “governos militares” a esquerda dominava todas as redações dos jornais brasileiros, culminando com a completa implantação

⁷⁰ Para aprofundar o debate sobre a ascensão da extrema direita populista (“alt-right”) no Brasil e no mundo, ver: TEITELBAUM, Benjamin R. *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

⁷¹ Carvalho soube muito bem detectar as oportunidades do espaço criado para o debate público a partir das redes sociais de Internet, estando presente desde início dos anos 2000 nas plataformas digitais (Orkut, blogs, Facebook, YouTube), propagando seus trabalhos e criando uma rede de seguidores e alunos. Mantinha um curso pago on-line de filosofia, denominado Seminário de Filosofia (COF) – Disponível em: <https://lp.seminariodefilsosofia.org/assinatura-cof/>. Acesso em: 23 abr. 2022. Além de blogs, sites e página no Youtube, como o “*Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*” – Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/> – e seu canal no YouTube: <https://www.youtube.com/user/olavodeca>. Acesso em: 23 abr. 2022.

⁷² Olavo de Carvalho – *Marxismo Cultural no Brasil*. Youtube, 16 mar. 2016, Danilo Marx. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3OftHc9iF6Y&t=304s>. Acesso em: 21 abr. 2022.

⁷³ Foi um filósofo e escritor marxista húngaro, entre suas principais formulações teóricas encontramos a formulação da linha política das “Frentes populares” para derrotar o nazifascismo e na parte filosófica a “ontologia do ser social”, também escreveu sobre literatura.

da “revolução cultural” na década de 1990 no Brasil, dando espaço para a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), o Lula, em 2002.

Tal raciocínio exposto na transcrição do vídeo acima citado, vai ao encontro de uma coluna do próprio Olavo de Carvalho no jornal *O Globo* datada de 8 de junho de 2002, intitulada “Do marxismo cultural” e disponível no próprio website do autor⁷⁴. Durante o texto, depois de professar xingamentos aos autores marxistas e acusar o pensador Gyorgy Lukács de achar a “coisa mais natural do mundo repartir sua mulher com algum interessado” (CARVALHO, 2002), Carvalho (2002) conclui que:

Gramsci descobriu a “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade [...] Estava portanto inaugurada, depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano), a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural. Como não falava em revolução proletária nem pregava abertamente nenhuma truculência, a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir. [...] A contribuição local americana foi a invenção da ditadura linguística do “politicamente correto”. Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supraideológicos pelas classes empresariais e eclesiásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo [sic].

Todavia, ao analisarmos melhor essas teses, percebemos que o chamado “Marxismo Cultural” / “Gramscismo cultural”/ “Guerra Cultural”/ “Revolução Cultural” vai ao encontro das teses apresentadas pelo projeto secreto que culminou na produção do livro *Orvil: tentativas de tomada de poder* (1989) – escrita espelhada da palavra “Livro” – produzidos por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE) brasileiro, durante os anos de 1985 a 1988, em resposta ao sucesso do livro *Brasil: Nunca Mais* (1985)⁷⁵, que tinha entre seus entusiastas o

⁷⁴ Cf. <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

⁷⁵ O projeto *Brasil: nunca mais* foi idealizado pela Arquidiocese de São Paulo e pelo Conselho Mundial de Igrejas, a obra foi redigida a partir da documentação do Superior Tribunal Militar (STM) do Brasil, é composto de dois volumes: um livro e um relatório com o perfil das vítimas. A obra se tornou um best-seller logo após seu lançamento, e passou muitos anos na lista dos livros mais vendidos do Brasil (91 semanas consecutivas na lista dos dez livros mais vendidos), contando, hoje, com 40 edições publicadas. Seus arquivos estão disponíveis na internet no site: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.

ministro do Exército, já no governo civil, Leônidas Pires Gonçalves (1985-1990)⁷⁶, cuja publicação foi vetada pelo presidente José Sarney (1985-1990)⁷⁷.

A existência desse documento sempre se cercou de rumores e boatos, até o ano de 2007, quando o jornalista investigativo Lucas Figueiredo teve acesso a uma cópia da obra, o que o ajudaria a publicar seu livro *Olho por olho: os livros secretos da ditadura* (2009), no qual estabelece uma comparação entre as disputas de narrativas sobre a história da ditadura civil-militar brasileira entre os livros *Brasil: Nunca Mais*⁷⁸ e *Orvil* após o fim do ciclo dos governos militares (pós-1985), assim como reconstrói a história da produção do livro secreto do CIE e seus ecos até o período de publicação de seu livro, em 2009. Contudo, percebemos que os “ecos do Orvil” soaram bastante e se tornaram populares, sobretudo após o novo ciclo político brasileiro que se inicia com a deposição da presidente Dilma Rousseff (PT) e o antipetismo latente na sociedade brasileira, propagada sobretudo por setores da grande imprensa, após 2016, culminando na eleição do capitão Jair Messias Bolsonaro – um grande divulgador das teses “orvilianas” – para a presidência da república.

Grosso modo, ao analisarmos o livro *Orvil: tentativas de tomada de poder* (1989), percebemos que no decorrer de suas quase mil páginas (919 páginas), a obra produzida pelos oficiais do CIE se divide em duas grandes partes, são elas:

Na primeira parte, o livro traz um apanhado das chamadas quatro tentativas da esquerda comunista de tomar o poder no Brasil, sendo sempre reprimidas pela ação das Forças Armadas brasileiras – o último bastião da sociedade brasileira contra o comunismo internacional. Essas tentativas são apresentadas na seguinte ordem cronológica:

- 1ª tentativa: (entre os anos de 1922 a 1954): que se inicia com a fundação do Partido Comunista do Brasil (março de 1922) e vai até o suicídio de Getúlio Vargas (agosto de 1954), passando pelo seu grande momento com o Levante Comunista de novembro de 1935, chamado pejorativamente de “Intentona” Comunista.

⁷⁶ É considerado um dos responsáveis pelo *lobby* feito na Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988) pós-ditadura que garantiu o artigo 142 na Constituição de 1988, que assegura “As Forças Armadas à garantia dos poderes constitucionais e, [...], da lei e da ordem”. Atualmente, esse artigo é usado pela extrema-direita brasileira como argumento para uma possível “intervenção militar constitucional”.

⁷⁷ Mesmo tendo sua circulação proibida pelo governo federal, o chefe do CIE do Exército, general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, publicou passagens do livro através dos Relatórios Periódicos Mensais (RPM), entre os anos de 1989 e 1991.

⁷⁸ Outro livro produzido por um membro do Exército brasileiro para se contrapor ao *Brasil: Nunca Mais* (1985) foi a obra *Brasil Sempre*, produzida em agosto de 1986 pelo sargento reformado Marco Pollo Giordani.

- 2ª tentativa (entre os anos de 1955 a 1964): que abrange o período entre o suicídio de Vargas até o golpe civil-militar de março de 1964. Quando, segundo os militares, os comunistas tentaram tomar o poder por dentro do governo de João Goulart (1961-1964), esse período é apelidado de “república sindicalista”.
- 3ª tentativa (a partir do ano de 1964 a 1973): compreendendo o período do golpe civil-militar até a aniquilação dos grupos de Esquerda Armada, na cidade e no campo, com o desbaratamento da Guerrilha do Araguaia (1972-1973).
- 4ª tentativa (a partir do ano de 1974 – até a produção do livro no final da década de 1980, podendo ser reinterpretado – principalmente pelo chamado “bolsolavismo” para os dias atuais, com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república em 2003): esse período compreende o fim das ações armadas urbana e rural até os dias de hoje, quando segundo seus autores as Esquerdas desistem da tomada de poder através da luta armada, abandonando as “armas” para se dedicar aos “livros” (adentrando assim nas universidades, redações de jornais, na televisão etc.). Para seus autores a Esquerda irá se guiar pelas teorias de dois teóricos: o italiano e marxista Antonio Gramsci e o alemão, da chamada Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse⁷⁹. Ou seja, a Esquerda teria trocado a revolução armada à moda “leninista” pela revolução cultural à moda “gramscista”⁸⁰.

Na segunda parte do livro é apresentado um compilado de documentos relatando as mais de 40 organizações da Esquerda Armada entre as décadas de 1960 a 1970, além das possíveis mortes provocadas por esses grupos, denominadas na obra de “ações terroristas”, e os nomes de “1.700 subversivos” da esquerda brasileira (FIGUEIREDO, 2009)

Percebemos que antes de Olavo de Carvalho fazer sucesso com essas teorias, as teses associadas a Gramsci e à esquerda brasileira foram bastante difundidas através do chefe do Centro de Informações do Exército brasileiro (CIE) – o general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho –, que desde 1989, em seus Relatórios Periódicos Mensais (RPM), as difundia pelas tropas do Exército Brasileiro. Posteriormente, no ano de 2002, Coutinho publicaria um livro

⁷⁹ Um dos principais pensadores da chamada Escola de Frankfurt, reformulou ideias do marxismo junto à psicanálise e à sociologia, entre suas principais obras encontramos: *Eros e a civilização* (1955) e *O homem unidimensional* (1964), as quais influenciaram bastante a juventude no final dos anos 1960 e início da década de 1970.

⁸⁰ Notemos que até na forma de definir a obra de Antonio Gramsci, como “*gramscismo*” ou “*gramscista*”, existe uma disputa semântica no discurso da extrema-direita, uma vez que os estudiosos da obra do escritor sardo a chamam de “*gramsciana*”.

denominado *A revolução gramscista no Ocidente: a concepção revolucionária de Antonio Gramsci em os cadernos do cárcere*.

Essas ideias também tinham como um dos seus principais expoentes Jorge Boaventura, professor da Escola Superior de Guerra (ESG) e membro do conselho editorial da revista *A Defesa Nacional*, publicada pelo Exército brasileiro. Boaventura publicou, no ano de 1980, pela Editora da Biblioteca do Exército (BIBLIEx), o livro intitulado *O Ocidente traído*, tal publicação já trazia teses que iam ao encontro com as ideias do “marxismo cultural”, como na passagem em que o autor afirma que estava acontecendo na sociedade uma “interferência cultural que, além de modificar os valores, procura criar novas noções e conceitos, de acordo com a ótica marxista” (BOAVENTURA apud PEDRETTI, 2021).

Para o professor João Cézar de Castro Rocha (2021), a empresa Brasil Paralelo, a partir da produção do documentário *1964: o Brasil entre armas e livros*, traduziu para as telas do audiovisual a narrativa conspiratória do livro *Orvil: tentativas de tomada de poder* (1989) – escrita-código da palavra “Livro”, assim como os sistemas de crenças propagadas por Olavo de Carvalho. Rocha (2021, p. 274) vai além, ao afirmar que:

Sem deixar de reconhecer as diferenças históricas, a produtora Brasil Paralelo, fundada em 2016, representou para a chegada ao poder do bolsonarismo o papel que o IPES desempenhou na preparação do golpe civil-militar de 1964. Especialmente, seus imaginativos documentários aprimoram uma versão revisionista da história brasileira [...].

Somado a tudo isso, podemos fazer uma associação às ideias do historiador Reinhart Koselleck ao formular seus “conceitos de inimigo”. Segundo Koselleck (2020, p. 291), esses conceitos “não surgem da noite para o dia; eles são cunhados com antecedência e, apesar disso, são formulados em condições singulares, *in actu*, e posto em ação”.

2.2.4 Anacronismos e usos políticos da História

Durante a obra notamos um anacronismo na passagem: “O país [*Brasil*] estava a um passo de entrar em uma guerra civil, por isso pode-se dizer que a revolução de 64 foi feita para deter a marcha do Brasil para Havana e Caracas” (BRASIL PARALELO, 2020, grifo nosso). Na sanha de associar o regime de Caracas, capital da Venezuela, com o pretenso “Socialismo” instaurado nesse país sul-americano pelos presidentes Hugo Chavez e Nicolas Maduro (que chegaram ao poder somente no ano de 1998 – primeira eleição vitoriosa de Chavez), intitulado de “Bolivarianismo”. Haja vista, que na década de 1960, a Venezuela era governada por um

governo tradicional de direita, que não tinha nenhuma característica do governo atual, muito menos do cenário do Brasil e de Cuba na década de 1960.⁸¹

Os historiadores François Hartog e Jacques Revel (2001), ao tratarem dos usos políticos do passado, advertem para o risco que se corre de fazer uma revisão com fins políticos quando se recorre a fatos passados, trazendo ao debate interpretações impróprias e simplificadoras⁸² (HARTOG; REVEL, 2001).

Percebemos que existe uma disputa sobre a memória histórica desse período estudado, para o professor Marcos Napolitano (2014), se formou, ainda durante o governo militar, principalmente a partir do governo Geisel (1974-1979), uma “hegemonia liberal progressistas” contra o regime, uma vez que parte de setores civis, que outrora apoiaram o golpe, se contrapunha ao governo a partir do crescimento da censura, perseguições políticas e torturas cometidas, sobretudo após o AI-5 (1968). Com isso grupos empresariais, religiosos, da imprensa e de profissionais liberais (como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa) passaram juntos a vozes ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – que era contra a resistência armada – a fazerem coro contra o regime militar. Ficando como resultado memorialístico essa visão liberal crítica do regime, ao mesmo tempo, esses liberais-progressistas não defendiam a chamada “linha Dura” ou “tigrada”⁸³, que pecaram na tortura, como também não concordavam com as ações da esquerda armada, vista como formada por jovens idealistas e sem responsabilidades (NAPOLITANO, 2014). Nas palavras de Napolitano (Ibidem, p. 337), “Essa memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares da linha dura, mas absolveu os que fizeram a transição negociada”.

Ao fim e ao cabo, apesar dos problemas do documentário e do texto produzidos pela Brasil Paralelo, as produções afirmam que o que houve em 1964 foi um golpe de estado e houve sim, uma ditadura no Brasil. Contudo, assumem a defesa que esses acontecimentos foram uma resposta às Esquerdas, que pretensamente já preparavam um golpe; percebemos que esses argumentos vão ao encontro das ideias do astrólogo – autointitulado filósofo – Olavo de Carvalho (que inclusive participa do documentário). Assim como o texto, também mostra que o presidente João Goulart ainda estava no Brasil quando foi declarada a vacância do cargo de

⁸¹ Cf.: BBC News Brasil, 2 mar. 2019. *Como era a “Venezuela saudita”, um dos países mais ricos dos anos 50 e 80*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47423737>. Acesso em: 16 fev. 2021.

⁸² HARTOG, François; REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L’EHESS, 2001.

⁸³ Termo usado pelo jornalista Elio Gaspari, em sua famosa coletânea sobre a ditadura, composta por cinco volumes: *A ditadura envergonhada* (2002^a), *A ditadura escancarada* (2002b), *A ditadura derrotada* (2003), *A ditadura encurralada* (2004) e *A ditadura acabada* (2016), ao se referir aos militares torturadores, também chamados de “linha dura”.

presidente da república pelo presidente do congresso nacional brasileiro – Mauro de Moura Andrade, assumindo a inconstitucionalidade de tal ação. Ao mesmo tempo, na sequência, é afirmado que “Houve um golpe parlamentar nesta declaração de 1º de abril. O Golpe de 64 começou como um movimento civil” (BRASIL PARALELO, 2020), tirando a responsabilidade do alto escalão das forças militares em tal ação.

Mesmo assumindo que o que houve no Brasil, nesse período, foi uma ditadura, essa afirmação se estreita muito na tese difundida pelo historiador Marco Antonio Villa, em seu livro *Ditadura à brasileira: a democracia golpeada a esquerda e a direita*⁸⁴, com a tese de que só houve ditadura no Brasil a partir do ano de 1968 com a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5) em 13 de dezembro, antes disso é afirmado que existiam liberdades democráticas no país, uma vez que o Congresso estava aberto e ainda aconteciam eleições para os cargos do legislativo. Nesse sentido, a obra do Brasil Paralelo, assim como a obra de Villa, defende a versão brasileira da chamada “Teoria dos dois demônios”⁸⁵, segundo a qual a sociedade brasileira, indefesa, era vítima tanto do radicalismo da direita quanto da esquerda, ambos espectros ideológicos não teriam apreço pelos valores da democracia (liberal) (VILLA, 2014).

Ao terminarmos a leitura do texto e consequentemente assistirmos ao documentário, percebemos que não se trata de uma análise historiográfica, mas sim de um panfleto político com tais características: 1) anticomunistas, 2) pró-governo estadunidense, 3) de caráter conservador, com a exaltação da forma de vida cristã e defesa do modelo de economia neoliberal. Ou seja, tudo que a produtora propaga combater em seus objetivos, o faz, sendo de forma contrária, ou conveniente aos seus interesses políticos. Não existe essa neutralidade propagada pela empresa em nenhum sentido. Também é interessante notar que ao final do texto eletrônico, o autor (ou autores) sequer tem o cuidado de colocar as referências bibliográficas que auxiliaram na pesquisa e produção do texto.

Afinal, como afirmam os historiadores Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi “[...] as narrativas e interpretações sobre o passado podem ser situadas em uma zona de fronteira, cujos limites nem sempre são perceptíveis, entre o trabalho do falsário e o ofício do historiador”

⁸⁴ Cf.: VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira: 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e a direita*. São Paulo: Leya, 2014.

⁸⁵ A tese surgiu na Argentina, quando se instalou a Comissão da Verdade para identificar e denunciar os autores de crimes contra a humanidade durante a última ditadura militar daquele país (1976-1983). Os torturadores passaram a alegar que tudo aquilo era injusto e deveria ser esquecido, uma vez que o outro lado também havia cometido delitos. Haveria, portanto, dois demônios (Direita e Esquerda). Mais recentemente, esta tese tem sido desmontada por trabalhos que a violência política na Argentina a partir do conceito de Terrorismo de Estado, quer dizer, a prática da violação dos direitos humanos como arma política. Ver: FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

(BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 808). Assim, podemos concluir que, ao se propor a falar sobre o passado da ditadura militar brasileira, a empresa “Brasil Paralelo” se utiliza desse passado para interferir no tempo presente; noutras palavras, fazem “usos políticos da História” (HARTOG; REVEL, 2001).

2.3 FAKE NEWS, REDES SOCIAIS E A HISTÓRIA PÚBLICA

A partir do ano de 2016, duas “novas” palavras ganharam as páginas dos principais noticiários mundo afora: *fake news* e pós-verdade. O contexto para isso foram dois acontecimentos que marcaram aquele ano: o primeiro foi chamado de *Brexit* – termo usado para abreviar a decisão – tomada por meio de um referendo popular – de saída do Reino Unido da Zona da União Europeia. O outro grande acontecimento foram as eleições presidenciais dos Estados Unidos, que elegeu – para a surpresa de muitos – o candidato do partido Republicano, Donald Trump. Esse candidato, durante sua campanha, se utilizou das palavras *fake news* e pós-verdade para atacar tudo aquilo que o desagradava. No final do mesmo ano, “pós-verdade” foi eleita a palavra do ano pelo famoso dicionário britânico *Oxford* (GENESINI, 2018). Segundo o *Oxford Dictionaries*, pós-verdade é “um adjetivo definido como ‘relacionado a ou denotando circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal’”⁸⁶ (SCHNEIDER; PIMENTA, 2019).

Para muitos especialistas a utilização de notícias falsas, principalmente, disseminadas pelas novas redes sociais (WhatsApp, Telegram, Facebook etc.), contribuiu para o desfecho daqueles resultados mostrados acima. Silvio Genesini afirma que boa parte dos especialistas e da imprensa acreditam que “a epidemia de notícias falsas fez com que os eleitores e a opinião pública tomassem decisões equivocadas, baseadas na emoção e em crenças pessoais, ao invés de em fatos objetivos” (GENESINI, 2018, p. 47).

Todavia, Genesini afirma que é preciso termos cautela ao analisarmos e culpabilizarmos os impactos das redes sociais como uma novidade nas decisões tomadas pelos cidadãos, pois:

O novo é que estamos em uma nova era, turbinada pela internet e pelas redes sociais, em que o crescimento é viral e o efeito, exponencialmente explosivo. O novo é o Facebook, o Google e o Twitter, não a tentativa de contar mentiras ou falsificar informações, o que sempre existiu na história do mundo (GENESINI, 2018, p. 49).

⁸⁶ Ver: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 01/11/2020.

Ainda sobre o fenômeno da pós-verdade, os pesquisadores Marco Schneider e Ricardo M. Pimenta⁸⁷ afirmam que: “É em tal cenário que a desinformação que alimenta a pós-verdade é produzida. A pós-verdade converte-se então em capital, político e econômico, ambos crescentemente controlados por aqueles que regulam a produção, circulação e consumo de informação” (SCHNEIDER; PIMENTA, 2019).

Nos últimos anos, vemos surgir uma grande produção histórica, que muitas vezes não é realizada por historiadores acadêmicos, mas sim por jornalistas ou outros profissionais. Com o advento da Internet e sua paulatina popularização, a audiência histórica tem aumentado (basta ver a quantidade de publicações com temas históricos nas bancas de revista há dez anos, ou a quantidade de canais de YouTube ou Instagram sobre temas históricos). Nesse bojo, de audiência histórica (ROSE apud MALERBA), vemos surgir a coleção do Guia Politicamente Incorreto da História (na lista dos livros mais vendidos do Brasil) e do site “Brasil Paralelo”, ambos os exemplos pretendem contar, como eles mesmos afirmam, uma História “escondida pelo seu professor de História doutrinador ou esquerdista”. Percebemos que tais empreendimentos são um claro ataque a nossa profissão de historiador/professor e às universidades e suas produções acadêmicas.

Para o historiador Jurandir Malerba, “A crítica por parte dos historiadores a empreendimentos desse tipo gira em torno da falta de contextualização histórica e crítica documental. Não obstante, seu sucesso é estrondoso” (MALERBA, 2017, p. 145). Ficando assim, o discurso de autoridade do historiador acadêmico deslocado e colocado em questão nesse mundo virtual. Malerba ainda identifica uma mudança no público leitor da História da atualidade, diferentemente daquele leitor, do século XIX e parte do XX, educado, o leitor atual está centrado em uma História a “conta-gotas”, pois o “textão” e a análise rigorosa dos documentos históricos não são tão atraentes nas mídias digitais.

Ainda sobre o debate da “História pública” e o papel do historiador nas redes sociais, Cerri (2010) afirma que o conhecimento histórico não é apreendido apenas no ambiente formal da escola, mas também nos diversos espaços de sociabilidade, onde muitas vezes o aluno está inserido. Muitas produções históricas são voltadas para esse público “não iniciado” no mundo acadêmico, que fazem parte do chamado “grande público” de leitores e de consumidores de conteúdos de audiovisual, atualmente presentes na Internet.

⁸⁷ Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/walter-benjamin-e-a-pos-verdade/#_edn5. Acesso em: 1 out. 2020.

CAPÍTULO 3: A HISTÓRIA ESCOLAR BRASILEIRA SOB ATAQUE DO NEGACIONISMO/REVISIONISMO DA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964

Só terá o dom de atizar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver aprendido isto: nem os mortos estão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer.

(Walter Benjamin, Tese VI, “Sobre o conceito de História”, 1940).

Neste capítulo, trazemos uma breve caracterização do local em que exercemos o ofício de professor da disciplina de História – a Escola Estadual Professor José Fernandes Machado –, localizada no bairro de Ponta Negra, na cidade do Natal – estado do Rio Grande do Norte, Brasil.

Analisaremos os resultados das respostas de um questionário (em formato eletrônico e posteriormente físico) elaborado e aplicado por nós, com os estudantes da 3ª série do Ensino Médio do turno matutino dessa escola durante o ano de 2021 e 2022. Tal questionário abordava algumas perguntas relacionadas ao tema da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), audiovisuais e páginas da Internet utilizadas por esses educandos no cotidiano “intra” e “extra” escola, também abordamos os conceitos de *fake news* e seus desdobramentos na sala de aula e na sociedade.

Na parte final do capítulo, trazemos uma breve reflexão sobre o uso dos jogos no Ensino de História, assim como o processo de elaboração do nosso produto educacional: o “*Jogo do “FAKE OU FATO: desmistificando os principais negacionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”*”, como algumas impressões durante a aplicação do referido “produto” em sala de aula e os debates promovidos com os alunos.

3.1 NO “CHÃO DA ESCOLA”: A ESCOLA ESTADUAL PROF. JOSÉ FERNANDES MACHADO – NATAL – RN

*Me movo como educador,
porque primeiro me movo como gente.*

Paulo Freire

A Escola Estadual Professor José Fernandes Machado (Figuras 5, 6 e 7), está localizada na Rua Muriú, s/n, CEP: 59094-390, no bairro de Ponta Negra, na região sul do município de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. A instituição de ensino pública foi fundada no ano de 1982, a partir da publicação da Portaria nº 8.531/82, no dia 9 de novembro de 1982, no final do mandato do governador Lavoisier Maia (ARENA/PDS) – último político indicado pela ditadura civil-militar para governar o estado do RN –, começando suas atividades no ano seguinte, 1983. A escola é carinhosamente apelidada, por sua comunidade escolar, de “Machadão”. A unidade de ensino faz parte da 1ª Diretoria Regional de Educação (1ª DIREC) da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEEC) do estado do RN. Curiosamente, ou por ironia do destino, o nome da escola homenageia um perseguido e preso político potiguar durante a ditadura civil-militar no RN – o ativista político, pastor presbiteriano, professor, advogado e juiz de direito, José Fernandes Machado⁸⁸ (Figura 5).

Figura 5 - Fotografia de José Fernandes Machado – homenageado com o nome da escola



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/>.

⁸⁸ José Fernandes Machado foi preso e indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) após o golpe de 1964, foi autuado por participação em atividades consideradas “subversivas” – prontuário 0041 – DOPS/RN, sendo demitido do cargo que ocupava na Empresa de Correios e Telégrafos. Anos mais tarde, dedicou-se à carreira jurídica, se tornando advogado e posteriormente juiz de direito da Comarca de Pedro Velho e professor da UFRN. Durante o chamado período de “Abertura Política” filiou-se ao recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT) e pretendia se candidatar a uma vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa do RN; no entanto, não pôde participar do pleito porque faleceu meses antes das eleições gerais de 1982 (ano de fundação da escola). Ver: <http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combaterentes/machado/index.htm>. Acesso em: 21 set. 2021.

Figura 6 - Fachada da entrada da E. E. Prof. José Fernandes Machado



Fonte: autoria própria.

A escola funciona nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), englobando as modalidades de Ensino: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), Ensino Médio Regular (1ª a 3ª série), Ensino Médio Técnico (ofertando o curso técnico em Administração integrado ao Ensino Médio Regular) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Enquanto professor dessa instituição, ministro aulas da disciplina de História para os discentes dos turnos matutino e vespertino (englobando todas as turmas do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1ª à 3ª série)).

A estrutura física da escola conta com quatro blocos, sendo um intitulado como bloco administrativo, contendo as salas da direção, coordenação, secretaria escolar, sala de educação especial, sala dos professores, biblioteca, laboratório de informática e banheiros. Os outros três blocos (denominados respectivamente, de A, B e C) são compostos por sala de aula e um auditório, contabilizando 25 salas de aula. Além desses blocos, a escola conta com uma quadra poliesportiva coberta, um campo de futebol de areia, um pátio, um refeitório e banheiros. Apesar da grande estrutura da escola, essa passa por uma reforma que se estende desde o ano de 2017 até a presente data, tendo sido interrompida diversas vezes, por fatores relacionados, sobretudo a atrasos no cronograma de pagamento das empresas contratadas para o serviço por parte do governo do estado do RN, até da quebra de contrato com uma das primeiras empresas contratadas, tendo de abrir nova licitação para a continuação da obra. Por esses motivos, a

escola se encontra como um grande e infindável canteiro de obras, onde os alunos e professores convivem com máquinas e operários no dia a dia (Figura 7).

Figura 7 - Tapumes separando os blocos em reforma do resto da escola



Fonte: autoria própria.

No ano de 2021, a escola contava com 742 alunos matriculados regularmente e 61 professores(as) – entre efetivos e temporários – em seus quadro docente; no atual ano de 2022 a escola passou por uma redução notável no número de alunos(as), contando atualmente com 534 discentes e 58 professores(as) – tal característica pode ser explicada, no nosso entendimento, pelos impactos oriundos da pandemia de Covid-19 na classe trabalhadora mais precarizada, fazendo com que muitos alunos(as) deixassem de frequentar e, em casos mais graves, abandonassem a escola, principalmente por motivos econômicos (ouvimos inúmeros relatos de estudantes que precisaram trabalhar para ajudar no sustento das famílias, ou necessitaram se mudar para outras cidades, uma vez que muitos perderam familiares provedores do sustento econômico do seu núcleo familiar. Notamos que antigos alunos simplesmente “desapareceram” da escola, uma vez que a direção/coordenação da instituição de ensino, mesmo com insistência, não conseguiu entrar em contato com eles para renovar suas matrículas para o ano atual.).

A escola está localizada numa área nobre da cidade, o bairro de Ponta Negra (localizada na zona sul de Natal), região com um dos metros quadrados mais caros da cidade, rodeado de

shoppings centers, restaurantes e hotéis que abrigam os turistas provenientes tanto das regiões mais ricas do Brasil (Sul e Sudeste), assim como estrangeiros (principalmente italianos, espanhóis, portugueses e argentinos), percebemos, mesmo que seja de forma indireta, que a escola – por seu grande terreno (mal aproveitado, por sinal) é vítima da especulação imobiliária (cercada por prédios habitacionais de médio a alto padrão) e por uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZPA), denominada de ZPA 5 – Lagoinha – Ponta Negra.

Figura 8 – Zona de Proteção Ambiental (ZPA) ao fundo e máquina de construção civil entre os blocos de aula



Fonte: autoria própria.

Todavia, a escola tem como público, em sua maioria (cerca de 95%), alunos(as) oriundos da chamada “Vila de Ponta Negra”, conjunto habitacional popular, originário de uma antiga vila de pescadores (daí a permanência do nome “Vila”), que se desenvolveu a partir de uma pequena igreja católica afastada da região central do bairro de Ponta Negra, próxima ao Morro do Careca e ao mar. Essa igreja e seu “cruzeiro” são pontos de referência da “Vila” (onde serve de ponto para o ônibus escolar receber e trazer os alunos), situada a cerca de 3 km da escola, por esse motivo o funcionamento da escola conta com o auxílio do transporte escolar proveniente do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) – os famosos “amarelinhos” (devido à cor predominante dos ônibus) – Figura 6, serviço oferecido, de forma gratuita, nos três turnos de funcionamento da escola. Sem o funcionamento desse serviço de

transporte público à comunidade da “Vila”, a escola fica esvaziada, fato constatado nos inúmeros problemas com o transporte no cotidiano escolar (pneu furado, falta de combustível, falta de manutenção, atraso de pagamento aos motoristas etc.).

Figura 9 – Ônibus escolar trazendo alunos(as) para a escola José F. Machado



Fonte: autoria própria.

Muitas das famílias desses alunos(as) sobrevivem da pesca e de serviços relacionados ao comércio, turismo e hotelaria provenientes da praia de Ponta Negra (famoso cartão postal da capital potiguar), também é muito comum ouvirmos relatos de educandos que já trabalham (especialmente em subempregos ou nos famosos “bicos”), geralmente no setor de serviços, representado, em sua maioria, na venda de comidas e bebidas na orla da praia (principalmente nos fins de semana e feriados), para ajudar no sustento do seu núcleo familiar. Esses relatos de experiência no mundo do trabalho se fazem mais presentes nos alunos(as) do Ensino Médio (1ª à 3ª série), que têm por volta de 15 a 20 anos de idade.

Figura 10 – Pátio da E. E. Prof. José Fernandes Machado



Fonte: autoria própria.

Ingressei como professor efetivo do magistério estadual do RN, nesse estabelecimento de ensino no mês de março do ano de 2012, após aprovação em concurso público de provas e títulos para o magistério estadual do RN, realizado em novembro de 2011. Doravante, no ano de 2016, prestei novo concurso público, do qual fui convocado para exercer o segundo vínculo no ano de 2020, contabilizando uma jornada de trabalho semanal de 60 horas (sendo 40 horas de aulas e 20 horas de planejamento escolar). Lecionando até a presente data, contabilizando nesse ano de 2022, exatos dez anos de docência na educação pública estadual do Rio Grande do Norte. Durante esse período, “aos trancos e barrancos”, aprendi muitas coisas sobre a prática cotidiana da sala de aula, assim como venho experimentando os “sabores e dissabores” da educação pública e suas lutas cotidianas.

Como o historiador francês René Rémond salientou, no tocante ao ato de ensinar e sua relação com a prática do “professor-historiador”, “ensinar não é uma profissão que se exerça algumas horas por semana: é uma forma de partilhar o saber, um modo de relação com os outros” (RÉMOND, 1987, p. 319). Nesse sentido, somado a essa afirmação, podemos acrescentar que, além do tempo de aula que ministramos, o ato de ensinar extrapola a simples presença na sala de aula, nos obrigando a estarmos em constante trabalho, seja em nossas casas – planejando novas aulas, estudando novos conteúdos e se atualizando, seja corrigindo provas e atividades discentes, ou mesmo fazendo o trabalho burocrático, como, por exemplo: lançar notas, frequência e conteúdos nas cadernetas dos educandos, além claro, da nossa formação continuada, que no nosso caso se apresenta a partir do ingresso no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória – UFRN) no conturbado ano de 2020 (início da pandemia de

Covid-19 no Brasil). A partir dessa experiência acadêmica, tentamos promover o encontro do “eu” professor com o “eu” pesquisador.

Dessa forma, podemos afirmar, que nós professores(as) estamos em constante formação (formação continuada). Sobre tudo isso que foi relatado, é mister compreendermos a citação de Paulo Freire, sobre nossa prática docente cotidiana – que tentamos levar como “norte” na nossa carreira –, o famoso, e não seria exagero afirmar, mais importante pedagogo brasileiro – vítima póstuma contumaz desses grupos negacionistas que citamos acima – ressalta que:

[...] Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. [...] Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...] Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador (FREIRE, 1996, p. 21, 39).

É com esse sentimento “freiriano” da reflexão crítica no dia a dia do ensinar que elaboramos a nossa proposta pedagógica (produto educacional) a partir de nossas experiências de pesquisa, tão cara a nós, sobre a temática da ditadura civil-militar brasileira somada com a prática educacional do “chão da escola” estadual prof. José Fernandes Machado, testando nosso produto e tentando adaptá-lo melhor à realidade dos nossos educandos.

Figura 11– Entrada da área administrativa da E. E. Prof. José Fernandes Machado



Fonte: autoria própria.

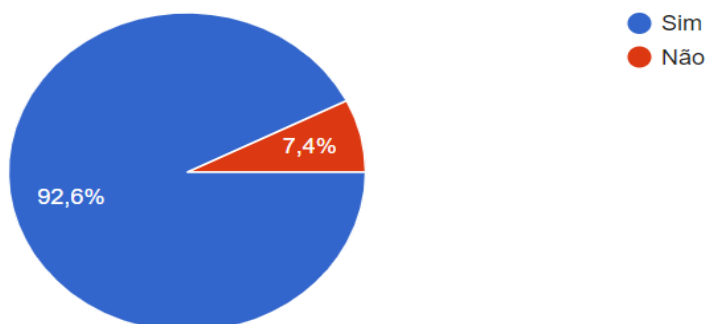
3.1.1 Questionário aplicado com alunos(as) da 3ª série do Ensino Médio sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira e as redes sociais

Durantes os meses de agosto e setembro de 2021, ainda em cenário de aulas remotas (uma vez que a escola passava por uma reforma em sua infraestrutura e ainda não tinha sido liberada para a volta às aulas presenciais pós-surto pandêmico de Covid-19), realizamos a aplicação de um questionário eletrônico, feito através da ferramenta *Google Forms*⁸⁹ com os(as) alunos(as) das 3ª séries do Ensino Médio do turno matutino. Tal questionário é composto de 9 questões, sendo 5 de múltipla escolha (marcar uma alternativa) e 4 subjetivas (de texto corrido), sendo as respostas de múltipla escolha “obrigatórias” e as subjetivas “facultativas”. O questionário foi respondido por um total de 27 alunos, cuja faixa etária variava dos 16 aos 19 anos de idade. Vejamos abaixo os gráficos das 5 perguntas objetivas (múltipla escolha).

Gráfico 1 – Respostas da questão 1 do questionário eletrônico (2021)

1. Você já ouviu falar sobre a “Ditadura militar brasileira”?

27 respostas

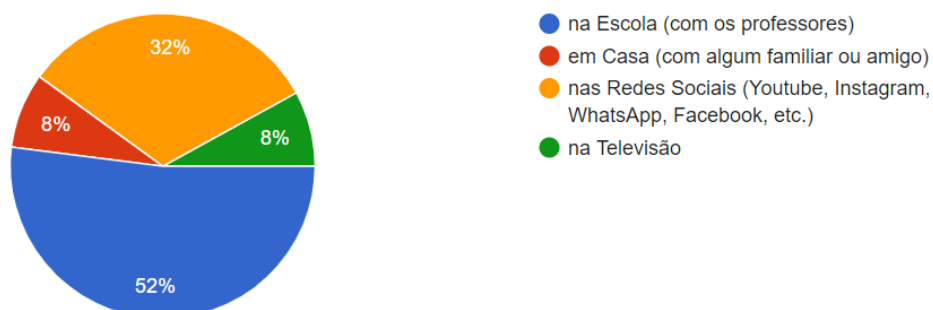


⁸⁹ Link eletrônico para o formulário: <https://forms.gle/aEse84AerLjhQK8dA>.

Gráfico 2 – Respostas da questão 2 do questionário eletrônico (2021)

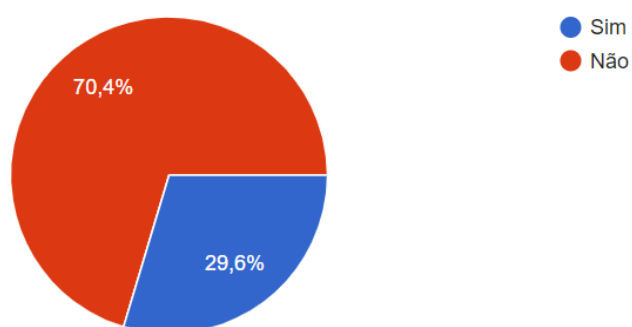
2. Se já ouviu falar, onde foi?

25 respostas

**Gráfico 3** – Respostas da questão 4 do questionário eletrônico (2021)

4. Você já assistiu algum filme ou documentário sobre o tema da "Ditadura militar brasileira"?

27 respostas

**Gráfico 4** – Respostas da questão 6 do questionário eletrônico (2021)

6. Você acompanha algum canal sobre "História" nas redes sociais (Youtube, Instagram, WhatsApp, Facebook, etc)?

27 respostas

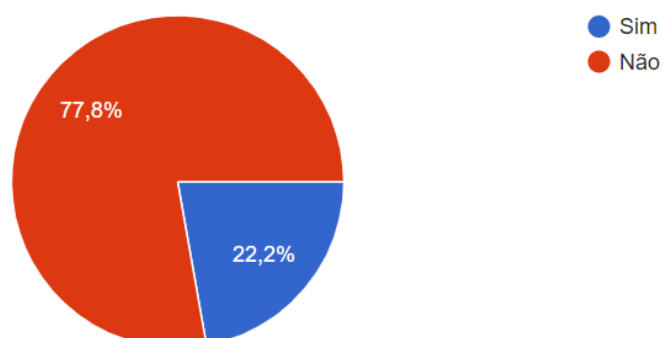
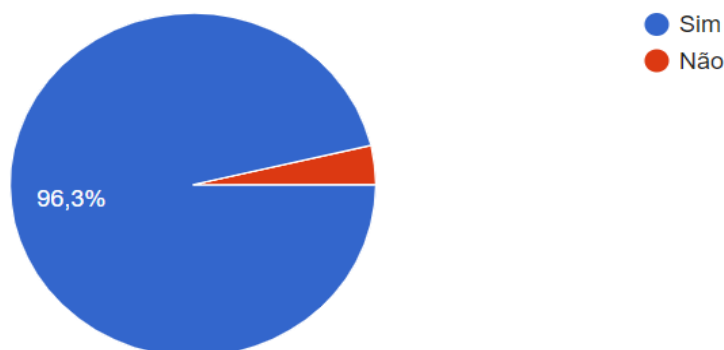


Gráfico 5 – Respostas da questão 8 do questionário eletrônico (2021)

8. Você já ouviu falar de “Fake News”?

27 respostas



Antes de analisarmos os dados da pesquisa feita no ano de 2021, salientamos que fizemos o levantamento antes de trabalharmos sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) em sala de aula, no intuito de detectarmos a bagagem histórica que esses alunos(as), que estavam no último ano do Ensino Básico, tinham sobre essa temática.

Analisando os dados da pesquisa, percebemos que a maioria dos alunos e alunas já ouviram falar da ditadura civil-militar brasileira (92,6%) – respostas do item de número 1 (“Você já ouviu falar sobre a ditadura militar brasileira?”), sendo que a maioria ouviu falar sobre esse período da História brasileira a partir da escola e por intermédio de seus professores e professoras (52%) – resposta ao item de número 2 (“Se já ouviu falar, onde foi?”), sobre esse percentual podemos ter como hipótese que esses alunos que estavam na 3ª série do Ensino Médio no ano de 2021, tiveram acesso ao assunto, provavelmente no 9º ano do Ensino Fundamental – uma vez que o tema é tradicionalmente trabalhado nessa série escolar na disciplina de História, geralmente no 4º e último bimestre (capítulos finais dos livros escolares). Todavia, o assunto também pode ter sido abordado por um professor ou professora de outra disciplina (Geografia, Sociologia, Filosofia, Literatura, Redação etc.). Não obstante, percebemos que um número razoável (32%) afirma que ouviram falar sobre o tema através das redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.), o que mostra o impacto que essas ferramentas têm no cotidiano dos educandos e em assuntos históricos.

Na pergunta de número três (subjativa), elaboramos o seguinte texto: “3. Quando se fala em “Ditadura militar brasileira”, o que vem à sua mente (o que você imagina)?” tivemos um total de 25 respostas, entre elas destacamos:

- “Em injustiça”;

- “Leis bastantes rígidas”;
- “Proibição, falta de liberdade de expressão”;
- “Repressão, censura e injustiça”;
- “Muito sofrimento”;
- “Soldados entrando nas casas”;
- “Protesto nas ruas”;
- “Época em que quem comandava a política do país eram os militares com leis rígidas e sem noção” [sic].

Ou seja, as respostas mostram um olhar negativo sobre esse período histórico, não sendo apresentada nenhuma resposta positiva ou nostálgica sobre tal período.

Na pergunta de número quatro, quando perguntamos para o aluno se “*Você já assistiu algum filme ou documentário sobre o tema da ditadura militar brasileira?*”, temos como maioria das respostas “Não” (70,4%), contra “Sim” (29,6%), o que irá refletir na pequena quantidade de alunos que responderam a questão subjetiva subsequente – de número 5 “*Se a resposta do item anterior for ‘sim’, cite o nome do filme ou documentário que assistiu (pode citar mais de um)*”, nos deparamos com 13 respostas, entre elas “não assisti”, “não me lembro o nome”, “não lembro” e outras variações de negação, entre aqueles que citaram nomes entre as repostas, encontramos:

- “Quase dois irmãos” (1 citação);
- “Olga” (1 citação);
- “Um documentário sobre Adolfo Hitler” [sic] – (1 citação)
- “Debora Aladim” (1 citação);
- “um filme de uma moça que lutou pelo seu direito ao voto (esqueci o nome do filme)” [sic] – (1 citação)

Percebemos então que dessa pequena lista, apenas o filme “*Quase dois irmãos*” é o único que cujo roteiro retrata o período que abrange a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), os demais fogem do tema, tendo inclusive a citação de uma *youtuber* que fala de História – “Debora Aladim”, no caso curioso da resposta “um filme de uma moça que lutou pelos seu direito ao voto (esqueci o nome do filme)” [sic], podemos subentender que se trata de um filme

que aborda a luta ao direito ao voto feminino, podemos supor que se trata do filme “A Sufragista”, todavia não temos certeza.

Na questão de número 6, onde perguntamos “*Você acompanha algum canal sobre “História” nas redes sociais (Youtube, Instagram, WhatsApp, Facebook etc.)?*”, recebemos como maioria das respostas “Não” – 77,8% –, contra 28, 2% referentes a “sim” acompanho.

Na pergunta de número sete, questionamos: “*7. Caso acompanhe algum canal, qual o nome desse canal? (Pode citar mais de um)*”. Entre as 10 respostas postadas, encontramos:

- “Debora Aladin” (2 citações);
- “Você Sabia” (2 citações);
- “Canal Nostalgia” (2 citações);
- “Canal Fatos Desconhecidos” (1 citação);
- “Jaqueline Guerreiro” (1 citação);
- “Não acompanho” (3 citações).

Ao analisarmos os nomes desses canais de Internet citados pelos educandos, percebemos que houve duas citações ao “Canal Nostalgia”, apresentado por Felipe Castanhari, que tem entre seus quadros um voltado para a História, denominado de “Nostalgia-História”; apesar de seu apresentador não ter formação em História, ele afirma que tem em sua equipe historiadores de formação. Outro canal que aparece duas vezes é o da youtuber Debora Aladin, que criou esse canal durante sua graduação em História, abordando temas históricos numa linguagem jovem e descontraída, outros canais como “Você Sabia” e “Fatos Curiosos” abordam temas variados ligados a curiosidades, superstições, religiosidade, guerra, e algumas vezes fatos históricos pitorescos, não se caracterizando como um canal de História propriamente dito, assim como o canal “Jaqueline Guerreiro”, que traz em seu conteúdo temas relacionados a crimes e a mistérios. Interessante observarmos que nenhum aluno(a) citou o canal ou produção da empresa negacionista “Brasil Paralelo”.

Outro fator importante registrado nesta pesquisa é a quantidade de alunos e alunas que já ouviram falar de “fake News” (96,3%) que responderam à questão de número 8 “*Você já ouviu falar de ‘fake news’?*”, ou seja, quase todos os educandos já ouviram falar sobre essa expressão. Quando esses mesmos alunos(as) se dispõem a responder o que é uma “fake news”, presente na última questão – “*9. Você sabe explicar o que é uma ‘fake news’?*” (uma vez que as perguntas subjetivas eram facultativas) – num total de 24 respostas, observamos afirmações como, em sua maioria: “notícias falsas” e suas variações como “Alguma notícia falsa”, ou

“Histórias que o povo cria e posta em páginas da internet” (19 respostas) e “mentiras” e suas variações, como “Uma coisa que não é verdadeira”, ou “que não condiz com a realidade” (5 respostas). Ao final da análise do questionário, percebemos que os educandos já ouviram falar mais sobre a expressão “*Fake News*” (96,3%), do que propriamente sobre a “Ditadura militar brasileira” (92,6%).

No mês de abril do ano de 2022, aplicamos o mesmo questionário, com as mesmas perguntas (dessa vez impresso), com alunos e alunas da 3ª série do Ensino Médio – turno matutino da escola. No total 27 estudantes responderam ao questionário, vejamos abaixo os gráficos das 5 perguntas objetivas (múltipla escolha).

Figura 12 – Estudante respondendo o questionário impresso na sala de aula



Fonte: autoria própria.

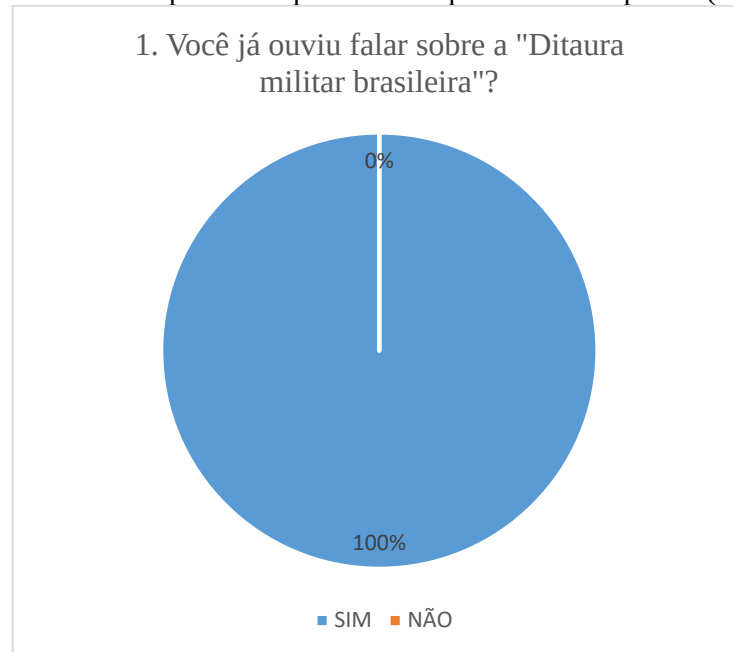
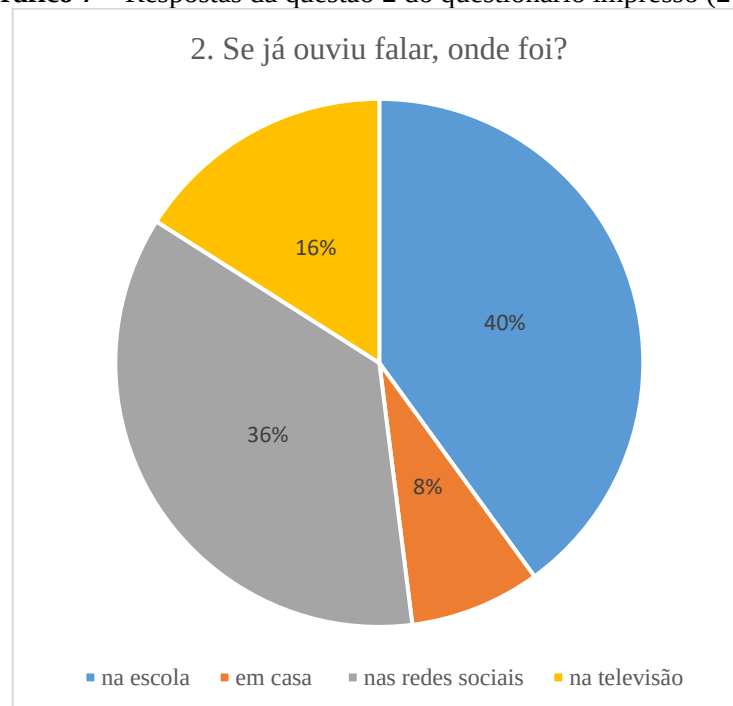
Gráfico 6 – Respostas da questão 1 do questionário impresso (2022)**Gráfico 7** – Respostas da questão 2 do questionário impresso (2022)

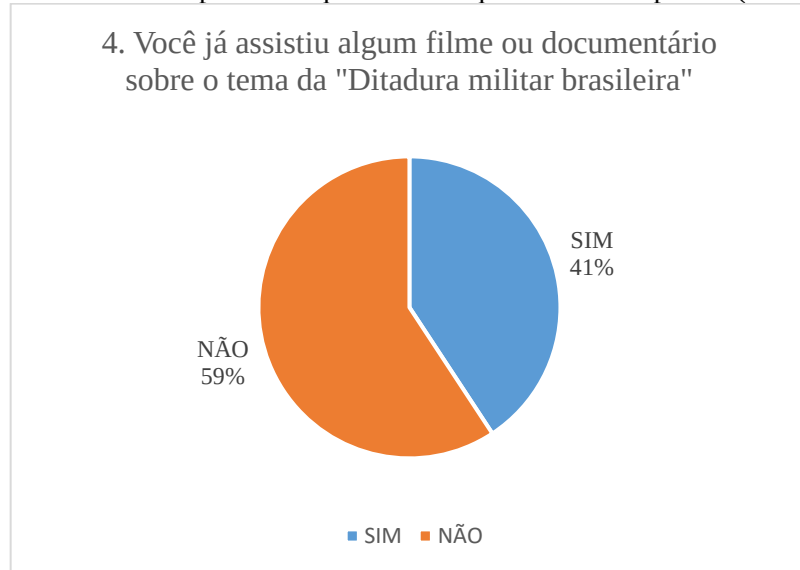
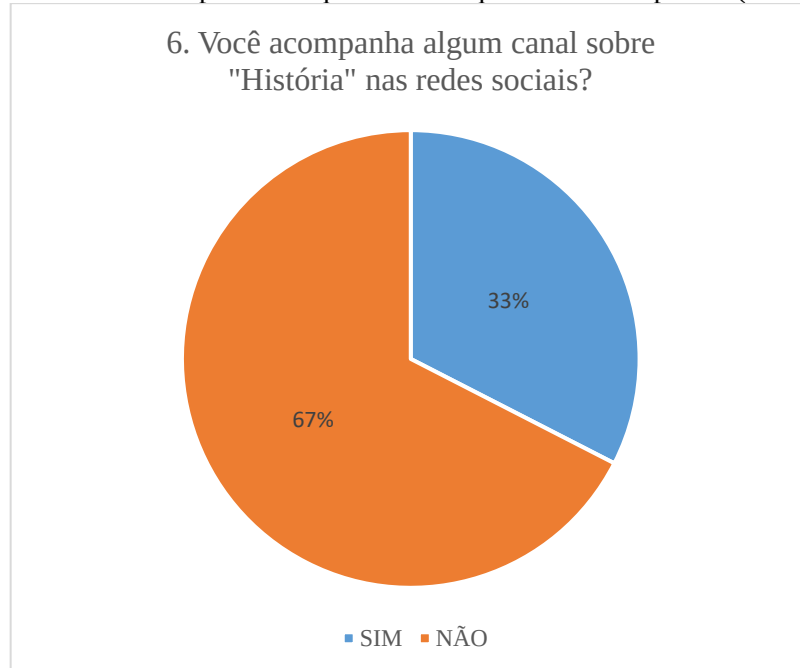
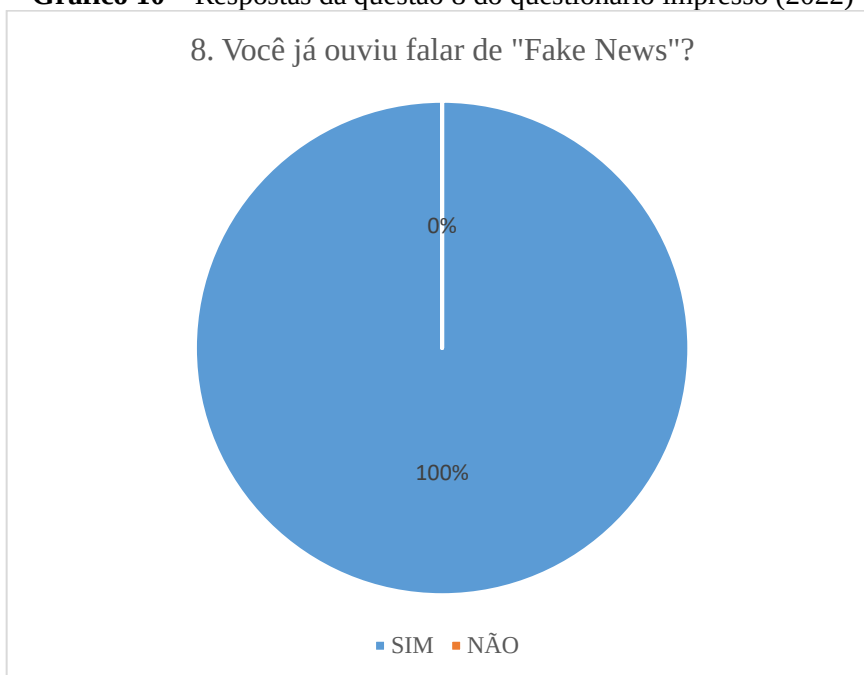
Gráfico 8 – Respostas da questão 4 do questionário impresso (2022)**Gráfico 9** – Respostas da questão 6 do questionário impresso (2022)

Gráfico 10 – Respostas da questão 8 do questionário impresso (2022)

Analisando os dados dessa nova pesquisa, percebemos que, diferentemente da anterior, nessa todos(as) os alunos(as) já ouviram falar da “Ditadura civil-militar brasileira” (100%), resposta presente na questão de número 1 (“*você já ouviu falar sobre a Ditadura militar brasileira?*”). Na pergunta de número 2 (“*Se já ouviu falar, onde foi?*”), alguns estudantes marcaram mais de uma resposta, sendo que a maioria ouviu falar sobre esse período da História brasileira “na escola” (40%). Não obstante, percebemos que um número razoável (36%) afirma que ouviram falar sobre o tema através das “redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.)”, percebemos que muitas respostas continham esses dois itens marcados (9 questionários). Dessa vez, percebemos um ligeiro aumento no número de estudantes que ouviram falar do tema através das plataformas digitais na Internet, mesmo assim o numerário se apresenta estável em relação à pesquisa anterior, se considerarmos uma margem numérica de variação pequena.

Na pergunta de número três, elaboramos o seguinte texto: “3. *Quando se fala em “Ditadura militar brasileira”, o que vem na sua mente (o que você imagina)?*”, tivemos um total de 25 respostas, pois 2 dos questionários foram entregues em branco nesse quesito, além de 4 questionários preenchidos com “*Não sei*” ou “*não sei explicar*”. Entre as demais respostas, destacamos:

- “a censura nas músicas da época, as torturas praticadas pelos militares, Coronel Ustra, Chico Buarque saindo do país e tantas opiniões opostas sobre a existência da ditadura [sic];

- “uma sociedade comandada por medo do mais forte ferir ou abusar” [sic];
- “Pessoas sendo maltratadas, políticos, professores, universitários etc. [sic]”;
- “foi um regime rígido que teve no Brasil no século passado [sic]”;
- “um regime muito rígido do que o atual [sic]”,
- “uma política militar muito rígida”;
- “um regime muito rígido”.
- “violência”;
- “Aquele cena horrível das pessoas apanhando por não obedecer a escolha dos ditadores [sic]”;
- “tortura com métodos horríveis como o pau de arara e etc. [sic]”;

Ou seja, as respostas, mais uma vez, mostram um olhar negativo sobre esse período histórico, não sendo apresentada, novamente, nenhuma resposta positiva ou nostálgica sobre tal período da História brasileira.

Figura 13 – Fac-símile de resposta de um estudante ao questionário

1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS(AS) DA 3ª SÉRIE - ENSINO MÉDIO
DA E. E. PROF. JOSÉ FERNANDES MACHADO (NATAL-RN) – ANO 2022.**

- Este questionário, aplicado pelo prof. Herbert Alexandre Vieira dos Santos (da disciplina de História), faz parte da pesquisa para seu trabalho de dissertação de mestrado do Programa Nacional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Dados pessoais do/a aluno/a (Não precisa se identificar):

Idade: 17

PERGUNTAS:

- Você já ouviu falar sobre a “Ditadura militar brasileira”?

☒ Sim
☐ Não
- Se já ouviu falar, onde foi?

☒ na escola.
☒ em casa.
☒ nas redes sociais (Youtube, Instagram, WhatsApp, Facebook, etc.).
☒ na Televisão.
- Quando se fala em “Ditadura militar brasileira” o que vem na sua mente?

A repressão nas músicas da época, as torturas praticadas pelos militares, Coronel Ustra, churrasco quando da prisão, as tantas opiniões opostas sobre a existência da ditadura
- Você já assistiu algum filme ou documentário sobre o tema da “Ditadura militar brasileira”?

☒ Sim
☐ Não
- Se a resposta do item anterior foi “Sim”, cite o nome do filme ou documentário que assistiu (pode citar mais de um):

Não lembro

Fonte: autoria própria.

Na questão de número 4, a maioria dos estudantes afirmou que nunca assistiu nenhum filme ou documentário sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira (59% marcaram “Não”, contra 41% que marcaram “Sim”), sendo que os poucos que responderam a questão de número 5 “Se a resposta do item anterior foi ‘sim’, cite o nome do filme ou documentário que assistiu (pode citar mais de um)”, a maioria dos alunos deixou essa pergunta em branco (10 no total), ou responderam que “não lembro” ou “não assisti nenhum”. Os poucos que responderam (4 no total) citaram os seguintes filmes:

- “O dia que durou 21 anos” (1 citação);
- “Até o último homem” (1 citação);
- “500 anos do Brasil” (1 citação);
- “Arthur” (1 citação).

Analisando as poucas respostas desse item 5, percebemos que apenas um dos filmes/documentários citados realmente aborda a temática do período da ditadura civil-militar brasileira, que é o documentário “O dia que durou 21 anos”, o qual aborda a participação do governo dos EUA no golpe de 1964 no Brasil, através da chamada “Operação *Brother Sam*”; os demais filmes/documentários citados não têm em seu roteiro o período estudado por nós, sendo que o intitulado “500 anos do Brasil”, subentendemos que seja um documentário do Canal “Nostalgia História”, apresentado por Felipe Castanhari, intitulado “*500 anos em 1 hora / História do Brasil*”⁹⁰. Ainda temos uma citação de um filme sobre a temática da Segunda Guerra Mundial, que é “Até o último homem”, e por último temos a citação “Arthur”, que subentendemos fazer relação ao filme sobre a lenda do Rei Arthur durante a Idade Média, portanto fugindo do tema da ditadura brasileira.

Na questão de número 6, perguntamos “*Você acompanha algum canal sobre História nas redes sociais*”? Quando 67% afirmaram que “não”, contra 33% afirmando que “sim”, havendo uma pequena variação para cima no número de estudantes que acompanham canais de História nas redes sociais, se compararmos com a pesquisa aplicada no ano passado (77,8% não acompanhavam e 22,2 acompanhavam).

Tal quantidade pequena de respostas “sim”, influenciaram a, também, pequena quantidade de respostas subjetivas da próxima questão de número 7, quando questionamos: “*Caso acompanhe algum canal, qual o nome desse canal? (Pode citar mais de um)*”. Muitas respostas foram deixadas em branco ou preenchidas simplesmente com “*não lembro*”, “*não sei*” e suas variações. Entre as 6 respostas escritas, encontramos:

- “*Canal History*” (1 citação);
- “*Nerd Show*” (1 citação);
- “*Foca na História*” (1 citação);
- “*Canal Nostalgia*” (1 citação);
- “*Castanhari*” (1 citação);

⁹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q7E4XrfGGnE&t=895s>. Acesso em: 22 abr. 2022.

- “Irmãos Neto” (1 citação);
- “*assisto no Youtube, mas não lembro o nome*” [sic] – (1 citação).

Semelhante à pesquisa anterior, observarmos que nenhum aluno(a) citou a empresa “Brasil Paralelo”, algumas respostas foram referentes a canais que não abordam conteúdos históricos, como o caso destas respostas: “Irmãos Neto” e “Nerd Show”; outras respostas fazem menção ao mesmo canal, sendo que numa das respostas se colocou o nome do apresentador desse canal, “Castanhari”, que apresenta o canal “Nostalgia”, esse último realmente ligado à curiosidades do passado e sobre História brasileira e mundial, apesar de seu apresentador não ser um historiador profissional. Outro canal, “Foca na História”, que não conhecíamos, ao procurarmos percebemos que ele aborda temas ligados às mitologias antigas (nórdicas, gregas, egípcias etc.) e o famoso canal de TV a cabo “*History*”, que subentendemos que se refira ao “*History Channel*”, abordando temáticas históricas com viés de entretenimento.

Outro fator importante registrado nesta pesquisa é a quantidade de alunos e alunas que já ouviram falar de “fake news” (100%), ao responderem as questões de número 8 (“*você já ouviu falar de fake news?*”), ou seja, todos os educandos já ouviram falar sobre essa expressão. Quando esses mesmos alunos(as) se dispõem a responder à questão subjetiva de número 9 (“*Você sabe explicar o que é uma ‘fake news’?*”), todos responderam (total de 27 respostas), percebemos que a grande maioria responde que é uma “notícia falsa”, assim como suas variações, entre elas destacamos:

- “Alguma notícia falsa”;
- “notícias mentirosas”;
- “uma informação falsa espalhada pela internet”;
- “informações falsas compartilhadas de forma pensada para beneficiar ou prejudicar algo ou alguém”.

Figura 14 – Verso de um questionário impresso respondido por um aluno em 2022

6. Você acompanha algum canal sobre “História” nas redes sociais (Youtube, Instagram, WhatsApp, Facebook, etc)?

(X) Sim
() Não

7. Caso acompanhe algum Canal, qual o nome desse canal? (Pode citar mais de um).

Foca na História, canal Nostalgia

8. Você já ouviu falar de “Fake News”?

(X) Sim
() Não

9. Você sabe explicar o que é uma “Fake News”?

Uma mentira falsa com conteúdos verdadeiros
espalhada na internet

Muito obrigado por responder esse questionário e ajudar na minha pesquisa.

Atenciosamente,

Prof. Herbert A. V. Santos.

Fonte: autoria própria.

3.2 PRODUTO EDUCACIONAL / PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.2.1 O uso de jogos no Ensino de História

O jogo é uma via de equilíbrio! Equilíbrio entre o sério e a brincadeira, entre as regras e o acaso, entre os objetivos pedagógicos e o desejo do aluno, entre a indução do professor e a liberdade dos alunos.

(GIACOMONI, 2012, p. 107)

Com essa afirmação do professor Marcello Giacomoni, percebemos o grande potencial presente nos jogos escolares, tanto pelo seu formato de diversão como de aprendizagem que os jogos têm em sala de aula, sobretudo no ensino de História, ou seja, podemos induzir que o uso de jogos históricos na sala de aula é uma mistura de diversão com responsabilidade. O uso de jogos no ensino de História é algo bastante debatido e deveras promissor no processo de ensino-aprendizagem. Também é importante atentarmos que, mesmo apresentando esse caráter lúdico do “*homo ludens*” pregado por Huizinga (2000), os jogos são dotados de regras, essas precisam ser expostas antes de seu início, para que os participantes fiquem cientes, além de respeitadas durante toda a atividade, o que não quer dizer que o educando e o educador não tenham liberdade criativa durante as ações. Outro fator importante é o papel dos jogos escolares como motivadores dos discentes nos assuntos apresentados pelo docente em sala de aula, além de servirem como um potencial agregador da maior participação dos estudantes nas aulas, ou, como afirma o professor Nilton Pereira: “jogar é desobrigar-se das utilidades da sala de aula. Jogar é instalar-se na passagem, em um intervalo do nosso cotidiano. [...] e, então, que ao se jogar, se instala no próprio ato criativo, na passagem de um ‘não-saber ao saber’” (PEREIRA, 2018, p. 15).

A ideia do jogo que apresentaremos na sequência, surgiu a partir da pesquisa sobre os impactos dos revisionismos e negacionismos no Ensino de História, e como poderíamos transformar esse tema num produto educacional – algo exigido no mestrado profissional. Após analisarmos diversas produções do próprio programa em que estamos inseridos (ProfHistória), no repositório oficial de dissertações do programa na internet⁹¹, assim como no repositório local do programa, no site da UFRN⁹², foram aclarando as ideias de produtos, até chegarmos na produção do jogo que intitulamos “*Jogo do “Fake ou Fato: desmistificando os principais negacionismos sobre a Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”*”.

Foi de inestimável papel como referência bibliografia para a produção do nosso jogo, a obra *Jogos e ensino de História*⁹³ (2018), organizada pelos professores Marcello Paniz Giacomoni e Nilton Mullet Pereira (UFRGS), publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim como as produções do próprio programa do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) que nos serviram de inspiração para a

⁹¹ Cf.: <https://profhistoria.com.br/articles>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁹² Cf.: <https://repositorio.ufm.br/handle/123456789/25954>. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁹³ GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de história*. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

confeção de nosso produto educacional, uma vez que essas trabalharam a temática dos jogos no Ensino de História, podemos destacar as seguintes dissertações: 1) *À luta camaradas! A greve geral de 1917 – São Paulo: ensino de História e análise de conjuntura através de um jogo de tabuleiros moderno* (2017), de autoria do professor Mateus Pinho Bernardes, da Universidade Federal de Santa Catarina, e 2) *Diálogos com as memórias: uma operação histórica* (2021), de autoria do professor Fernando de Souza Cruz, da Universidade Federal de Sergipe. Assim, como para elaborarmos nosso “*Caderno de Orientação para o professor(a)*” do nosso jogo do “*Fake ou Fato: desmistificando os principais negacionismos sobre a Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*”, usamos como base o produto educacional intitulado 3) “*Caderno de Atividades: História, Democracia e Direitos Humanos*”, resultado da dissertação intitulada *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor*, (2016) de autoria da professora Lícia Gomes Quinan, apresentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Durante a leitura das obras referentes à produção de jogos para o Ensino de História, percebemos que muito se aborda e se comenta sobre a produção de jogos de tabuleiro, alguns no universo dos *Role-playing games* (RPG’s), ou traduzindo para a língua portuguesa, “Jogos de Interpretação de Personagens”, algo que apesar de muito ouvir falar – principalmente na minha adolescência –, nunca tivemos a oportunidade de jogar tais tipos de jogos, muito menos conhecer por menor seu funcionamento. Ainda durante as leituras sobre esse universo de produção de jogos de tabuleiro, percebemos que as cartas são um elemento coadjuvante ao jogo, assim como os dados e marcadores de posição o são.

Num primeiro momento tentamos elaborar um tão debatido jogo de tabuleiro, não obstante, a falta de experiência com jogos (tanto como jogador, quanto como professor-elaborador de jogos históricos), assim como o escasso tempo para a confecção e resolução de um jogo de tabuleiro, onde teríamos que criar um conceito temático, testar sua jogabilidade (*playtests*), além de fazermos cálculos matemáticos para vermos as possibilidades das combinações das jogadas para evitar a inviabilização do jogo. Tudo isso posto, nos fez “dar um passo atrás” nas nossas projeções mais epopeicas e partimos para a feição de algo mais comedido, que não inviabilizasse nosso produto educacional do mestrado, com isso decidimos elaborar “apenas” um jogo de cartas, com o objetivo de ajudar no processo de ensino-aprendizado sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e seus negacionismos mais comuns, durante as aulas de História com as 3ª séries do Ensino Médio escolar, uma vez que, como falamos anteriormente, o mestrado profissional exige a produção de uma sequência didática, o jogo de cartas foi o nosso produto.

A ideia inicial do nosso jogo é que, através de cartas formuladas por nós e por um guia de instruções e orientações (Caderno-Guia ou Caderno-Resposta) – que ficará de posse do docente, para ajudá-lo no julgamento das respostas dos discentes, debateríamos os principais mitos relacionados à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), sobretudo aqueles mais polêmicos e que povoam as redes sociais na Internet.

Para a confecção das cartas do jogo, usamos como parâmetro as dimensões do famoso jogo de cartas *Uno*⁹⁴, essa ideia surgiu quando percebemos alguns discentes, da própria turma pesquisada, jogando tal jogo nas horas vagas entre uma aula e outra na escola em que trabalhamos, além de sua popularidade mundo afora. Nesse formato as cartas têm seu tamanho na dimensão de 56mm x 87 mm. Durante a nossa visita a uma gráfica para a impressão das cartas do jogo, alguns funcionários sugeriram que usássemos dois tipos de papel para a confecção das cartas, são eles: 1) papel peso A4 60g, ou 2) papel Couchê 250g (neste último a qualidade fica melhor, assim como também sua durabilidade). Na impressão das cartas, com as dimensões apresentadas, são necessárias 3 folhas de papel no tamanho A4 – cada folha comporta 8 cartas, totalizando 24 cartas, sendo necessário imprimir uma quarta folha com apenas 1 carta para completar as 25 cartas produzidas por nós. Todavia, pode ficar a critério pessoal imprimir apenas 24 cartas, não interferindo no número de partidas do jogo, pois como veremos mais à frente (nas regras do jogo), dependendo do número de participantes e equipes, são necessárias 24 cartas, ficando uma de sobra ou de reserva.

Baseado nas ideias de Huizinga (1998) de que o layout do jogo não é algo que devemos deixar em segundo plano, e uma vez que não tínhamos essa experiência gráfica, após formularmos as regras do jogo, assim como seu roteiro e conteúdos presentes nas cartas e manual de respostas, resolvemos contratar um profissional da área de design gráfico para melhor apresentarmos o mesmo, esse processo de “feitura” do design do jogo (cartas e caderno-guia de respostas e sugestões) se deu através de reuniões com um profissional gráfico (referenciado no jogo) e sugestões das melhores figuras para compor as cartas, assim como sua formatação e diagramação. O resultado final está presente no Apêndice C.

3.2.2 Aplicando o jogo em sala de aula

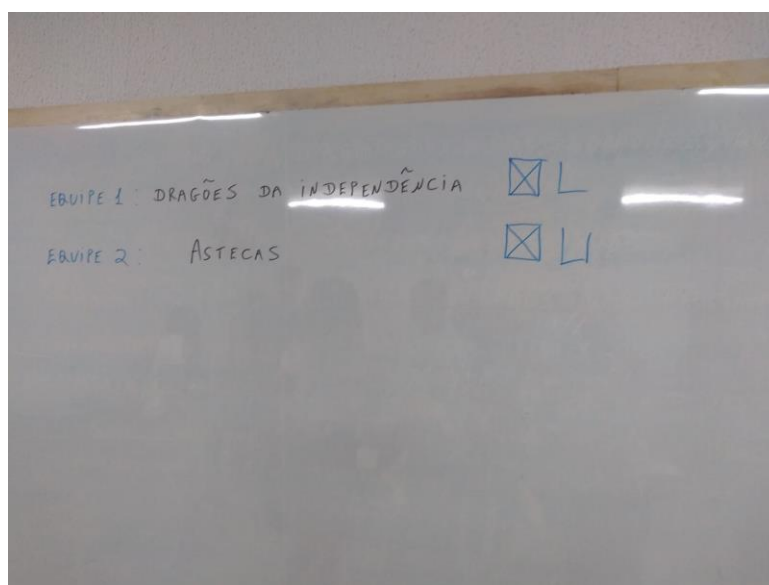
Durante o mês de maio de 2022, fizemos o “teste” do jogo, aplicando-o em sala de aula com os discentes da 3ª série do Ensino Médio, do turno matutino, da Escola Estadual Prof. José

⁹⁴ “*Uno*” é um famoso jogo de cartas estadunidense, desenvolvido por Merle Robbins e Samuel Sosthenes em 1971. Atualmente é vendido nos Estados Unidos pela “*Mattel*” e no Brasil pela “*Copag*”.

Fernandes Machado – Natal/RN. Para tal ação, formamos dois grupos compostos por 5 alunos cada, uma vez que só estavam presentes nesse dia 10 alunos (devido a problemas com o transporte escolar e por essa turma ter passado por uma divisão), ficando difícil formar mais de dois grupos, visto também que alguns educandos são mais retraídos para falar em público, ficando mais à vontade em grandes grupos, ao lado dos amigos mais próximos.

Após os discentes formarem seus grupos de acordo com suas afinidades pessoais, começamos a partida, usando as regras que formulamos e que demonstraremos na sequência. Cada grupo criou seu nome, baseado em algum fato ou personagem histórico, surgiram assim: Equipe 1, denominada de “Dragões da Independência”, e Equipe 2, denominada de “Astecas”. Na sequência, cada equipe enviou um representante para ficar ao lado da mesa do professor (a maior mesa da sala de aula), onde estavam perfiladas as cartas, com suas afirmativas viradas para baixo. A cada rodada um integrante das equipes pegava uma carta e a lia em voz alta, após isso, o grupo debatia se a afirmativa contida na carta era “fake” ou “fato”, chegando à decisão da resposta, caso respondessem corretamente o grupo pontuaria com 1 ponto e se este mesmo grupo soubesse formular o porquê da afirmativa ser “fake”, ganharia mais 2 pontos. A contagem da pontuação era feita através do quadro branco escolar.

Figura 15– Quadro branco com o nome das equipes e sua pontuação



Fonte: autoria própria.

Ao longo da partida os discentes pareciam estar curiosos e empolgados, criando um debate bem proveitoso em torno de cada carta e suas afirmativas, muitos alunos traziam pontos

de vista que já tinham escutado ou lido durante sua formação escolar e cidadã, alguns lembravam de cenas de filmes que já tinham assistido sobre a temática da ditadura, inclusive em sala de aula, principalmente quando estavam no 9º ano do Ensino Fundamental – quando a temática foi estudada. Ao longo da partida íamos dando dicas de documentários, filmes, vídeos no Youtube, textos e livros sobre cada temática, e alguns alunos mais interessados iam anotando no caderno para pesquisar em casa.

Durante a realização do jogo, que durou dois horários de 50 minutos (totalizando quase 1 hora e 40 minutos), percebemos que os educandos ficaram aguçados sobre o tema da ditadura brasileira e suas temáticas presentes nas cartas (indígenas, camponeses, empresariado, corrupção, populações periféricas, LGBTQIA+, torturas e violações dos direitos humanos etc.), ainda mais porque a maioria irá prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no final do ano, almejando uma vaga num curso superior em instituições públicas ou privadas. Muitos discentes nos perguntaram se o tema da ditadura civil-militar brasileira estava presente nas provas do ENEM. Todavia, respondemos que durante edições passadas o tema estava deveras presente em praticamente todas as edições (chegando a corresponder até a 25% das questões sobre Brasil República entre as edições de 2015 a 2018 da Prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias⁹⁵), com pelo menos uma questão enfocando o período. Não obstante, o tema se encontra ausente das provas do Exame Nacional desde a edição de 2019, ou seja, há três edições seguidas (2019, 2020 e 2021), coincidentemente com o início do mandato do então presidente Jair Bolsonaro – negador contumaz da ditadura brasileira – e suspeitas de interferências e censura, nos conteúdos que desagradam o governo, nas provas do ENEM pelo executivo federal⁹⁶.

Interessante notarmos que durante a realização da partida de cartas, não surgiu por parte dos alunos nenhuma alusão aos negacionismos históricos tão presentes na conjuntura atual ao tratarmos sobre tal temática histórica. Pelo contrário, muitos educandos ficaram, inclusive, irritados com as afirmativas “*fakes*” contidas em algumas cartas, questionando-as, em primeiro plano, e afirmando que eram absurdas tais afirmações.

A partir dos questionamentos e curiosidades sobre o período por parte dos educandos, na aula seguinte à realização do jogo, decidimos exibir o documentário *Em busca da Verdade* (2015), dirigido por Lorena Maria e Deraldo Goulart e produzido pela TV Senado – Brasil⁹⁷,

⁹⁵ Cf. <https://querobolsa.com.br/revista/interferencia-no-enem-2021-ditadura-militar>.

⁹⁶ Cf. <https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2021/02/11/comissao-criada-para-avaliar-enem-sugeriu-excluir-66-questoes-do-banco-de-itens-e-alterar-ditadura-por-regime-militar.ghtml>.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUiFjNBP77Y>. Acesso em: 21 maio 2022.

esse audiovisual foi elaborado a partir da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em dezembro de 2014. Tal documentário, de pouco mais de 50 minutos, traz relatos dos membros da CNV e de Comissões Estaduais da Verdade, assim como parlamentares, vítimas de tortura e agentes da repressão ouvidos durante as sessões da CNV Brasil afora, durante o período de suas atividades, entre março de 2012 a dezembro de 2014⁹⁸, sobre as graves violações dos Direitos Humanos cometidas por parte do estado brasileiro a opositores políticos.

Figura 16 – Aluna lendo afirmativa contida na carta do jogo



Fonte: autoria própria.

⁹⁸ O documentário foi agraciado na 37ª edição do Prêmio Vladimir Herzog na categoria de melhor documentário de TV, em 2015.

Figura 17 – Cartas distribuídas na mesa e representantes dos grupos ao lado



Fonte: autoria própria.

Figura 18 – Aluna com a carta do jogo na mão debatendo com a sua equipe



Fonte: autoria própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da nossa pesquisa - aplicação dos questionários e da testagem do nosso jogo de cartas “*do Fake ou Fato*” - com os estudantes das 3º séries da Escola Estadual prof. José Fernandes Machado durante os anos de 2021 e 2022, chegamos à conclusão que não encontramos resquícios de negacionismos ou revisionismos sobre o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) nesses estudantes, pelo contrário constatamos uma certa visão crítica em relação à essas teses negacionistas, espalhadas sobretudo pelas redes sociais da internet, nos discentes, que inclusive em determinadas afirmações contidas nas cartas as achavam absurdas e protestavam com veemência.

Todavia, chegamos a hipótese que a insistência nas teses negacionistas e revisionistas sobre o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) presentes em certas parcelas da sociedade brasileira (sobretudo as mais velhas, que já não estão nos bancos escolares) e da propagação de *fake news* através das redes sociais – que inevitavelmente chegam de alguma forma às salas de aulas do Ensino Básico brasileiro, se devem a alguns fatores que cercam o fim do último período autoritário brasileiro e como se deu sua transição para a democracia, são eles:

Lei de Anistia (1979)⁹⁹

Gestada ainda no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e promulgada no início da gestão do presidente Figueiredo (28 de agosto de 1979), tal lei não puniu os militares e os agentes torturadores da repressão, não obstante punindo duplamente os agentes da resistência armada – uma vez que os chamados “crimes de sangue” não eram contemplados pela lei, inseridos apenas os chamados “crimes de opinião”¹⁰⁰. Criou ainda o famigerado fator dos “crimes conexos”, dispositivo esse, servindo na prática, para evitar possíveis processos

⁹⁹ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

¹⁰⁰ Como a lei da Anistia brasileira não contemplava os crimes tipificados como “de sangue” ou de “terrorismo”, entre eles estavam: sequestros, assassinatos, atentados; muitos presos políticos só foram soltos ou voltaram para o Brasil, a partir de revisões – que acarretaram em diminuição – de suas penas pela justiça.

contra os militares num futuro próximo – uma espécie de adaptação da versão da “Lei do Ponto final”¹⁰¹ argentina à brasileira, tal lei foi apoiada por setores da imprensa nacional.¹⁰²

No ano de 2009, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para a reinterpretação da Lei de Anistia – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153), baseada na alegação de que os crimes de tortura e ocultação de cadáveres se configuram como de *lesa humanidade* e, portanto, imprescritíveis. Contudo, por 7 votos a 2, o STF recusou a revisão da lei e manteve o entendimento adotado pelo governo militar em 1979.

Outro órgão, dessa vez internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ordenou que o Brasil revisasse a Lei de Anistia a partir da dupla condenação (2010 e 2018) do estado brasileiro contra crimes cometidos durante o período da ditadura militar (caso Araguaia e caso Herzog, respectivamente); no entendimento da Corte, os crimes contra a humanidade ocorridos durante esse período, são imprescritíveis e não passíveis de serem anistiados. Essa corte de justiça, ainda reiterou o fato de que o estado brasileiro ratificou sua Convenção Americana de Direitos Humanos, em 1992, portanto deve reconhecer as decisões desse tribunal internacional.

Transição democrática negociada por cima

A longa transição do período autoritário começou no início do governo do general presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e se arrastou pelo último governo do último general presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), passando pela eleição do novo presidente civil através do Colégio Eleitoral – elegendo o moderado Tancredo Neves (PMDB) para a presidência e, por ocasião de sua morte, a posse de seu vice, José Sarney (PMDB) – que até pouco tempo atrás fazia parte do partido da ditadura, a ARENA¹⁰³ – e não por eleições livres e

¹⁰¹ A Lei do Ponto Final (*Ley de Punto Final*), foi promulgada no ano de 1986, durante o governo democrático de Raúl Alfonsín (1983-1989), essa lei, somada à Lei da Obediência Devida (*Ley de Obediencia Debida*), promulgada em 1987, receberam o apelido de “Leis do Perdão” ou “Leis da Impunidade” e pretendiam suspender as punições contra os agentes da ditadura argentina prevista no relatório de sua Comissão da Verdade (CONADEP). No ano de 2005, a Suprema Corte de Justiça argentina anulou essas leis, permitindo a punição dos agentes da repressão.

¹⁰² Vale frisar que boa parte da grande imprensa brasileira apoiou de forma restrita da Lei de Anistia, em contrapartida à campanha promovida pelos movimentos sociais de uma Anistia “ampla, geral e irrestrita”, como podemos constatar nas editoriais dos jornais: *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

¹⁰³ José Sarney transitou por diversos partidos no espectro da centro-direita, ao longo de sua trajetória política, desde a União Democrática Nacional (UDN), passando pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), com o fim da ARENA adere ao seu sucessor – Partido Democrático Social (PDS) – e por último, se filia ao PMDB nas vésperas das eleições indiretas pelo Colégio Eleitoral para eleição do novo presidente do Brasil em 1984.

populares, que culminou na derrota do movimento das “Diretas Já!”¹⁰⁴ (1984). Ou seja, a transição brasileira evitou rupturas e poupou os militares de futuras punições.

Comissão Nacional da Verdade tardia

Diferentemente dos demais países do Cone Sul da América (Argentina, Uruguai e Chile)¹⁰⁵, que logo após o fim de seus regimes autoritários criaram a chamada *Justiça de transição*¹⁰⁶ e julgaram os principais militares envolvidos nos crimes de suas ditaduras, o Brasil preferiu colocar “uma pedra” sobre o assunto, passando um véu de esquecimento e silêncio sobre o tema, pelos governos civis pós-ditadura: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), sem tratar do assunto dos crimes da ditadura, sendo criada apenas no ano de 1995, no início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)¹⁰⁷, reconhecendo como mortos pelo regime militar brasileiros cerca de 100 desaparecidos políticos, entre o período de setembro de 1961 a agosto de 1979, e criando uma lei de indenização às vítimas e seus parentes.

Ainda no final do governo de FHC, também é criada a Comissão de Anistia¹⁰⁸ (2002), que tem entre seus principais objetivos indenizar pecuniariamente as vítimas de perseguição política durante o período que vai de 1946 até 1988 (período que engloba a Constituição de 1946 – após o período ditatorial do Estado Novo – e a Constituição de 1988 – que representa o fim da ditadura civil-militar), tendo a maioria dos pedidos de anistia política referentes ao período da ditadura militar brasileira (1964-1985), assim como os familiares de mortos e desaparecidos políticos.

¹⁰⁴ No dia 25 de abril de 1984, a emenda parlamentar apelidada de “Dante de Oliveira” – que recebeu o nome do deputado federal do PMDB do Mato Grosso proponente da emenda – foi derrotada na Câmara dos Deputados, uma vez que não atingiu os 320 votos necessários para que fosse enviada ao Senado. Foram 298 votos a favor, 65 contra, e três abstenções. O governo militar fez uma pressão para esvaziar a votação e 113 deputados não apareceram para a sessão.

¹⁰⁵ Na Argentina foi criada, no final do ano de 1983, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), um dos principais resultados é o informe “*Nunca Más*” e a punição de vários agentes da repressão – sendo o caso mais emblemático a prisão perpétua do ex-presidente-general Jorge Rafael Videla (1976-1981) por crimes contra a humanidade, Videla faleceu na cadeia, no ano de 2013. No Chile, em 1990, foi criada a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, condenando vários agentes da repressão à prisão.

¹⁰⁶ A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o conceito como o conjunto de processos e mecanismos relacionados com os esforços de uma sociedade para superar um legado de graves violações de direitos humanos cometidos em larga escala no passado, a fim de assegurar responsabilização e reconciliação da sociedade.

¹⁰⁷ Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.

¹⁰⁸ Criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Ainda sobre a Comissão de Anistia, vale ressaltar que esta sofre uma série de ataques desde a posse do então presidente Jair Bolsonaro (2019), seu governo transferiu a Comissão – historicamente ligada ao Ministério da Justiça – para o então criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), comandado pela polêmica ministra, pastora evangélica, Damares Alves, a qual já deu declarações públicas criticando as indenizações concedidas pela Comissão, assim como afirmou que “está na hora de acabar com a Comissão de Anistia”¹⁰⁹. Nesse bojo, a Comissão sofreu bruscas mudanças na composição de seus membros (a maioria militares e simpatizantes das teorias negacionistas sobre a ditadura), dificultando a concessão de novas anistias e inclusive suspendendo anistias concedidas no passado. Outra mudança que ocorreu na Comissão, ainda no governo do presidente Michel Temer (2016-2018), foi o fim do ato simbólico do pedido de perdão oficial, pelo Estado brasileiro, às vítimas da ditadura, ficando o ato apenas no caráter de indenização pecuniária¹¹⁰.

Todavia, apenas no ano de 2011 será criada, através de lei, a Comissão Nacional da Verdade¹¹¹ – 26 anos depois do fim da ditadura – que serve como um documento oficial do estado sobre os crimes cometidos nesse período de exceção. A CNV foi instalada após a condenação pela Corte Interamericana de Justiça do estado brasileiro (em 2008), pelo desaparecimento dos militantes da Guerrilha do Araguaia. O encaminhamento de seu projeto de lei ao Congresso Nacional se deu ainda no último ano de mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) – precisamente em 12 de maio 2010. Já no primeiro ano de mandato da presidenta Dilma Rousseff, foi sancionada através da Lei nº12.528, em 18 de novembro de 2011.

A CNV foi oficialmente instalada em 16 de maio de 2012 (em cerimônia no Palácio do Planalto com a participação de todos os presidentes vivos no pós-ditadura – José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva) – teve duração de dois anos e sete meses – encerrando seus trabalhos em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de três volumes¹¹² de relatórios obtidos pelo estudo, em cerimônia oficial, com a então presidenta da república Dilma Rouseff (PT).

¹⁰⁹ Cf. KADANUS, Kelil; DESIDERI, Leonardo. Damares quer acabar com Comissão de Anistia até o fim de 2020. *Gazeta do Povo*, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/breves/damares-quer-acabar-com-comissao-de-anistia-ate-fim-de-2020/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹¹⁰ Cf. BENITES, Afonso. Governo quer fim da Comissão de Anistia em 2022 e nega 90% dos pedidos de reconhecimento de anistiados. *El País* – Brasil, 10 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-10/governo-quer-fim-da-comissao-de-anistia-em-2022-e-nega-90-dos-pedidos-de-reconhecimento-de-anistiados.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹¹¹ Lei nº 12.528 de 2011.

¹¹² O primeiro volume trata de um resumo geral sobre a criação da CNV (a legislação, seus antecedentes, suas conclusões e recomendações); o segundo volume traz texto temáticos (a ditadura e a perseguição aos militares,

O período de abrangência de investigação da CNV foi da promulgação da 4ª Constituição da República, em 1946, a 1988 – ano de publicação da atual Constituição brasileira, “com especial atenção ao regime ditatorial que se prolongou de 1964 a 1985” (BRASIL, 2014, p. 15).

Além de ter proporcionado a criação de diversas outras comissões nos âmbitos estaduais e municipais – como, por exemplo, a Comissão Estadual “Rubens Paiva” no estado de São Paulo e a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, também tivemos comissões em universidades (caso da UFRN), câmaras municipais e assembleias legislativas dos estados, assim como temáticas (OAB, sindicatos etc.) e sobre a colaboração de empresas com a ditadura (Volkswagen, FIAT etc.). A CNV foi composta por sete membros permanentes¹¹³.

Ao final de seus trabalhos, a CNV apresentou, em seu relatório final, uma lista com 377 nomes de pessoas que violaram os direitos humanos durante a ditadura e recomendou a responsabilização criminal, civil e administrativa de 196 pessoas dessa lista que ainda estão vivas. Até a data atual, nenhum desses nomes foram punidos. A Comissão também recomendou em seu relatório final a revisão do trecho da Lei da Anistia que estende o benefício para agentes da ditadura.

Inexistência de perdão oficial das Forças Armadas pela responsabilidade sobre os crimes e graves violações dos Direitos Humanos durante a ditadura

As Forças Armadas brasileiras, principalmente o Exército, nunca emitiram um pedido oficial de desculpas pelos crimes da ditadura, não obstante, continuaram celebrando o dia “31 de março de 1964” como o dia da “revolução”, “contra-revolução”, “revolução redentora” etc. – dependendo da narrativa apresentada – até os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo a celebração do golpe nos quartéis proibidas, oficialmente, somente nos governos da presidente Dilma Rousseff (2012). Esse processo é agravado pela forma que ainda ocorre a celebração nos meios educacionais e em livros didáticos da rede das escolas das Forças Armadas, congratulando os feitos da “Revolução de 1964”.

civis que colaboraram com a ditadura, LGBTs e a ditadura, a universidade e a ditadura, os camponeses e a ditadura etc.); o terceiro volume traz a lista dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura (com um perfil de cada um(a) das 434 vítimas). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>.

¹¹³ A formação da CNV foi composta em sua maioria por juristas, entre eles fizeram parte: Cláudio Fonteles (jurista, foi membro da CNV até 17 de junho de 2013, quando renunciou ao cargo. Ele foi substituído pelo advogado Pedro Dallari.); Gilson Dipp (jurista); José Carlos Dias (advogado); José Paulo Cavalcanti Filho (jurista); Maria Rita Kehl (psicóloga); Paulo Sérgio Pinheiro (cientista político e professor da USP); Rosa Maria Cardoso da Cunha (jurista, professora da UFF) e Pedro Dallari (jurista e professor universitário, foi o último coordenador da CNV).

Vale salientar que a partir de 2019, com a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL/PL), foi novamente autorizada a comemoração do dia 31 de março nos quartéis, gerando um pedido de liminar judicial por uma deputada federal do PT-RN para impedir tal celebração¹¹⁴. Mais recentemente, no ano de 2021, o Ministro de Estado da Defesa, general Walter Braga Netto, publicou uma “Ordem do dia alusiva ao 31 de março de 1964”¹¹⁵, elogiando o papel das Forças Armadas no processo de “pacificação do país”, mesmo que para isso tenha enfrentado “os desgastes para reorganizá-lo e garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos” (BRASIL, 2021). No trecho acima, chegamos à hipótese que os “desgastes” citados pela nota do Ministério da Defesa fazem alusão às torturas, mortes e desaparecimentos políticos cometidos pelo estado brasileiro em mãos das Forças Armadas e seus órgãos de repressão nesse período, algo justificável, haja vista a “pacificação do país”. Dando sequência à nota, ainda destacamos esta passagem: “Em 1979, a *Lei da Anistia*, aprovada pelo Congresso Nacional, consolidou um *amplo pacto de pacificação* a partir das convergências próprias da *democracia*. Foi uma *transição sólida*, enriquecida com a maturidade do aprendizado coletivo” (IDEM, IBIDEM, grifo nosso). Fica claro a visão oficial da Forças Armada brasileiras sobre qual foi o papel da Lei de Anistia, ou seja, uma lei de esquecimento, de pacificação, que não deve ser reinterpretada, como é reivindicado por grupos de Direitos Humanos e de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos e recomendado no relatório final da CNV (2014). Ao mesmo tempo, podemos observar que tal período histórico brasileiro é tratado, de forma cínica, como “democrático”, de encontro às perspectivas das pesquisas acadêmicas – historiográficas.

Anticomunismo/antiesquerdismo nas Forças Armadas e corporações policiais

Desde o malfadado episódio do chamado “Levante comunista de novembro de 1935” – organizado pelo então Partido Comunista do Brasil (PCB)¹¹⁶, sob a liderança do tenente do

¹¹⁴ A deputada federal Natália Bonavides (PT-RN) entrou com um pedido de Ação Popular na Justiça Federal contra a celebração das comemorações do “31 de março” nos quartéis, assim como a retirada da ordem do dia nos sites oficiais do governo, tal pedido foi aceito pela juíza da 5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte. Todavia, no ano seguinte (2020), a Advocacia Geral da União (AGU) entrou com um pedido no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) e conseguiu o direito à celebração.

¹¹⁵ Cf. Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>. Acesso em: 10 fev. 2021.

¹¹⁶ Em 1961, o partido, almejando sua legalização perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), muda seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB – uma vez que era acusado por seus opositores de ser uma Seção Brasileira do Partido Comunista da então União Soviética, algo proibido pela legislação eleitoral. Em 1962, após um “racha” no seu Comitê Central, é fundada outra agremiação comunista, que reivindica o nome original do partido, se intitulando Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

exército brasileiro, Luís Carlos Prestes, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, chamada propositalmente pelos vencedores de “Intentona Comunista” – um vez que a palavra “Intentona” tem o significado de ato tresloucado e que não deu certo – criou-se uma visão anticomunista nas Forças Armadas brasileiras, escorrendo pela sociedade (MOTTA, 2020). Através de vários boatos – como a de que os rebeldes teriam assassinado soldados ainda dormindo, durante o levante no Rio de Janeiro. Assim como a criação do monumento (mausoléu) aos soldados mortos na Praia Vermelha – Rio De Janeiro. Monumento esse inaugurado pelo próprio presidente – ditador Getúlio Vargas, no ano seguinte ao levante (1936) e subsequente instalação do Estado Novo (1937-1945); sendo posteriormente comemorado o dia 25 de novembro pelos quartéis com a presença de todos os presidentes até o governo Fernando Henrique Cardoso (MOTTA, 2021). E voltando a ser comemorado, a partir da ascensão do ex-capitão do exército brasileiro à presidência da república – Jair Messias Bolsonaro (2019).

Sobre o legado da ditadura civil-militar brasileira e as corporações militares (Forças Armadas e polícias militares), o pesquisador Rodrigo Patto Sá Motta afirma, que:

Tal fidelidade ao legado do regime autoritário é problemática não apenas por bloquear o reconhecimento dos erros (e crimes) cometidos – gesto fundamental no sentido da integração plena da corporação militar à institucionalidade democrática -, mas também porque ela alimenta entre as Forças Armadas e as corporações policiais um antiesquerdismo visceral, que é primo-irmão do autoritarismo, [...] as Forças Armadas precisam aceitar que não é seu papel dirigir os destinos políticos do país, mas apenas cuidar da sua defesa contra eventuais inimigos externos (MOTTA, 2021, p. 309).

Falta de uma política de educação voltada para a memória e a valorização da democracia e dos Direitos Humanos

Os governos brasileiros que se seguiram à ditadura preferiram não tratar sobre esse período de exceção, ficando um assunto restrito aos familiares das vítimas do regime e grupos de Direitos Humanos. Para manter o pacto de transição, boa parte dos poderes executivo, legislativo e judiciário, acharam de bom tom não colocar o “dedo na ferida” e esquecer tal período. Sobre isso, Rodrigo Patto Sá Motta, comenta:

O fato é que faltou aos líderes da Nova República enfrentar mais decididamente o legado da ditadura, para expor os seus crimes e mostrar à população a sua herança negativa. As elites civis que ocuparam o governo após 1985 [...], preferiram esquecer o passado a encará-lo, seja por

conveniência pessoal, [...] seja por temor de comprometer a transição negociada. Assim, a opção pela política de esquecimento e por não dar ouvidos às vozes demandando justiça contribuiu para a precária educação democrática da população. [...] as elites judiciárias também têm seu papel, haja vista a decisão do STF de impedir a revisão dos efeitos da lei de anistia, mesmo sob pressão de instituições internacionais. [...] O mesmo pode ser dito da imprensa e das lideranças empresariais, que igualmente apoiaram a política de esquecimento (MOTTA, 2021, p. 304-305).

Ou seja, faltou na transição brasileira uma educação voltada para o “Nunca Mais”, como aconteceu, por exemplo, na Argentina, quando o dia do golpe da última ditadura se transformou em feriado nacional (24 de março). No país vizinho, o Estado – como todos os anos desde 2002, quando foi instituído pela Lei da Nação nº 25.633/2002 – comemora o dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça. A data está incluída no calendário escolar para, juntamente com toda a sociedade, se opor a qualquer tipo de autoritarismo e em defesa do Estado de Direito e pelos Direitos Humanos. Essa data é usada para lembrar do que aconteceu, para “Nunca Mais” se repetir.

No Brasil faltou o cumprimento da tríade “Memória, verdade e justiça”. São poucas as iniciativas estatais voltadas para a preservação das memórias, podemos destacar os poucos exemplos: o Memorial da Resistência, em São Paulo – mantido pelo governo do estado; ou o projeto Memórias Reveladas, atrelado ao Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. Esse último, desde o ano de 2010, premia as melhores dissertações e teses sobre o período da ditadura, todavia, após a posse do presidente Bolsonaro, o prêmio se encontra parado e seus últimos vencedores, em 2018, ainda não conseguiram publicar suas pesquisas em formato de livro – etapa que fazia parte do prêmio no edital ¹¹⁷.

Esperamos que, com este trabalho apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória), assim como sua sequência didática / produto final – “Jogo do *Fake ou Fato: desmistificando os negacionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*” – possamos contribuir com os debates contemporâneos sobre os temas relacionados à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) em sala de aula com demais educadores(as) Brasil afora, assim como combater seus negacionismos. Durante a produção

¹¹⁷ Cf. “CENSURA OU ATRASO? O Arquivo Nacional e o Prêmio Memórias Reveladas. Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cWrZ2DG1goU>. Acesso em: 17 abr. 2022.

deste trabalho, tentamos mesclar o rigor de uma pesquisa acadêmica com uma linguagem lúdica (dos jogos de cartas) que possa ser acessada por um público mais amplo, principalmente os alunos(as) do Ensino Médio das escolas públicas brasileiras, em sua maioria adolescentes.

Que esta dissertação e seu produto educacional sejam um feixe de luz no combate aos negacionismos e revisionismos históricos presentes no atual debate histórico-pedagógico brasileiro.

FONTES

1964 – O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO). **Youtube**, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=277s>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CARLOS BRILHANTE USTRA (MAJOR TIBIRIÇÁ). **Memórias da Ditadura** (site). Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

DITADURA MILITAR no Brasil ou Regime Militar? Entenda definitivamente como foi o Golpe de 64. **Brasil Paralelo** (site). Publicado em 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://conteudo.brasilparalelo.com.br/historia/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GUIA POLITICAMENTE INCORRETO. **Youtube**, 02 fev. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lFgiIhdqH0&list=PLDkSVhCDZTPUJyLHHchNApkWA96ySoBm>. Acesso em: 06 jul. 2020.

HISTORIADORES acusam o canal History de incluir entrevistas em programa sem seu consentimento. **O Globo**, 22 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/historiadores-acusam-canal-history-de-incluir-entrevistas-em-programa-sem-seu-consentimento-21978346>. Acesso em: 06 jul. 2020.

MORAIS, Márcio Senne de. Revisionismo histórico vira best-seller nos EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 fev. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0602200506.htm>. Acesso em: 06 jul. 2020.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo**: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à Anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ALVES, Carlos M. **Ditadura militar brasileira**: memória e ensino em tempos de redemocratização. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambaí, 2018.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1987.

ÁVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História**: história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historicohistoriografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso em: 16 jan. 2021.

BALESTRO, Mayara; MIRANDA, J. E. B. (org.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. v. 1. 463p.

BALESTRO, Mayara; SILVA, E. F. Por que a Brasil Paralelo está perseguindo alunos e professores? **Esquerda Online**, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/08/24/por-que-a-brasil-paralelo-esta-perseguindo-alunos-e-professores/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Brasília: Editora UnB, 2001.

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de História na região do conflito**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaiana, 2016.

BATISTA, Ariel Chexes. **Uma imersão no passado-presente: o revisionismo bolsonarista sobre a ditadura (2011-2019)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

BATISTA NETO, Modesto Cornélio. **Comissão Nacional da Verdade: desafios e limites da construção democrática**. 2017. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: ARAÚJO, Valdei; PEREIRA, Mateus; KLEM, Bruna (org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco, 2017.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set./dez. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232. (Obras escolhidas, vol. 1).

BERNARDES, Mateus Pinho. **À luta camaradas! A greve geral de 1917 – São Paulo: Ensino de História e análise de conjuntura através de um jogo de tabuleiros moderno**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. São Paulo: Rocco, 2006.

BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. **Ensino de história e passados sensíveis: História e memória da ditadura militar nos livros didáticos do Brasil e da Argentina**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – URCA, Crato, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 7-16.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel. Nunca foram heróis: a disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do projeto ORVIL. **Anos 90**, UFRGS, v. 19, p. 293, 2012.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. 416 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: CARDOSO, Fernando Henrique. Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Brasília, DF: Senado Federal, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. In: FIGUEIREDO, João. Brasília, DF: Ministério da Justiça, [1979]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. In: ROUSSEFF, Dilma Vana. Brasília, DF: Ministério da Justiça, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 16 abr. 2021.

CALIL, Gilberto. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JUNIOR, C. Z.; MELO, D. B.; CALIL, Gilberto (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. **Sillogés**. v. 3, n. 1, p.15-42, jan./jun. 2020.

CARVALHO, Haroldo L.; KONRAD, D. A.; SPINOSA, V. **Usos do passado**: a história recente diante dos revisionismos e negacionismos. Natal, 2020.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. A História no Brasil recente: os vaivéns da história e da memória em perspectiva comparada com a Argentina. In: SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **O que se ensina e o que se aprende em história**: a historiografia didática em debate. Ananindeua: Cabana, 2022, v. I, p. 265-292.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. A regeneração do passado recente como falsificação histórica: a ditadura, a tortura e o falso perdão. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais...** [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. p. 01-18. v. 1.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CARVALHO, Y. R.; KONRAD, D. A. Entre civis e militares: conceitos e versões do golpe e da ditadura pós-1964 no Brasil. In: ALVES, Clarissa Sommer Alves; PADRÓS, Enrique Serra (org.). **Anais...** II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos - há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai (Porto Alegre, RS: APERS, 2013. p. 215-222. v. 1.

CRUZ, Fernando de Souza. **Diálogos com as memórias**: uma operação histórica. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaúcio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 328p.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaúcio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). **Visões do golpe**: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DA ROSA, Eleandro Viana. **A ditadura civil-militar e o ensino de História**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

DIAS, André Bonsanto. Um Brasil (em)Paralelo: as “verdades” da ditadura e sua historicidade mediada como um empreendimento político. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 12., 2019, Natal.

DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCÃO, Osvaldo Santos. **Formação em Direitos Humanos no ensino de História**: diálogos entre a escola e uma sociedade polarizada. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FERNANDES, Eurico da Silva. O estudo do revisionismo histórico brasileiro na sala de aula: os casos da “ditabranda” da Folha de S. Paulo e da “ditadura à brasileira” de Marco Antonio Villa. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. Curitiba, 2016

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. **O grande irmão, da operação Brother Sam aos anos de chumbo**: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FICO, Carlos. **Ditadura militar**: prefácios, palestras & posts. [s. l]: *E-book*, 2020.

FRANCO, Marina. **Un enemigo para la nación**: ordem interno, violência y “subversión, 1973-1976. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luíz a Lula (1927-2005). São Paulo: Record, 2005.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho**: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GENARI, Élton Rigotto. **Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar**: por uma prática politizante. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

GENESINI, Silvio. A pós-verdade é uma notícia falsa. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 45-58. jan./fev./mar. 2018.

GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó**: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e mortes da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime. São Paulo: Alameda, 2014.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. [5. ed.] rev. e ampl. São Paulo. Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

HARTOG, François; REVEL, Jacques. **Les usages politiques du passé**. Paris: Éditions de L'EHESS, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Ecoss da Marselhesa**: dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020

KRAENSKI, Mauro Abranches; PETRILAK, Vladimir. **1964: o elo perdido: o Brasil nos Arquivos do Serviço Secreto Comunista**. São Paulo: Vide Editorial ,2017.

MACIEL, David. A aliança democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MACIEL, Tenente Coronel Licio; NASCIMENTO, Tenente José Conegundes do. **ORVIL: tentativas de tomada de poder**. São Paulo: Schoba, 2012.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-2017v37n74-06.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. **Outubro**, São Paulo, n. 14, p.111-130, 2006.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. A opinião pública às vésperas do golpe de 1964. *Marx e o Marxismo: Revista do NIEP-Marx*, v. 2, p. 214-216, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. A historietografia de Marco Antonio Villa: um negacionista à brasileira. **Hum historiador**, 07 fev. 2014. Disponível em: <https://umhistoriador.wordpress.com/2014/02/07/a-historietografia-de-marcoantonio-vila-um-negacionismo-a-brasileira/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

MELO, Demian Bezerra de; HOEVELER, Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos** (EDUNIOESTE), v. 18, p. 13-43, 2014. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11096>. Acesso em: 26 fev. 2021.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 66-88 – 2019.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios para uma história do tempo presente no Brasil. In: **Questões para a história do tempo presente em tempos pandemônicos**, realizada no dia 4 de junho, pelo Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG. Belo Horizonte. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história no olho do furacão. In: ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus; KLEM, Bruna (org.). **Do fake ao fato**: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Milfontes, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporânea**: Historia y problemas del siglo XX, Montevideo, volumen 2, año 2, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela história**: desafios e ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

NICOLAZZI, Fernando. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. **Sul21**. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>. Publicado em: 23 mar. 2019. Acesso em: 16 jan. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. **O Brasil Paralelo entre o passado histórico e a picanha de papelão**. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/04/2019-o-brasil-paralelo-entre-o-passado-historico-e-a-picanha-de-papelao-por-fernando-nicolazzi/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

NOLTE, Ernst. O passado que não quer passar. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 25, p. 10-15, 1989.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo: uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 10, n. 1, jan./abr. 2020.

PEDRETTI, Lucas. Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura. **APública-Agência de Jornalismo Investigativo**, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). **História e memória das ditaduras no século XX**. Rio de Janeiro: FFV, 2015. v. II.

QUEIROZ, Deborah Silva de. **Memória da resistência à ditadura militar brasileira: guia para utilização de filmes em sala de aula**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

QUINAN, Lícia. **As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O que pensam os alunos do ensino médio sobre o ensino de história apresentado no “guia politicamente incorreto da História do Brasil” de Leandro Narloch. **Diálogos: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, v. 19, n. 1, p. 345-367, jan.-abr., 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre memória e história. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (org.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REMOND, René. O Contemporâneo do contemporâneo. *In*: In: CHAUNU, Pierre. et al. **Ensaio de Ego-História**. Edições 70, Lisboa.1987.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

ROCHA, Helenice. A ditadura militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, n. 1, p. 97-120, enero-junio 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.001.006>.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário**: ditadura militar e redemocratização, Quarta república (1964-1985). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (Coleção O Brasil republicano, v. 4).

ROUSSO, Henry. **Le syndrome de Vichy**. Paris: Seuil, 1987.

SALES, Cíntia Virgínia. **“Amanhã há de ser outro dia”**: a ditadura civil-militar de segurança nacional na sala de aula. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SANTOS, Davi Elias Rangel. História, memória e o ensino de história dos regimes não democráticos. **Anais...** CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST., 6., 2017, Vitória, 2017.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e guerra cultural**: Brasil Paralelo e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M. Walter Benjamin e a pós-verdade. *In*: **A terra é redonda**, 05 dez. 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/walter-benjamin-e-a-pos-verdade/#_edn5. Acesso em: 01 nov. 2020.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias.; MELO, Demian Bezerra.; CALIL, Gilberto (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 372p. v. 1.

SILVA, Daniel Silva. A longa noite de 64: Bolsonaro e a experiência democrática vista do parlamento. In: ARAÚJO, Valdei; PEREIRA, Mateus; KLEM, Bruna (org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, 2020.

SILVA, João Teófilo. **Passar o passado a limpo: Memória, esquecimento, justiça e impunidade no Brasil pós-ditadura: da Anistia à Comissão Nacional da Verdade**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Luiz Gabriel da. **Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TEITELBAUM, Benjamin R., **Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas: Editora UNICAMP, 2020.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964 - Golpismo e democracia: As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 19, p. 27-48, 2004.

TRAVERSO, Enzo. Revisão e revisionismo. In: SENA JÚNIOR, C. Z.; MELO, D. B. CALIL, Gilberto (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 372p. v. 1.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio: OBAN – DOI/Codi – 29 set. 1970-23 jan. 1974**. São Paulo: Editerra, 1987.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: Ser, 2006.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**, set. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

VENÂNCIO, Renato. O incorreto no “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. **HH Magazine**, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Campinas: Papirus, 1988.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e a direita**. São Paulo: Leya, 2014.

VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. **Folha de São Paulo**, 05 mar. 2009.

Tendências/ Debate. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm>. Acesso em: 07 jul. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A: PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA: JOGO DO “FAKE OU FATO: desmistificando os principais negacionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”

A proposta desta sequência didático-pedagógica é debater com os(as) estudantes, em especial do Ensino Médio, alguns mitos e negacionismos que envolvem o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), muitos desses negacionismos são difundidos, largamente, através da Internet e suas redes sociais (WhatsApp, Telegram, Youtube, Facebook, Instagram etc.), desembocando na sala de aula e consequentemente nas aulas de História.

Esse produto educacional é composto por uma sequência de 25 afirmativas, respectivamente, contidas em 25 cartas, numeradas na ordem crescente de 01 a 25. Cada afirmativa encontra-se inserida individualmente ao longo desse total de cartas, misturadas entre falsas (que denominamos de “*Fakes*”) e verdadeiras (que denominamos de “*Fato*”).

Além das cartas, apresentamos um caderno guia do jogo, intitulado: “Caderno de Orientação para o professor”, contendo todas as afirmativas na sequência numérica com suas devidas respostas, seguidas de uma discussão sobre cada uma delas, com dicas de como os(as) professores(as) da rede básica de ensino poderão trabalhar esses temas com os(as) educandos, em sala de aula. Esse caderno, durante o jogo, deve ficar de posse do(a) professor(a).

Ao longo, e especialmente no final, da sequência didática, listamos uma série de reportagens, livros, filmes, documentários e produções audiovisuais (podcasts, canais do Youtube, sites etc.) ligados ao debate proposto, para se trabalhar em sala de aula, ou mesmo em casa por parte dos estudantes e também dos professores interessados em se aprofundar mais em cada temática ligada ao período da ditadura civil-militar brasileira abordada.

Entre os documentos utilizados como fontes para a confecção das cartas e do “Caderno de Orientação para o professor(a)”, destacamos os relatórios elaborados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregues no ano de 2014, como um documento oficial do estado brasileiro, abordando as graves violações dos direitos humanos, sobretudo, durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Para a confecção das cartas do jogo, usamos como parâmetro as dimensões do famoso jogo de “*Uno*”¹¹⁸, onde as cartas têm a dimensão de 56mm X 87 mm, assim usamos a tipografia para a impressão das cartas do papel peso A4 60g, ou papel Couchê 250g (neste último a qualidade fica melhor, assim como também sua durabilidade).

Objetivo geral: através de uma atividade lúdica (jogo de cartas) e em grupo (debate coletivo), levar os educandos a refletir sobre os mais variados temas ligados ao período de abrangência da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), assim como analisar os principais fatos ligados aos negacionismos e problematizar sobre os usos do passado e as disputas pela memória sobre tal período na atual conjuntura nacional.

Objetivos específicos:

- Identificar quais temas são mais recorrentes nas produções das *fake news*, espalhadas pela Internet, sobre a ditadura civil-militar brasileira;
- Comparar o debate entre os negacionismos e revisionismos da História com o fenômeno atual das *fake news*;
- Analisar o formato argumentativo dessas narrativas falsas ou enviesadas sobre o período da ditadura civil-militar brasileira;
- Verificar com os educandos os impactos das *fake news*, dos revisionismos e negacionismos sobre a História da ditadura civil-militar brasileira e sob o tempo presente;
- Debater sobre as temáticas de Direitos Humanos, Diversidades, Democracia, Ditadura e Política;
- Incentivar as pesquisas históricas e científicas sobre temas relacionados à História e ao tempo presente;
- Incentivar a construção de um olhar crítico dos estudantes em relação à chamada educação midiática;
- Incentivar a Educação midiática e o letramento digital atrelados ao estudo das temáticas da ditadura militar brasileira nos educandos.

¹¹⁸ *Uno* é um jogo de cartas estadunidense, desenvolvido por Merle Robbins e Samuel Sosthenes em 1971. Atualmente é vendido nos Estados Unidos pela *Mattel* e no Brasil pela *Copag*.

JOGO DE CARTAS:

REGRAS:

1. Divida a turma, proporcionalmente ao número total de estudantes, entre 4 a 5 equipes (Se for 4 equipes, cada equipe irá responder 6 perguntas – sobrando uma carta; se for 5 equipes, cada equipe irá responder 5 perguntas);
2. Peça para os estudantes nomearem suas equipes (de preferência, com um nome relacionado à disciplina de História, ou assuntos históricos que os/as alunos/as tenham estudado, ou achem “legal”);
3. As equipes fazem um sorteio para definir a ordem das rodadas no jogo;
4. O(a) professor(a), após embaralhar as cartas, organiza-as na mesa, com a face (parte interna com a afirmativa) para baixo (de preferência na maior mesa que estiver disponível na sala de aula – geralmente a do próprio docente);
5. A cada rodada, cada equipe puxa 1 carta de livre escolha (na carta está uma afirmação sobre a ditadura civil-militar brasileira);
6. Com a carta em mãos a equipe irá ler, em voz alta, a afirmação presente na carta e o professor confere a mesma, podendo também o docente reler em voz alta, caso haja dúvidas na leitura;
7. Na sequência, a equipe deverá responder se a afirmação da carta é: “*Fake ou Fato*” (poderá haver uma contagem de tempo, feita pelo professor(a), para a resposta – sugestão: 30 segundos);
8. Acertando a afirmativa, a equipe pontua com 1 ponto; caso a equipe saiba contextualizar/formular o “porquê” de a resposta ser “*Fake ou Fato*”, esta ganhará mais 2 pontos (o/a professor/a servirá como juiz/mediador do jogo – haverá um guia impresso de auxílio ao docente, contextualizando cada afirmação);

9. Caso a equipe que estiver na “vez” da rodada não saiba explicar o “porquê” de a resposta ser “*Fake ou Fato*”, outra equipe poderá responder essa questão, e caso formule corretamente, ganha os 2 pontos;
10. O/a professor/a fará a contagem da pontuação das equipes, preferencialmente, no quadro branco (para ficar visível a todos/as);
11. Ao final das rodadas (5 ou 6 – dependendo do número de equipes), o grupo que alcançar maior numeração vence o jogo;

Tempo de jogo: aproximadamente 40 a 50 minutos (1 horário de aula);

Total de cartas: 25 cartas (sendo 17 afirmativas “*Fato*” e 8 afirmativas “*Fake*” distribuídas aleatoriamente pela ordem de numeração do jogo).

**CARTAS COM AS AFIRMAÇÕES E CONSEQUENTE
DEBATE/CONTEXTUALIZAÇÃO E EXPLICAÇÃO COM SUGESTÃO DE
LEITURAS OU DE AUDIOVISUAIS**

Afirmativa nº 1

“As parcelas mais pobres da classe trabalhadora foram os segmentos mais prejudicados com as políticas econômicas dos governos militares, ‘amargando’ um achatamento de seus salários e de seu poder de compra”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Nesse período houve congelamento de salários e consequente diminuição do poder de compra da classe trabalhadora; sem falar do fim da estabilidade no emprego depois de dez anos de serviço, que foi substituído pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no ano de 1966. Além do aumento da desigualdade social e da concentração de renda,

ou seja, durante os 21 anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a desigualdade entre ricos e pobres cresceu abruptamente. Segundo o relatório da CNV (2014),

A política de arrocho salarial foi inaugurada com a Circular nº 10 do Ministério da Fazenda, de 19 de junho de 1964, que fixava as condições sob as quais os reajustes dos níveis salariais do setor público deveriam ser calculados: o salário real médio nos dois anos anteriores, a antecipação inflacionária estimada para o ano subsequente e a estimativa do aumento anual da produtividade. No ano seguinte, com a Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, essa política foi estendida aos trabalhadores do setor privado. “Por sua vez, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei nº 5.107/1966, aumentou a rotatividade no mercado de trabalho e funcionou como uma poupança forçada, com o depósito de 8% do salário mensal do empregado em uma conta bancária própria. Sua finalidade era reduzir o gasto com a demissão de empregados, liberando as empresas do ônus com programas assistenciais para os trabalhadores, mas “foi concebido para substituir as normas então existentes de estabilidade do empregado, criando um fundo especial para a acumulação de capital “[...] sendo seguro afirmar, com segurança, que a classe trabalhadora continuaria a ser a parcela da sociedade brasileira mais penalizada pela política econômica da ditadura” (BRASIL, 2014, p. 323-324).

- ✓ Dica de audiovisual: curta-metragem “*Incontáveis. Episódio 1: Trabalhadores na ditadura*” – material produzido pela Comissão da Memória e Verdade – UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=euVCQwNJxIk>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Afirmativa nº 2

“Não existiu ditadura no Brasil, o que houve foi uma revolução ou contra-golpe das forças armadas para salvar o Brasil do comunismo”.

Resposta: **Fake**

Debate/problematização:

Apenas pelo fato de um governo militar ter gerido o Brasil durante 21 anos, já se configura como um governo ditatorial, uma vez que, na concepção de uma “democracia liberal”, o governo é exercido por civis. Dito isso, o termo “revolução” nas ciências políticas remete ao fato da tomada do poder por atores externos a esse poder constituído, fato que não ocorreu em 1964, posto que o golpe foi dado pelo alto escalão do exército brasileiro (que incluía muito generais que faziam parte do governo Goulart, como o próprio general Humberto de

Alencar Castello Branco e o general Amaury Kruel – esse último, era chefe do Gabinete Militar da Presidência da República).

Outro fator importante de se destacar é que, segundo muitos pesquisadores do tema, as “esquerdas brasileiras” não tinham essa correlação de forças favorável para tomar o poder no Brasil em 1964 (REIS FILHO, 1990; RIDENTI, 1993; MOTTA, 2000; NAPOLITANO, 2014).

- ✓ Dica de audiovisual: “1964: Golpe ou revolução? Era inevitável?” – Xadrez Verbal, Youtube, 1 abr. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=udGwmBERLhM>. Acesso em: 6 maio 2021.

Afirmativa nº 3

“As populações indígenas brasileiras foram bastante prejudicadas pelas políticas dos governos militares, muitas tiveram que ser deslocadas de seus locais de moradia para favorecer obras de infraestrutura do regime (estradas, hidrelétricas etc.)”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – Brasil (2014), cerca de 8.000 indígenas foram mortos durante o período de exceção civil-militar brasileiro (1964-1985), muito deles foram vitimados durante a implantação de obras como a da rodovia Transamazônica e de usinas hidrelétricas no norte e centro-oeste brasileiro, sendo obrigadas a deixar seus locais de moradia (ver o livro *os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígena na ditadura* (2017), do jornalista Rubens Valente).

Ainda podemos citar o caso do “Reformatório Agrícola Indígena Krenak”, um “centro de recuperação” de índios mantido pela ditadura militar na cidade de Resplendor (MG), repleto de denúncias de maus-tratos e uso de mão de obra indígena análoga à escravidão.¹¹⁹

¹¹⁹ Cf. “Violências contra os indígenas durante a ditadura” – site “Memórias da Ditadura” – disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/>. Acesso em 4 maio 2021.

- ✓ Dica de audiovisual: curta-metragem “*Incontáveis. Episódio 6: Povos indígenas na ditadura*” – material produzido pela Comissão da Memória e Verdade – UFRJ. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=jHrJUBMeT_U&list=PLko6DWoS93xMfpmh0VPQTiHsRBP1xKncA&index=12. Acesso em: 18 abr. 2022.

Afirmativa nº 4

“Durante a ditadura, muitas pessoas que não tinham envolvimento direto com os grupos da esquerda política, nem com as guerrilhas foram perseguidas, torturadas e mortas”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Inúmeras pessoas que não eram militantes políticas de esquerda, nem tinham envolvimento com a luta armada foram presas, torturadas e até mortas pelo regime, como é o famoso caso do deputado federal, cassado pela ditadura, Rubens Paiva (PTB), que foi sequestrado dentro de sua casa e sumiu, assim como no caso da famosa estilista Zuzu Angel, que morreu num acidente automobilístico de causas duvidosas.

Sobre as perseguições a pessoas que não tinham envolvimento com as esquerdas e a luta armada, o historiador Carlos Fico (UFRJ) ressalta que:

[...] muitas outras pessoas foram vítimas da ditadura, além dos que foram reprimidos como decorrência de sua participação na Guerrilha do Araguaia ou nas ações armadas urbanas. Refiro-me às milhares de pessoas que tiveram suas vidas vasculhadas pela espionagem do regime; que perderam oportunidades profissionais em decorrência de suspeições injustas lançadas pela comunidade de informações; que foram indevidamente acusadas de corruptas pelo tribunal de exceção criado pelo regime (FICO, 2021, p. 267).

- ✓ Dica de audiovisual: filme “Zuzu Angel” (2006).

Afirmativa nº 5

“Podemos dizer que o que houve no Brasil a partir de 1964 foi no máximo uma “ditabranda” se comparada as ditaduras que aconteceram em outros países da América do Sul, como por exemplo o Chile e a Argentina”.

Resposta: **Fake**

Debate/problematização:

O termo “*ditabranda*” foi utilizado pelo editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, no ano de 2009¹²⁰, ao comparar os crimes praticados pelas ditaduras do Chile e da Argentina com os do Brasil, esse editorial foi alvo de muitas críticas à época. Mesmo que seja comprovado que a quantidade de mortes e desaparecidos durante a ditadura argentina (1976-1983) foi de mais de 30.000 e a chilena (1973-1989) superou 3.000, enquanto que, segundo dados da Comissão Nacional da Verdade – Brasil (2014), cerca de 434 pessoas foram mortas e desaparecidas durante a ditadura brasileira (1964-1985), não podemos criar um macabro ranking de mortes e afirmar o que foi “brando” e o que foi “duro”, baseado apenas em números.

- ✓ Dica de artigo jornalístico: SAKAMOTO, Leonardo. *A “Ditabranda” Militar (1964-1985)*. In: Blog do Sakamoto. Uol Notícias, 22 fev. 2009. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/02/22/o-bizarro-caso-da-ditabranda>. Acesso em: 5 maio 2021.

Afirmativa nº 6

“Alguns grupos empresariais que não colaboraram com o regime militar foram perseguidos e levados ao encerramento de suas atividades, como é o caso da empresa aérea *Panar do Brasil* e da TV *Excelsior*.”

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Segundo o relatório da CNV (2014),

Alguns empresários não compactuaram com a conspiração e o golpe, defenderam a Constituição e foram perseguidos e punidos pelo regime ditatorial, o que deve ser assinalado sob pena de incorrerem em uma generalização equivocada. Um caso exemplar foi o de Mario Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda, que juntos detinham o controle

¹²⁰ No editorial de 17 de fevereiro de 2009, intitulado: “Limites a Chavez”, é citado o neologismo “ditabranda” para caracterizar o período militar brasileiro (1964-1985).

acionário da Panair do Brasil, a segunda maior empresa privada do país. As atividades da Panair do Brasil foram encerradas por um decreto arbitrário do governo Castelo Branco, ainda em 1964. Em 11 de fevereiro de 1965, o juiz da 6ª Vara Cível da Justiça recebeu a visita do ministro de Estado da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, e no dia 15 decretou a falência da Panair do Brasil (BRASIL, 2014, p. 325).

- ✓ Dica de livro: SASAKI, Daniel Leb. *Pouso forçado*: a história por trás da destruição da PANAIR do Brasil pelo regime militar. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Afirmativa nº 7

“Apenas foram torturados ou mortos durante o regime militar brasileiro guerrilheiros comunistas de esquerda”.

Resposta: **Fake**

Debate/problematização:

A afirmativa é falsa, pois entre os mortos e desaparecidos temos inúmeras pessoas que não pertenciam a grupos de esquerda e sequer eram militantes políticos. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade – Brasil (2014), cerca de 8.000 indígenas foram mortos durante o período de exceção civil-militar brasileiro (1964-1985), muito deles foram vitimados durante a implantação de obras como a da rodovia Transamazônica e de usinas hidrelétricas no norte e centro-oeste brasileiro (ver o livro *Os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígena na ditadura* (2017), do jornalista Rubens Valente). Ainda podemos citar o caso do “Reformatório Agrícola Indígena Krenak”, um “centro de recuperação” de índios mantido pela ditadura militar na cidade de Resplendor (MG), repleto de denúncias de maus-tratos e uso de mão de obra indígena análoga à escravidão.¹²¹

Além dos povos nativos, temos a morte de inúmeras pessoas que não eram militantes políticos de esquerda, como é o famoso caso do deputado federal Rubens Paiva (MDB), que foi sequestrado e sumiu, assim como no caso da famosa estilista Zuzu Angel, que morreu num acidente automobilístico de causas duvidosas (ver o filme “Zuzu Angel” – 2006).

¹²¹ Cf. “Violências contra os indígenas durante a ditadura” – site “Memórias da Ditadura” – disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/>. Acesso em 4 maio 2021.

- ✓ Dica de texto: “Violência contra os indígenas durante a ditadura” – Site “Memórias da ditadura” – Disponível em: <http://memoriasdeditadura.org.br/indigenas/>. Acesso em: 6 maio 2021.

Afirmativa nº 8

“Durante a ditadura houve muita perseguição e morte de camponeses que lutavam por terras no interior do Brasil”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Segundo o relatório da CNV (2014), houve 1.196 casos de camponeses mortos e desaparecidos no campo em função das diversas formas de repressão política e social, entre setembro de 1961 e outubro de 1988.

- ✓ Indicação de audiovisuais: documentários: “*Cabra Marcado para morrer*” (1984), dirigido por Eduardo Coutinho, e “*Brazil: The troubled land*” (1964), dirigido por Helen Jean Rogers (produzido pela TV estadunidense “ABC”).
- ✓ Indicação de livro: “*Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*” (2013) – elaborado pelo Projeto “*Direito à Memória e à Verdade*” da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Afirmativa nº 9:

“Durante a ditadura pessoas de orientação LGBTQIA+ foram perseguidas, e muitas inclusive, foram demitidas de seus empregos públicos, alegando questões morais pelo governo”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Segundo o relatório da CNV (2014),

No que se refere à ação específica da ditadura, merece destaque o episódio de expulsão do Itamaraty de membros da carreira diplomática por sua orientação sexual. Em 1969, 15 foram os diplomatas cassados, sendo que sete deles o foram sob a justificativa explícita de “prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa”. Conforme matéria publicada pelo jornal O Globo, [...] Dos 15 pedidos de demissão de diplomatas, sete foram justificados com as seguintes palavras: “Pela prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa” (BRASIL, 2014, p. 303-304).

- ✓ Dica de audiovisual: “*Incontáveis. Episódio 4: População LGBTQIA+ na ditadura*”. – Material produzido pela Comissão da Memória e Verdade – UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6aTDB3yQ8SM&list=PLko6DWoS93xMfpmh0VPQTiHsRBP1xKncA&index=9>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Afirmativa nº 10:

“Um dos grupos que mais sofreu perseguição, durante a ditadura, foi o segmento militar, que proporcionalmente, teve mais quadros demitidos e expulsos das Forças Armadas e das polícias militares dos estados”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Segundo o relatório da CNV (2014), a classe profissional que mais sofreu perseguição (expulsão e prisão), proporcionalmente, foi a dos militares (praças e oficiais) das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e das polícias militares dos estados.

Para termos uma ideia dessa proporcionalidade, no dia 10 de abril de 1964, com a publicação, pela autointitulada Junta Militar Revolucionária, do Ato Institucional (posteriormente nomeado como AI-1), foram divulgados os nomes dos primeiros cidadãos cassados pelo novo governo, sendo expulsos, sumariamente, 122 oficiais das Forças Armadas. No dia 14 de abril, o comando revolucionário divulgou nova lista de cassações, incluindo 67 civis e 24 oficiais das forças armadas, entre os quais os generais-de-brigada Argemiro de Assis Brasil, chefe do Gabinete Militar de João Goulart, Luís Tavares da Cunha Melo e Nelson

Werneck Sodré, e os almirantes Cândido de Aragão e Pedro Paulo de Araújo Suzano (CPDOC, Verbetes: Atos Institucionais)¹²²

- ✓ Dica de audiovisual: Sobre os militares perseguidos pela própria ditadura militar, podemos citar o documentário “*Militares da democracia: os militares que disseram não*” (2014), do consagrado documentarista brasileiro Silvio Tendler. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XjBJDl3h03E&t=3576s>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Afirmativa nº 11:

“As esquerdas brasileiras já tramavam um golpe no Brasil antes de 1964, inclusive com a ajuda da URSS”.

Resposta: **Fake**

Debate/problematização:

Como foi dito anteriormente, as esquerdas brasileiras não tinham poder necessário para deferir um golpe de estado no Brasil, o fato de alguns desses grupos políticos terem enviado militantes, para treinamento de guerrilha em países como: Cuba (Ligas Camponesas/Movimento Tiradentes) ou para a China (PCdoB), não significa que a revolução comunista estava prestes a acontecer no Brasil. Ainda vale salientar que, durante esse período, a União Soviética não tinha mais a linha política da revolução armada em outros países, mas sim a linha da “coexistência pacífica” entre Capitalismo e Socialismo, desde a posse de *Nikita Krushev* e a realização do XX Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS), em 1956.

- ✓ Dica de audiovisual: vídeo com o professor Carlos Fico (UFRJ) sobre a impossibilidade de um golpe das esquerdas em 1964, intitulado: “*Havia realmente a chance de um golpe comunista no Brasil em 1964?*” – Café História TV, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4bK9z3NJr9w&list=WL&index=1>. Acesso em: 05 mar. 2021.

¹²² Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Afirmativa nº 12:

“Os governos militares usaram das conquistas esportivas brasileiras como propaganda do regime (como por exemplo a conquista do Tricampeonato mundial de futebol da FIFA pela seleção brasileira em 1970)”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Slogans e propaganda como: “*ninguém segura esse país*”, “*esse é um país que vai pra frente*”, “*Brasil: ame-o ou deixe-o*”; foram usados pelo regime junto com conquistas esportivas, como, por exemplo, o título mundial de boxe do pugilista Éder Jofre, em 1973, o título de Fórmula-1 por Emerson Fittipaldi, em 1972, e o mais famoso de todos: o tricampeonato mundial de futebol pela seleção brasileira em 1970, onde o presidente Médici (que era fanático por futebol, inclusive frequentava jogos no Maracanã com rádio de pilha no ouvido) recebeu a seleção campeã no Palácio do Planalto e levantou a Taça Jules Rimet.

- ✓ Dica de audiovisual: “*Memórias do chumbo: o futebol nos tempos do Condor – Brasil*” (2012). Documentário produzido pelo canal de esportes ESPN – Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYPGMktWMnc>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Afirmativa nº13:

“Durante a ditadura peças de teatro, novelas, livros, revistas, jornais, filmes e músicas eram alvos de censura pelo governo”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

No dia 26 de janeiro de 1970, o governo federal publicou o decreto-lei de número 1.077, que estabelecia a censura prévia de livros e revistas, esse controle era feito através de um órgão ligado à Polícia Federal, denominado de Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que perdurou até o ano de 1988. Durante esse período, diversas produções artísticas (teatro, novelas, livros, revistas, jornais, filmes e músicas) foram total ou parcialmente censurados pela repressão. Inclusive, novelas da própria Rede Globo de Televisão (emissora que dava apoio e sustentação ao regime) foram censuradas. Entre essas produções estavam as famosas e populares: *O bem-Amado* (1973), *Escrava Isaura* (1976), *Roque Santeiro* (1985) etc.

Além disso, muitos jornais impressos foram obrigados a colocar receitas de bolo no lugar das notícias censuradas, para não saírem com espaços em branco na diagramação dos jornais. Diversos compositores tiveram suas músicas vetadas, se utilizando de metáforas para que suas composições fossem liberadas, ou até mesmo se utilizando de pseudônimos, como foi o famoso caso do cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda, que utilizava o falso nome de “Julinho de Adelaide” em algumas de suas obras, uma vez que seu nome estava bastante visado pelos órgãos de censura.

- ✓ Dica de livro: MATTOS, Laura. *Herói mutilado*: Roque Santeiro e os bastidores da censura à TV na ditadura. São Paulo: Companhia da Letras, 2019. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

Afirmativa nº14:

“A repressão militar chegou a prender e torturar, inclusive crianças juntos com seus pais”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Ver o caso do militante político potiguar Dermi Azevedo, que foi preso junto com sua esposa e filho – Carlos Alexandre, esse último com um ano e oito meses de vida, – em 1974, no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), na capital paulista. Também

temos o caso dos filhos de Virgílio Gomes da Silva, detidos e separados da mãe por um longo período, em 1969; além do emblemático caso da família Teles, onde o casal Amelinha e Cezar Teles foram sequestrados e detidos no DOI-Codi no ano de 1972, juntos com seus dois filhos, Janaína e Edson Teles, crianças de 5 e 4 anos de idade, respectivamente.

- ✓ Dica de livro: *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil* (2014), produzido pela Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” de São Paulo.

Afirmativa nº15:

“Se houve ditadura no Brasil, essa só começou em 1968 – com a promulgação do AI-5 – e terminou em 1979 – com a revogação dos Atos institucionais e a aprovação da Anistia política”.

Resposta: **Fake**

Debate/problematização:

Esse debate existe entre renomados historiadores acadêmicos (REIS FILHO, 2004; VILLA, 2014). Todavia, é minoritário entre seus pesquisadores, uma vez que antes de 1968 vários políticos e funcionários públicos (civis e militares) foram cassados e exonerados de seus serviços, além da existência da promulgação de quatro atos institucionais e centenas de prisões de opositores políticos do regime instaurado em 1964. Após o ano de 1979, ainda estava em vigor o chamado “entulho autoritário” como: a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e a própria Constituição autoritária de 1967, que sofreu emendas em 1969 e foi substituída apenas em 1988 pela Constituição atual. A Lei de Segurança Nacional, por exemplo, só viria a ser extinta, pelo Congresso Nacional, no ano de 2021.

- ✓ Dica de audiovisual: documentário “*Missão 115*” (2018) – direção: Silvio Da-Rin. A obra aborda a tentativa de atentado à bomba ao Rio Centro (1981) e outras bombas contra a abertura democrática, promovida por grupos da extrema-direita militar e civil, durante os anos de 1979 a 1982.

Afirmativa nº 16:

“A ditadura brasileira junto com outras do chamado Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai) trocavam informações e presos políticos no que ficou conhecida como Operação Condor”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização

A Operação Condor foi um acordo entre as ditaduras do Cone Sul (Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil) formalizada, em reunião secreta realizada em Santiago do Chile, no final de outubro de 1975, acontecendo muitas trocas de presos políticos entre as ditaduras latino-americanas, como foi o caso dos uruguaios presos (dois ativistas uruguaios, Lilián Celiberti e Universindo Díaz, e duas crianças) no Brasil e transferidos para o governo daquele país, ou até mesmo antes dessa data, quando da existência de agentes brasileiros durante o golpe militar no Chile, em 11 de setembro de 1973, à procura de brasileiros que estavam naquele país (Sobre esse último caso, ver o livro *O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul*, de autoria de Roberto Simon (2021).

- ✓ Dica de audiovisual: documentário “*Condor*” (2007), dirigido por Roberto Mader, 1h 43 min.

Afirmativa nº 17:

“Meu avô falou que só foi perseguido pelos militares quem era vagabundo ou ficava fazendo protestos, se você fosse uma pessoa descente e andasse nos ‘trilhos’ não aconteceria nada”.

Resposta: **Fake**

Debate/problematização:

Temos que deixar claro que, além dos militantes políticos presos, mortos e desaparecidos pelo estado brasileiro, muitos anônimos foram prejudicados pelo regime, como, por exemplo, no tocante às questões econômicas e trabalhistas, vale salientar que nesse período houve um congelamento e consequente perda real do poder de compra no salário da classe trabalhadora. Sem falar do fim da estabilidade no emprego depois de dez anos de serviço, que foi substituído pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Ou seja, durante os 21 anos da ditadura civil-militar brasileira, a desigualdade entre ricos e pobres cresceu abruptamente.

Ainda sobre o assunto, podemos destacar, através de dados da Comissão Nacional da Verdade (2014), que a classe profissional que mais sofreu perseguição (expulsão e prisão), proporcionalmente, foi a de militares (praças e oficiais) das três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e das polícias militares dos estados.¹²³

Sobre os militares que foram perseguidos pela própria ditadura militar, podemos citar como fonte o documentário *Militares da democracia: os militares que disseram não* (2014), do consagrado documentarista brasileiro Silvio Tendler.

Outro fato interessante é que a ditadura cassou até membros do alto escalão do poder judiciário, fato ocorrido no dia 19 de janeiro de 1969, quando saiu uma lista de cassações que, além de 2 senadores e 35 deputados federais, incluíam 3 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e 1 do Superior Tribunal Militar (STM). A história desse acontecimento está presente no livro *Tanques e togas: O STF e a ditadura militar* (2018), de autoria de Felipe Recondo.

- ✓ Dica de reportagem: MENDONÇA, Heloisa. O lado obscuro do “milagre econômico” da ditadura: o boom da desigualdade. *El Pais Brasil*. 28 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 6 maio 2021.

¹²³ Cf. ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil:– da rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Dissertação de mestrado ganhadora do Prêmio Memórias reveladas do ano de 2010, promovido pelo Arquivo Nacional brasileiro e Ministério da Justiça.

Afirmativa nº 18:

“Durante a ditadura, organizações estudantis foram proibidas de funcionar, como é o caso da União Nacional dos Estudantes (UNE)”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Além de ser proibida de funcionar, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, foi depredada e incendiada por agentes da repressão, no dia 1º de abril de 1964. Mesmo tendo seu funcionamento vetado, a UNE realizou várias reuniões, encontros e congressos clandestinos, como no famoso 30º Congresso da organização, que ocorreu na cidade de Ibiúna – SP em 1968, terminando com a detenção de quase mil estudantes por agentes da ditadura.

- ✓ Dica de audiovisual: documentário *Memórias do movimento estudantil* (2007), dirigido por Silvio Tendler. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n2GIYIt92gk>. Acesso em: 7 abr. 2022.

Afirmativa nº 19:

“Militares e grupos civis contrários à abertura política iniciada a partir do ano de 1979, explodiram uma série de bombas em órgãos de imprensa, associações profissionais, bancas de jornal e shows populares”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

O caso mais famoso foi o atentado à bomba no “Riocentro” no dia 30 de abril de 1981 (véspera de feriado do dia do trabalhador/a), onde dois membros do exército brasileiro (o

sargento Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wilson Dias Machado, agentes do DOI-Codi do 1º Exército) explodiram em si mesmos, por acidente, uma bomba dentro de um carro no estacionamento do local (matando o sargento e ferindo o capitão); no momento acontecia uma grande festa com a participação de cantores populares, organizada por movimentos sociais e partidos de esquerda, em comemoração ao dia do trabalhado/a (1º de maio).

Outro caso foi a carta-bomba que explodiu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no dia 27 de agosto de 1980, matando a secretária Lyda Monteiro da Silva, assim como outra que explodiu na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, no mesmo dia, ferindo seis pessoas.

- ✓ Dica de audiovisual: documentário *Missão 115* (2018) – direção: Silvio Da-Rin. A obra aborda a tentativa de atentado à bomba ao Rio Centro (1981) e outras bombas contra a abertura democrática, promovida por grupos da extrema-direita militar e civil, durante os anos de 1979 a 1982.

Afirmativa nº 20:

“Assim como aconteceu na Argentina e em outros países do Cone Sul, crianças brasileiras também foram sequestradas, pelo fato de seus pais serem opositores do regime, e adotadas ilegalmente por outras famílias”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

No livro *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil* (2019), do jornalista Eduardo Reina, este afirma que:

Dos 19 casos de sequestro e apropriação de bebês, crianças e adolescentes pelos militares identificados até agora no Brasil, 11 são ligados à Guerrilha do Araguaia. As vítimas são filhos de guerrilheiros e de camponeses que aderiram ao movimento. [...] Há também casos originados no Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e de mais cinco crianças indígenas levadas de aldeia de Mato Grosso. [...] Há bebês e crianças entregues a famílias de militares ou a orfanatos, que acabaram adotados de forma irregular. Crianças e

adolescentes levadas para quartéis e outras abandonadas após seus pais biológicos terem sido presos e desaparecidos (REINA, 2019, pos. 309).

- ✓ Dica de audiovisual: documentário *500: os bebês roubados pela ditadura argentina* (2013). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=51OgIATvuPA&t=943s>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- ✓ Dica de Podcast: *Cativeiro sem fim: o sequestro de bebês e crianças pela ditadura militar brasileira*, Com Eduardo Reina, *Roteirices*, ep. 8, 16 jul. 2019.

Afirmativa nº 21:

“Durante a ditadura militar foi implantada a pena de morte no Brasil”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

A partir da promulgação do Ato Institucional número 14 (AI-14), em 5 de setembro de 1969, a Junta Militar que governava o Brasil instituiu a Pena de Morte no território nacional, modificando o artigo 150 da Constituição de 1967, admitia a aplicação da pena de morte ou prisão perpétua em casos de “guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva”.

Ver o caso do militante político do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o potiguar Theodomiro Romeiro dos Santos, condenado à pena de morte, após assassinar um sargento da Aeronáutica durante sua prisão em 1970. Contudo, sua pena foi modificada para Prisão Perpétua, ele não foi beneficiado com a Lei de Anistia (1979) e depois de uma fuga da prisão, voltou para o Brasil após a redemocratização (1985), tendo sua pena absolvida pela justiça.

- ✓ Indicação de documentário: *Galeria F* (2016) – aborda a história do militante político Theodomiro Romeiro dos Santos.
- ✓ Indicação de reportagem: BARRUCHO, Luís Guilherme. “Nunca achei que seria executado”, diz primeiro brasileiro condenado à morte no período republicano. **BBC News Brasil**, 28 abril 2015, disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150428_pena_de_morte_brasileiro_ditadura_lgb. Acesso em 10 fev. 2022.

Afirmativa nº 22:

“Durante os governos militares não havia corrupção no Brasil, como o que acontece hoje em dia”.

Resposta: **Fake**

Debate/problematização:

Esse é sem dúvida um dos maiores mitos sobre o período, já é comprovado que houve superfaturamento nas chamadas grande obras ou “obras faraônicas”, como, por exemplo, a construção da Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, Hidrelétrica de Taipu etc. O historiador Pedro Campos (UFRRJ), em seu livro *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)* (2014), comprova o envolvimento de setores do governo com empreiteiras como a Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez, em relação à superfaturamento de obras e favorecimento ilícito envolvendo altos escalões dos governos militares e diversas empreiteiras.

Outro debate bastante interessante sobre a corrupção e o crime organizado durante esse período está associado ao envolvimento de militares que participaram das ações de repressão aos opositores políticos do regime. Esses agentes do estado eram associados ao Jogo do Bicho e à consequente lavagem de dinheiro no Rio de Janeiro.¹²⁴

¹²⁴ Cf. JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. *Os porões da contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Deixamos como sugestão para leitura em sala de aula com os alunos(as) uma reportagem do site *UOL Notícias* intitulada “Conheça dez histórias de corrupção durante a ditadura militar”¹²⁵ (2015), na qual o repórter Marcelo Freire desmistifica essa falácia com exemplos de escândalos durante o período militar brasileiro.

- Dicas de audiovisuais sobre o tema da corrupção na ditadura:
 - ✓ “*Houve corrupção na ditadura?*” – Entrevista com o historiador Diego Knack – **História da Ditadura**, 21 de dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IQsUhr2K0fQ&list=WL&index=2>. Acesso em: 5 maio 2021.
 - ✓ “*Ditadura e corrupção*” – Entrevista com o historiador Pedro Campos. **História da Ditadura**, 7 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=siJUaMsoNh8&list=WL&index=4>. Acesso em: 5 maio 2021.
 - ✓ “*Não havia corrupção na ditadura?*” – **Historiografe**, 15 de jul. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3rwYglgmoW4&list=WL&index=3>. Acesso em: 5 maio 2021.

Afirmativa nº 23:

“Durante a ditadura, vários cientistas renomados foram perseguidos e impedidos de trabalhar, acusados de subversão”.

Resposta: **Fato**

¹²⁵Cf.: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/01/conheca-dez-historias-de-corrupcao-durante-a-ditadura-militar.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 4 maio 2021.

Debate/problematização:

O fato ocorrido é conhecido como o “Massacre de Manguinhos”, em referência ao prédio principal da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no bairro de Manguinhos, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e ocorreu no ano de 1970, cerca de dez renomados cientistas tiveram seus direitos políticos cassados, foram aposentados compulsoriamente e impedidos de trabalhar em qualquer repartição pública do país.

- ✓ Dica de reportagem: BERNARDO, André. “Quando a ditadura perseguiu cientistas e interrompeu pesquisas: os 50 anos do 'Massacre de Manguinhos'”. **BBC News – Brasil**. 13 abr. 2020. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil52198167#:~:text=Ao%20todo%2C%20faziam%20parte%20da,\(1917%2D2003\)%2C%20Haity](https://www.bbc.com/portuguese/brasil52198167#:~:text=Ao%20todo%2C%20faziam%20parte%20da,(1917%2D2003)%2C%20Haity). Acesso em 10 fev. 2022.
- ✓ Dica de audiovisual: documentário: “*O massacre de Manguinhos*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5akQwSQqC0I>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- ✓ Dica de livro: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar**: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979). Salvador: Sagga, 2020.

Afirmativa nº 24:

“O Brasil, durante governo do presidente Geisel (1974-1979), foi o primeiro país a reconhecer a independência da ex-colônia portuguesa de Angola (1975), esse novo país tinha seus governantes ligados à URSS e a Cuba, implantando um modelo econômico socialista”.

Resposta: **Fato**

Debate/problematização:

Quando o Movimento Popular de Libertação Nacional de Angola (MPLA) – grupo revolucionário ligado à União Soviética e a Cuba –, declarou a independência da antiga colônia portuguesa na África, no dia 11 de novembro de 1975, afirmando o caráter socialista do novo país africano, o Brasil foi a primeira nação mundial a reconhecer a independência desse novo país. Essa atitude representava uma nova política internacional estabelecida pelo Ministério de Relações Internacionais brasileiro (Itamaraty), que em nome do pragmatismo político se distanciava dos Estados Unidos da América – país aliado de primeira hora do Brasil desde o golpe de 1964.

Esse distanciamento dos EUA teve seus primeiros ensaios, meses antes – em junho de 1975 –, com o acordo nuclear firmado entre a República Federativa da Alemanha (Alemanha Ocidental – Capitalista) e o Brasil, que resultaria na construção da Usina Nuclear brasileira de Angra dos Reis (Angra I), atitude que desagradou o governo estadunidense; outro fator que “azedou” a “amizade entre as duas nações das Américas, foi a chegada, em 1977, de um novo presidente à Casa Branca – Jimmy Carter (partido Democrata) – que tinha uma nova política em relação aos Direitos Humanos e era contrário às ditaduras militares implantadas na América Latina.

- ✓ Dica de artigo: Pimenta, G. F. Política externa do governo Geisel (1974 – 1979): análise realista neoclássica. **Estudos Internacionais**: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas, 3(2), 203-224, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10602>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Afirmativa nº25:

“Não existia violência urbana no Brasil durante os governos militares”.

Resposta: **Fake**

Debate/problematização:

Não existia, na verdade, liberdade de imprensa para divulgar livremente crimes cometidos nos centros urbanos e rurais, uma vez que os jornais estavam sob censura. Todavia, existia altos índices de violência contra as populações mais pobres que moravam nas favelas e periferias das grandes cidades (ver o caso da Rota¹²⁶ e dos Esquadrões da Morte em São Paulo), assim como o assassinato de agricultores que lutavam por direitos no campo, como os dirigentes das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro (ver o filme *Cabra marcado para morrer*¹²⁷).

- Dicas de materiais para trabalhar em sala de aula:
 - ✓ Reportagem: Revista *Super Interessante*: HORTA, Mauricio. Mito na ditadura militar, as cidades não eram violentas. **Super Interessante**, 28 set. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-na-ditadura-militar-as-cidades-nao-eram-violentas/>. Acesso em: 6 maio 2021.
 - ✓ Livro: BARCELLOS, Caco. **Rota 66**: a história da polícia que mata. Rio de Janeiro: Record, 2003.
 - ✓ Audiovisual: curta-metragem: *Incontáveis. Episódio 5: Populações negras e favelas na ditadura*”. Material produzido pela Comissão da Memória e Verdade – UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qCPCvaFvDJM&list=PLko6DWoS93xMfpnh0VPQTiHsRBP1xKncA&index=10>. Acesso em: 20 abr. 2022.

¹²⁶ Sobre a ROTA e os Esquadrões da Morte ver: BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

¹²⁷ COUTINHO, Eduardo. *Cabra marcado para morrer*. Documentário, dur.1h 59min, 1964-1984.

DICAS DE AUDIOVISUAIS PARA SE TRABALHAR EM SALA DE AULA:

● **PODCASTS:**

✓ “Historiador explica, historiadora explica” – Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil):

- Episódio 05: *“Negacionismo e Revisionismo”*, por Alexandre Avelar (UFU);
- Episódio 27: *“Ditadura: relações exteriores”*, por Paulo Cesar (UFRJ);
- Episódio 28: *“As memórias dos jovens sobre a ditadura militar”*, por Lícia Gomes (UFRJ);
- Episódio 29: *“Defesa da História em tempo de obscurantismo”*, por Arthur Ávila (UFRGS);
- Episódio 47: *“Corrupção na ditadura brasileira”*, por Pedro Campos (UFRRJ).

✓ “História FM” – Leitura ObrigaHistória:

- Episódio 03: *“Revisionismos sobre a ditadura militar”*.
- Episódio 26: *“Revisionismo histórico: pesquisa e ideologia na historiografia”*.
- Episódio 54: *“Golpes da CIA na história da América Latina”*.
- Episódio 73: *“História sob ataque: fake news, negacionismo e apropriação do passado”*.
- Episódio 79: *“Ditadura militar: dos antecedentes do golpe ao AI-5, 1961-1968”*.
- Episódio 90: *“Ditadura militar: do AI-5 ao fim da guerrilha do Araguaia, 1968-1974”*.

✓ “Estação Brasil” - Leitura ObrigaHistória.

- Episódio 02: *“O golpe de 1964: como morre uma democracia”*.
- Episódio 19: *“Comissão Nacional da Verdade: história, justiça e Forças Armadas”*.

✓ “Roteirices” – jornalista Carlos Alberto Jr.:

- Episódio 158: *“Documentos dos EUA revelam detalhes sobre a ditadura brasileira”*, com Eduardo Reina;
- Episódio 164: *“um Brasil Paralelo e distópico”*, com Carlos Zacarias;
- Episódio 167: *“Ditadura, memória e justiça de transição”*, com Caio Cateb;
- Episódio 168: *“Brasil Paralelo, guerras culturais e ultraliberalismo”*, com Mayara Balestro.
- Episódio 173: *“Ecos do ORVIL num mundo delirante pós-Olavo de Carvalho”*, com Lucas Pedretti;
- Episódio 178: *“Brasil Paralelo X Brasil para Lerdos”*, com Brasil para Lerdos;
- Episódio 183: *“Política econômica nos anos de chumbo”*, com Pedro Campos e Rafael Brandão.

● **CANAIS DO YOUTUBE:**

- ✓ “História da Ditadura (HD)”
- ✓ “Leitura Obriga História”
- ✓ “Café História TV”
- ✓ “Associação Nacional de História (ANPUH) – Brasil”

● **SÍTIOS ELETRÔNICOS (SITES) E BLOGS:**

- ✓ Memórias da Ditadura – <http://memoriasdaditadura.org.br/>
- ✓ Memórias Reveladas – <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>
- ✓ DHnet – Direitos Humanos na Internet – <http://www.dhnet.org.br/>
- ✓ Memorial da Resistência de São Paulo – <http://memorialdaresistencia.org.br/>
- ✓ Comissão Nacional da Verdade – <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

● FILMES E DOCUMENTÁRIOS:

● Filmes:

- ✓ “*Estado de sítio*” (1972) – dir. Costa-Gavras;
- ✓ “*Eles não usam black-tie*” (1981) - dir. Leon Hirzman;
- ✓ “*Lamarca*” (1994) – dir. Sergio Rezende;
- ✓ “*O que é isso, companheiro?*” (1997) – dir. Bruno Barreto;
- ✓ “*Cabra-cega*” (2004) – dir. Toni Ventura;
- ✓ “*Batismo de sangue*” (2006) – dir. Helvécio Ratton;
- ✓ “*Zuzu Angel*” (2006) – dir. Sergio Rezende;
- ✓ “*O ano que meus pais saíram de férias*” (2006) – dir. Cao Hamburger;
- ✓ “*Marighella*” (2021) – dir. Wagner Moura.

● Documentários:

- ✓ “*Cabra marcada para morrer*” (1984) – dir. Eduardo Coutinho;
- ✓ “*Jango: como, quando e por que se derruba um presidente*” (1984) – dir. Silvio Tendler;
- ✓ “*ABC da greve*” (1990) – dir. Leon Hirzman;
- ✓ “*Hércules 56*” (2007) – dir. Silvio Da-Rin;
- ✓ “*Memórias do movimento estudantil*” (2007) – dir. Silvio Tendler;
- ✓ “*Cidadão Boilesen*” (2009) – dir. Chaim Litewski;
- ✓ “*O dia que durou 21 Anos*” (2012) – dir. Camilo Tavares;
- ✓ “*Militares da democracia: os militares que disseram não.*” (2014) – dir. Silvio Tendler;
- ✓ “*Os Advogados contra a ditadura*” (2014) – dir. Silvio Tendler;
- ✓ “*Setenta*” (2014) – dir. Emília Silveira;
- ✓ “*Em busca da verdade*” (2015) – dir. Deraldo Goulart e Lorena Maria;
- ✓ “*Galeria F*” (2016) dir. Emília Silveira;
- ✓ “*Soldados do Araguaia*” (2017) dir. Belisário Franca;
- ✓ “*Pastor Claudio*” (2019) dir. Beth Formaggini.

REFERÊNCIAS

Audiovisuais:

1964: Golpe ou revolução? Era inevitável?”. Xadrez Verbal. **Youtube**. 1 abr. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=udGwmBERLhM>. Acesso em: 6 maio 2021.

CASTRO, Lúcio de. **Memórias do chumbo**: o futebol nos tempos do Condor – Brasil. ESPN – Brasil. 2012. 200 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYPGMktWMnc>. Acesso em: 18 abr. 2022.

DA-RIN, Silvio. **Missão 115**. 2018, 1h 27m.

Ditadura e corrupção – Pedro Campos. História da Ditadura. **Youtube**. 7 mar. 2020. 20min59s. Disponível em: <https://youtu.be/siJUaMsoNh8>. Acesso em: 2 mai. 2021.

ESCOREL FILHO, Lauro. **O massacre de Mangueiras**. Cinefilmes: 22 min. 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5akQwSQqC0I>. Acesso em: 21 abr. 2022.

Golpe de 1964 - 58 anos: os mitos da ditadura. Associação Nacional de História – Anpuh Brasil. **Youtube**. 1 abr. 2022. 1h 32 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AuKMqgkbLow>. Acesso em: 1 abr. 2022.

Havia realmente a chance de um golpe comunista no Brasil em 1964?. Café História TV, **Youtube**. 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4bK9z3Njr9w&list=WL&index=1>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Houve corrupção na ditadura? Entrevista com o historiador Diego Knack – História da Ditadura, **Youtube**. 21 de dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IQsUHR2K0fQ&list=WL&index=2>. Acesso em: 5 mai. 2021.

Incontáveis. Episódio 1: Trabalhadores na ditadura. Comissão da Memória e Verdade – UFRJ. **Youtube**. 17 de mar. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=euVCQwNJxIk>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Incontáveis. Episódio 4: População LGBTQIA+ na ditadura. Comissão da Memória e Verdade – UFRJ. **Youtube**. 17 de mar. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6aTDB3yQ8SM&list=PLko6DWoS93xMfpnh0VPQTiHsRBP1xKncA&index=9>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Incontáveis. Episódio 5: Populações negras e favelas na ditadura. Comissão da Memória e Verdade – UFRJ. **Youtube**. 17 de mar. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qCPCvaFvDjM&list=PLko6DWoS93xMfpnh0VPQTiHsRBP1xKncA&index=10>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Incontáveis. Episódio 6: Povos indígenas na ditadura. Comissão da Memória e Verdade – UFRJ. **Youtube**. 17 mar. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jHrJUBMeT_U&list=PLko6DWoS93xMfpnh0VPQTiHsRBP1xKncA&index=12. Acesso em: 18 abr. 2022.

MADER, Roberto. **Condor**. Taba Filmes. 2007, 1h 43 min.

PODCAST **Corrupção na ditadura brasileira**, por Pedro Campos. Ep. 47 – Historiador explica. ANPUH – Brasil. 28 set. 2020. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6K8UGBfpCOzfqNHcXkSof6?si=VABTAX5WSCOW2kqnBUIHig&utm_source=copy-link&dl_branch=1.. Acesso em: 2 mai. 2021.

PODCAST **Cativeiro sem fim**: o sequestro de bebês e crianças pela ditadura militar brasileira, Com Eduardo Reina, Ep. 8 - Roteirices, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://anchor.fm/carlos-alberto-jr/episodes/8---Cativeiro-sem-fim---o-sequestro-de-bebs-e-crianas-pela-ditadura-militar-brasileira--com-Eduardo-Reina-e4jmf3>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ROGERS, Helen Jean. **Brazil**: The troubled land. 1964 TV ABC.

SILVEIRA, Emilia. **Galeria F**. Globo filmes. 2017, 86 min.

TENDLER, Silvio. **Militares da democracia**: os militares que disseram não. Caliban - Cinema e Conteúdo: 2014, 1h 39min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XjBJDl3h03E&t=3576s>. Acesso em: 2 maio 2021.

TENDLER, Silvio. **Memórias do movimento estudantil**. Caliban – Cinema e Conteúdo: 2007. 1h 43min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n2GIYIt92gk>. Acesso em: 7 abr. 2022.

Periódicos:

BARRUCHO, Luís Guilherme. “Nunca achei que seria executado”, diz primeiro brasileiro condenado à morte no período republicano. **BBC News Brasil**, 28 abr. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150428_pena_de_morte_brasileiro_ditadura_lgb. Acesso em: 10 fev. 2022.

BERNARDO, André. “Quando a ditadura perseguiu cientistas e interrompeu pesquisas: os 50 anos do ‘Massacre de Manguinhos’”. **BBC News Brasil**. 13 abr. 2020. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil52198167#:~:text=Ao%20todo%2C%20faziam%20parte%20da,\(1917%2D2003\)%2C%20Haity](https://www.bbc.com/portuguese/brasil52198167#:~:text=Ao%20todo%2C%20faziam%20parte%20da,(1917%2D2003)%2C%20Haity). Acesso em: 10 fev. 2022.

HORTA, Mauricio. Mito “na ditadura militar, as cidades não eram violentas”. **Super Interessante**, 28 set. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-na-ditadura-militar-as-cidades-nao-eram-violentas/>. Acesso em: 6 maio 2021.

Memórias da ditadura. Violência contra os indígenas durante a ditadura. **Memórias da ditadura** (site). Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/>. Acesso em: 6 maio 2021.

MENDONÇA, Heloisa; SANZ, Beatriz. O lado obscuro do “milagre econômico” da ditadura: o boom da desigualdade. **El País Brasil**, 28 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 6 maio 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. A “ditabranda” militar (1964-1985). **Uol Notícias**, 22 fev. 2009. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/02/22/o-bizarro-caso-da-ditabranda>. Acesso em: 5 maio 2021.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo**: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66**: a história da polícia que mata. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p.

BRASIL. **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Direitos humanos, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988). Rio de Janeiro: Eduff, 2014.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar**: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979). Salvador: Sagga, 2020.

JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. **Os porões da contravenção**: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MATTOS, Laura. **Herói mutilado**: Roque Santeiro e os bastidores da censura à TV na ditadura. São Paulo: Companhia da Letras, 2019. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PIMENTA, G. F. Política externa do governo Geisel (1974 – 1979): análise realista neoclássica. **Estudos Internacionais**: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas, 3(2), 203-224, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10602>. Acesso em: 10 abr. 2022.

RECONDO, Felipe. **Tanques e togas: O STF e a ditadura militar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2019.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre memória e história. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil.** Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014.

SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da PANAIR do Brasil pelo regime militar.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígena na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

APÊNDICE B: Modelo de formulário aplicado aos alunos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**



**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS(AS) DA 3ª SÉRIE –
ENSINO MÉDIO DA E. E. PROF. JOSÉ FERNANDES MACHADO (NATAL-RN) –
ANO 2022.**

- Este questionário, aplicado pelo prof. Herbert Alexandre Vieira dos Santos (da disciplina de História), faz parte da pesquisa para seu trabalho de dissertação de mestrado do Programa Nacional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Dados pessoais do/a aluno/a (não precisa se identificar):
--

Idade:

PERGUNTAS:

1. Você já ouviu falar sobre a “Ditadura militar brasileira”?

- () Sim
() Não

2. Se já ouviu falar, onde foi?

- () na escola.
() em casa.
() nas redes sociais (Youtube, Instagram, WhatsApp, Facebook etc.).
() na televisão.

3. Quando se fala em “Ditadura militar brasileira”, o que vem à sua mente?

4. Você já assistiu algum filme ou documentário sobre o tema da “Ditadura militar brasileira”?

- () Sim
() Não

5. Se a resposta do item anterior foi “Sim”, cite o nome do filme ou documentário que assistiu (pode citar mais de um):

6. Você acompanha algum canal sobre “História” nas redes sociais (Youtube, Instagram, WhatsApp, Facebook etc.)?

() Sim

() Não

7. Caso acompanhe algum canal, qual o nome desse canal? (Pode citar mais de um).

8. Você já ouviu falar de “fake news”?

() Sim

() Não

9. Você sabe explicar o que é uma “fake news”?

Muito obrigado por responder este questionário e ajudar na minha pesquisa.

Atenciosamente,

Prof. Herbert A. V. Santos.

APÊNDICE C: Cartas do JOGO DO “FAKE OU FATO: desmistificando os principais negacionismos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”

Layout das cartas do jogo: contendo, respectivamente, verso e frente.

